

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PÂMELA DE REZENDE CÔRTEZ

POR QUE NOS UNIMOS A GRUPOS IDEOLÓGICOS?:  
EXPLICAÇÕES EVOLUCIONISTAS PARA AS DISCORDÂNCIAS POLÍTICAS

Belo Horizonte  
2016

PÂMELA DE REZENDE CÔRTEZ

**POR QUE NOS UNIMOS A GRUPOS IDEOLÓGICOS?:  
EXPLICAÇÕES EVOLUCIONISTAS PARA AS DISCORDÂNCIAS POLÍTICAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a finalização do mestrado.

Linha de pesquisa: Estado, Razão e História; Área de estudo: Filosofia do Poder e Pensamento Radical.

Orientador: Prof. Dr. Renato César Cardoso

Belo Horizonte

2016

---

C828p Côrtes, Pâmela de Rezende  
Por que nos unimos a grupos ideológicos? : explicações evolucionistas para as discordâncias políticas / Pâmela de Rezende Côrtes. - 2016.

Orientador: Renato César Cardoso  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

1. Direito – Teses 2. Direito e política 3. Ideologia política  
4. Psicologia política I.Título

CDU<sub>(1976)</sub> 342.7:159.9

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

A dissertação intitulada “Por que nos unimos a grupos ideológicos?: explicações evolucionistas para as discordâncias políticas”, de autoria de Pâmela de Rezende Côrtes, foi considerada \_\_\_\_\_ pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Renato César Cardoso (FDUFMG - Orientador)

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Brunello Souza Stancioli (FDUFMG)

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Leandro Fernandes Malloy-Diniz (Faculdade de Medicina da UFMG)

\_\_\_\_\_  
Suplente: Professor Doutor Túlio Lima Vianna (FDUFMG)

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram fundamentais para esse trabalho.

Agradeço à minha família pela paciência.

Agradeço aos integrantes do GENe pelas discussões e pelas ideias. Pesquisa se faz em grupo, e parte desse trabalho é de cada um que já se dispôs a discutir comigo sobre o tema.

Agradeço aos colegas de pós-graduação, que por vezes dividiram um café e as dores da vida de mestrando. E aos professores do programa, que me iluminaram, me incomodaram, me aceitaram. Obrigada.

Agradeço à CAPES, não teria conseguido terminar esse trabalho não fosse o apoio financeiro.

Agradeço às zilhões de pessoas anônimas pela internet pela coragem e gentileza em disponibilizar materiais com livre acesso. Não teria feito essa pesquisa sem isso.

Agradeço ao Renato por topar todas as coisas que propus. Um ato de coragem e confiança me deixar desenvolver essas ideias (por vezes malucas!), e assumir comigo os resultados desse caminho. Os erros, no entanto, são inteiramente meus.

Agradeço especialmente ao André, companheiro de pesquisa e de vida. Obrigada pelo ombro, pelas leituras atentas, pela paciência, pelos empurrõezinhos. Obrigada por estar aqui.

*“Nossos sistemas jurídicos e políticos liberais se baseiam na crença de que todo indivíduo tem uma natureza interna sagrada, indivisível e imutável, que dá significado ao mundo e que é a fonte de toda autoridade ética e política. Essa é uma reencarnação da crença cristã tradicional em uma alma livre e eterna que reside em cada indivíduo. Mas, nos últimos 200 anos, [...] os cientistas que estudam o funcionamento interno do organismo humano não encontraram ali nenhuma alma. [...] com toda a franqueza, por quanto tempo poderemos manter o muro que separa o departamento de biologia dos departamentos de direito e ciência política?”*

*YUVAL NOAH HARARI, SAPIENS, P. 244-245*

*“O código genético disso a que, sem pensar muito, nos temos contentado em chamar natureza humana, não se esgota na hélice orgânica do ácido desoxirribonucleico, ou adn, tem muito mais que se lhe diga e muito mais para nos contar, mas essa, por dizê-lo de maneira figurada, é o espiral complementar que ainda não conseguimos fazer sair do jardim-de-infância, apesar da multidão de psicólogos e analistas das mais diversas escolas e calibres que têm partido as unhas a tentar abrir-lhes os ferrolhos”*

*JOSÉ SARAMAGO, ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ, P. 29.*

## RESUMO

A pergunta que essa pesquisa tentou responder foi: por que existem grupos político-ideológicos divergentes? Para tanto, procurou-se compreender os grupos, primeiro, de “baixo para cima”, tentando enxergar os grupos através das ideias e propostas políticas que eles defendem. Depois, de “cima para baixo”, tentando entender os grupos estudando as pessoas que os compõem. Percebeu-se que ambos os métodos têm falhas, mas que o movimento de baixo para cima tende a ser menos explicativo, já que parece ser difícil achar uma explicação que seja consensual e que represente os grupos político-ideológicos geralmente observados, ou seja, direita e esquerda. Na perspectiva de cima para baixo, a pergunta foi subdividida em duas: por que formamos grupos em geral, e por que formamos grupos em específico. A resposta parcial dessa pesquisa é que a explicação deve ser dada considerando pesquisas que tenham a teoria evolutiva como pano de fundo e que busquem compreender as pessoas que compõem esse grupo, de forma a tentar minimizar vieses e defesa de causa quando da definição das ideologias; por fim, que a Teoria das Fundações Morais pode ser uma boa via explicativa que une as duas formas, para cima e para baixo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grupos Políticos; Grupos Ideológicos; Interdisciplinaridade, Direito e Política, Direito e Psicologia, Teoria da Evolução.

## ABSTRACT

Throughout the research contained in these papers, we sought to answer why do such divergent and diverse political and ideological groups exist. In trying to do so, we decided that we would first need to understand such groups and, for that, two approaches were most interesting: a "bottoms-up" approach, trying to see the groups through the ideas and policy proposals they defended; and a "top down" approach, which tried to understand the groups by studying the people that composed them. It was noted that both methods have some flaws; however, the bottoms-up approach was least useful, due to the difficulty to find a consensual and representative explanation of whatever represented the political-ideological groups commonly observed, i.e., right and left political movements. Using the top-down perspective, the question was split in two: why groups are formed in general, and why specific groups have been formed. We managed to arrive at a partial answer, that research in this field should be made taking into consideration modern evolutionary theory and should try to understand people who compose those groups, in order to minimize biases and ideological advocacies. Finally, we also concluded that using the Moral Foundations Theory is a possible path towards successfully explaining political and ideological groups and linking both the bottoms-up and the top-down approaches.

**KEY-WORDS:** Political groups; Ideological groups, Interdisciplinarity, Law and Politics; Law and Psychology; Theory of Evolution.



## SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO .....	10
II OS GRUPOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS ESTUDADOS DE BAIXO PARA CIMA .....	13
1 O QUE É UM GRUPO .....	13
2 O QUE É UM GRUPO POLÍTICO .....	16
3 O QUE UNE UM GRUPO POLÍTICO-IDEOLÓGICO .....	17
3.1 <i>Ideologias como unificadoras dos grupos</i> .....	19
3.2 <i>Grupos político-ideológicos como o encontro de pessoas afins</i> .....	36
III OS GRUPOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS ESTUDADOS DE CIMA PARA BAIXO .....	40
4 A TEORIA EVOLUTIVA .....	40
4.1 <i>Concepções equivocadas sobre a teoria evolutiva</i> .....	41
4.2 <i>A teoria evolutiva em linhas gerais</i> .....	45
5 A EVOLUÇÃO SE APLICA A SERES HUMANOS? .....	53
5.1 <i>A evolução se aplica ao comportamento e escolhas de indivíduos?</i> .....	54
6 OS GRUPOS NUMA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA .....	58
6.1 <i>O problema das unidades de seleção ou níveis de seleção</i> .....	59
6.2 <i>Seleção Individual</i> .....	62
6.2.1 <i>Seleção de parentesco</i> .....	63
6.2.2 <i>Altruísmo recíproco: reciprocidade direta e indireta</i> .....	64
6.2.3 <i>Altruísmo paroquial</i> .....	66
6.3 <i>Seleção de grupo e seleção multinível</i> .....	67
6.4 <i>O debate sobre o veículo importa?</i> .....	70
6.5 <i>Interferência dos conflitos intergrupais na formação dos grupos</i> .....	73
7 INFLUÊNCIAS BIOLÓGICAS NAS ESCOLHAS POLÍTICAS .....	74
7.1 <i>Neurociência</i> .....	75
7.2 <i>Genética</i> .....	77
7.3 <i>Estudos de personalidade</i> .....	79
7.4 <i>Neurotransmissores, Hormônios e Parasitas</i> .....	81
7.5 <i>Dificuldades encontradas no estudo das pesquisas biológicas aplicadas aos grupos político-ideológicos</i> .....	85

IV INTEGRANDO AS PESQUISAS DE BAIXO PARA CIMA E DE CIMA PARA BAIXO .....	89
8 TEORIA DAS FUNDAÇÕES MORAIS .....	89
8.1 <i>Pressupostos da Teoria das Fundações Morais</i> .....	90
8.1.1 Modelo Intuicionista Social.....	90
8.1.2 Mente moral, inatismo e cultura .....	95
8.1.3 Pluralismo de valores: muitas são as fundações .....	97
8.2 <i>O que são as fundações</i> .....	99
8.3 <i>Quais são as fundações</i> .....	101
8.4 <i>Principais pontos positivos da Teoria das Fundações Morais</i> .....	106
8.5 <i>Principal desafio da Teoria das Fundações Morais</i> .....	110
8.6 <i>As fundações dos grupos político-ideológicos</i> .....	113
V CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	122

## I INTRODUÇÃO

Pode parecer óbvio que façamos grupos políticos e que eles difiram entre si em muitas coisas. No entanto, isso não é óbvio. Por que nos organizamos nesses grupos, e porque é tão difícil encontrar respostas iguais para os problemas políticos mais complexos? Será que é impossível o consenso? Será que os grupos só podem ser os que se apresentam na arena política atual, divisão geralmente reconhecida sob os nomes de esquerda e direita?

Essa pergunta sempre foi relevante, mas parece ter adquirido uma importância ainda maior nos últimos anos. Todas essas questões sobre os grupos e os conflitos intergrupais são fundamentais no debate político contemporâneo. Há um sentimento geral de que as posições extremas estão ganhando força, por exemplo, nas ideologias dos partidos políticos europeus (PADRÃO, 2014) e nos debates entre republicanos e democratas dos Estados Unidos (HAIDT, 2013, p. 320). No Brasil, desde 2014, parecemos presenciar uma crescente polarização na política brasileira (FGV NOTÍCIAS, 2014; O GLOBO, Infográfico Polarização Política (...), 2016), que levou ao estabelecimento dos termos “cozinha” (para a direita) e “petralha” (para a esquerda) (CHAIA, BRUGNAGO, 2014, p. 106-107, para os termos) no contexto das redes sociais. Essa polarização está em plena efervescência no momento em que essa dissertação é escrita, com os debates sobre o impeachment da presidenta Dilma<sup>1</sup>.

Esse é um bom e um mau momento para pesquisar a formação de grupos político-ideológicos. É bom porque esse é claramente um assunto relevante e que tem implicações

---

<sup>1</sup> No momento em que essa dissertação é escrita o processo de impeachment da presidenta Dilma está acontecendo, com o vice-presidente Michel Temer comandando o país por 180 dias. É tudo muito recente, então só podemos especular o que está acontecendo. Parece razoável dizer que há dois lados em disputa, e que as pessoas que são a favor do impeachment costumam também se vincular à direita e receber o nome (por parte do outro lado) de cozinha, assim como os que são contra o impeachment em geral vinculam-se à esquerda e são identificados como petralhas pelo grupo oponente.

diretas no mundo acadêmico do direito e de outras áreas, além de poder ter implicações práticas na política contemporânea. É um mau momento, porém, porque os nervos estão à flor da pele e qualquer comentário que possa de alguma forma criticar ou problematizar os grupos pode levar a reações desproporcionais. Quanto mais efervescente é o debate, e quanto mais polarizadas as opiniões, maior a chance de ser mal entendido por qualquer dos lados.

Estamos no epicentro desse debate, e não faremos quaisquer outras menções à situação política do país ou do mundo. Além disso, é importante destacar que o objetivo deste trabalho é tentar compreender porque os grupos político-ideológicos existem, o que são e quais são, tendo em mente que esses grupos estão sendo apresentados em abstrato. Isso não quer dizer, é claro, que as ferramentas aqui apresentadas não sirvam como análise do tempo presente. Esse seria, no entanto, um tema para outra pesquisa.

Para tentar explicar os grupos, escolhemos dividir as formas possíveis em duas, que estamos chamando de “de baixo para cima” e “de cima para baixo”. Para compreender o que quer dizer ver os grupos de baixo para cima e de cima para baixo (metáfora extraída de HAITT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 110), pode ser útil imaginar um observador externo, que decide analisar os grupos político-ideológicos. Esse observador está no mesmo nível dos grupos, e olha esses grupos de frente. Para tentar entender porque eles se formaram, o observador pode olhar para “cima”. No nível mais abstrato do que os grupos, estão as ideias, os valores, os argumentos, a narrativa que compõem aqueles grupos. Caso esse observador decida olhar para “baixo” verá, no plano mais concreto, as pessoas que participam daquele grupo, suas disposições, suas tendências, seus interesses.

Esses são os dois movimentos que faremos nessa pesquisa. Primeiro, de baixo para cima, analisando algumas possibilidades explicativas que depositem as causas dos grupos nas ideias e valores. Depois, de cima para baixo, estudando pesquisas e teorias que se disponham a compreender os indivíduos que compõem o espectro político. Por fim, tentaremos integrar

tudo o que esse observador pode ter visto de forma a fazer sentido e permitir que ele seja capaz de apontar ao menos o caminho que é preciso seguir para, enfim, explicar porque há grupos político-ideológicos divergentes.

## II OS GRUPOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS ESTUDADOS DE BAIXO PARA CIMA

*“Somos regidos por um desejo – ou melhor, por uma necessidade irresistível [...]. Cada pessoa é um compulsivo buscador de grupos, logo um animal intensamente tribal. Satisfaz sua necessidade alternadamente em uma família estendida, uma religião organizada, uma ideologia, um grupo étnico ou um clube esportivo, isoladamente ou em combinação.”*

*EDWARD O. WILSON, 2013, P. 295.*

### 1 O QUE É UM GRUPO

Afirmar a existência de grupos valorativos ou ideológicos divergentes pressupõe várias coisas: que formamos grupos, que esses grupos compartilham valores, que os membros decidem assumir a visão do grupo ou encontrar um grupo que combine com a sua própria visão, que esses grupos discordam (ou formariam um único e grande grupo), e que no fim das contas, por vezes, os grupos também precisam concordar.

O que é grupo? Temos uma ideia geral do que significa um grupo, mas em psicologia social, para que o grupo seja reconhecido, é preciso que duas ou mais pessoas montem uma unidade social que contenha alguns atributos. Um deles é a “filiação”, que é a ideia de que as pessoas que compõem essa unidade se sentem partes integrantes desse grupo. Não só as pessoas se sentem integrantes, mas também são reconhecidas assim pelos demais membros do grupo (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 394).

Outro atributo de um grupo é a “interação entre os integrantes”, ou seja, os membros precisam comunicar-se e influenciar um aos outros, fazendo com que haja movimentação e relação dentro do grupo. Além disso, é preciso que os membros possuam “objetivos compartilhados”. Os membros precisam compartilhar não só os objetivos, mas a própria

realização destes deve ser interdependente, e o sucesso de um integrante, em geral, leva ao sucesso dos demais no alcance dos objetivos (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 394).

Por fim, é preciso que haja “normas mantidas pelo grupo”. Os grupos não só compartilham objetivos, mas também compartilham normas sobre como viver, limites ao comportamento de todos e precisam fornecer modelos de ação (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 394). Quando estivermos falando de grupos, estaremos falando dentro dessa perspectiva.

Além dos atributos ou características que definem os grupos, há alguns mecanismos que são fundamentais para o seu funcionamento. Dentre os mecanismos, destacam-se a coesão, conformidade e *status*.

A coesão de um grupo é o que se mede quando se avalia quão desejosos os seus membros estão em permanecerem integrados, ou quão resistentes estão em deixar os grupos (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 396). Quanto mais homogêneo um grupo, maior a sua coesão interna (SUROWIECKI, 2006, p. 63).

A conformidade, por outro lado, é o que acontece quando o indivíduo aceita as normas e os padrões criados pelo grupo. Normas, por sua vez, são as regras que especificam qual o comportamento esperado dos integrantes dadas situações específicas. As normas, e a respectiva conformidade, incentivam a coordenação entre os membros do grupo, sobretudo tendo em vista o alcance de alguma meta específica. As normas também são importantes para servir como referência, como parâmetro através do qual os integrantes vão classificar o ambiente à sua volta: o que é bom ou ruim, importante ou supérfluo, desejável ou indesejável. Por fim, as normas também são fundamentais para definir e reforçar a identidade que unifica os integrantes do grupo, estabelecendo expectativas de conduta, comportamento e

apresentação. Vestimentas, vocabulário e valores são itens fundamentais na formação e manutenção dos grupos (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 407-409).

Quando as normas de cooperação estabelecidas dentro do grupo não são cumpridas, o próprio grupo pode estabelecer formas de punição contra o desviante. Numa perspectiva evolucionista, é razoável supor que a punição contra o sujeito que viola as normas de cooperação seja maior ou mais incisiva quando ele faz parte do grupo, em oposição a sujeitos que são de outros grupos. Isso porque a maior parte dos recursos valiosos são compartilhados ou trocados dentro do próprio grupo, e aquele que tende a burlar as normas dentro do grupo tende a ser prejudicial aos demais (KAMEDA, VUGT, TINDALE, 2015, p. 246).

O *status* é um atributo que se confere a alguém de dentro de um grupo. Com base no *status* surgem avaliações, crenças e expectativas a respeito das pessoas. Esse mecanismo pode ter relação com os papéis que são designados dentro do grupo, já que não costuma ser muito eficiente que todos os membros de um grupo executem uma mesma tarefa. Quando há a definição de qual papel cada um deve desempenhar, podem surgir desigualdades e diferenças entre os membros, e então surgir diferenças no *status* de cada integrante. O *status* também pode ajudar a fazer avaliações rápidas, baseadas em características das pessoas envolvidas, como gênero, idade, raça, e capacidade de liderança. O *status* de cada integrante também pode ajudar a determinar qual a participação de cada um nas decisões e nas tarefas (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 398-404).

Os mecanismos de coesão, conformidade e *status* deixam claro que os grupos são capazes de influenciar o comportamento do indivíduo. Considerando o ambiente hostil que nossos ancestrais enfrentavam, é provável que tenhamos desenvolvido mecanismos que têm como objetivo manter a coesão social desde o começo da nossa história evolutiva, embora esses mecanismos tenham sido aperfeiçoados ao longo do tempo (KAMEDA, VUGT, TINDALE, 2015, p. 248).



Também é possível falar em tipos de grupos. Há, num geral, quatro tipos de grupos: os grupos de intimidade, compostos por familiares e pessoas próximas do convívio pessoal; os grupos orientados para alguma tarefa, que se juntam para a execução dela, como grupos de leitura e grupos profissionais; os grupos de categorias sociais, que possuem uma identidade, como mulheres, brasileiros ou negros (e onde se inserem os grupos político-ideológicos); e, por fim, os grupos que possuem fraca interação social, como vizinhos ou pessoas que gostam de um determinado tipo de música (COTTAM et al, 2004, p. 64; DIAS, 2014, p. 160).

## 2 O QUE É UM GRUPO POLÍTICO

Um grupo político, por sua vez, deve conter os atributos apresentados: filiação, interação, objetivos compartilhados e normas. Devem também apresentar os mecanismos mencionados: coesão, conformidade e papéis ou *status*.

Há grupos de todos os tamanhos, e assim também acontece com os grupos políticos. Os grupos possuem papel fundamental na política. Há desde pequenos grupos que concebem propostas políticas, até grupos maiores como os de representantes eleitos, que tomam decisão enquanto coletividade. Os filiados de um partido também podem ser considerados um grupo político, ou até mesmo uma nação quando o assunto é política internacional (COTTAM et al, 2004, p. 64; DIAS, 2014, p. 159).

Mas o que diferencia um grupo político dos demais grupos é uma questão delicada e fundamental. Alguns comportamentos e aspectos da vida podem ser considerados políticos ou estar na esfera política, tais como: liderança, comportamento de massa, efeitos da comunicação de massa, socialização política e educação cívica, conflitos internacionais, tomada de decisão, resolução de conflito, conflito entre grupos envolvendo raça, gênero,

nacionalidade e outros, movimentos políticos e mobilização política. Esses comportamentos dizem respeito a diversas áreas de estudo, tais como psicologia, ciência política, história, sociologia, antropologia e direito (SEARS, HUDDY, JERVIS, 2003, p. 3).

Consideraremos que um grupo político é um grupo que tem por objetivo alguma interação ou atuação na esfera pública, e consideraremos que diversas são as áreas que podem contribuir para esse estudo, sem, portanto, fazer distinção de disciplinas.

### 3 O QUE UNE UM GRUPO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

O que une um grupo é uma questão bastante ampla. A união do grupo pode se dar por motivações individuais, por traços inatos, por ideais compartilhados, por escolha racional e livre, por razões históricas, por condicionamento do meio social, por puro acaso etc.

Não necessariamente essas explicações se opõem. Podemos ter explicações para a união dos grupos, ou pelas razões pelas quais eles se formam, e essas razões podem ser mais complexas do que gostaríamos que fossem para fins de metodologia e de simplificação de pesquisa. No entanto, definir o que une um grupo é fundamental para definir porque há grupos, pergunta basilar da pesquisa.

Alguns autores tentam compreender os grupos num “movimento para cima”, avaliando as ideias que são defendidas pelo grupo, os significados, os valores e as narrativas que unem as pessoas numa mesma sigla (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 110). Esse estudo é feito, portanto, estudando as ideologias. O debate sobre o que se convencionou chamar de ideologia está aberto. A própria definição do termo ideologia é extremamente delicada. Para que possamos dialogar com as fontes, adotaremos provisoriamente um conceito bem amplo de ideologia: um conjunto de ideias, crenças e/ou valores, que aspire a alguma

coerência interna, de conteúdo moral ou político, que tenha alguma proposta para a forma de agir e ser no mundo e possua algum apelo emocional. Valerá como sinônimo de ideias políticas, ideais políticos, visões políticas e sistemas morais (definição baseada, mas não completamente extraída, de JOST, SIDANIUS, 2004, p. 235; JOST, 2006; DORTIER, 2010, verbete Ideologia, p. 285; HAIDT, 2013)<sup>2</sup>.

Geralmente, a divisão ideológica se faz por meio de uma díade. A mais comum é a díade direita/esquerda, mas é possível falar também em revolução liberal/revolução conservadora; individualismo/holismo; extremismo/moderantismo; local/global; centro/periferia; inclusão/exclusão; estatismo/libertarianismo; republicanos/liberais; liberais/conservadores (BOBBIO, 2001, p. 14-19).

O fato de conseguirmos falar em termos de ideologias não faz, no entanto, com que elas se tornem bons objetos de estudos e explicação para a existência dos grupos políticos. A mídia e a maior parte das pesquisas em ciência política e história assumem a distinção entre direita e esquerda como dada, como óbvia. No entanto, é difícil tanto para os pesquisadores quanto para os leitores em geral compreender o que esses termos querem dizer exatamente (CARLISLE, 2005a, p. VII).

Ainda, é difícil encontrar obras comparativas entre os dois lados. As explicações podem se dar porque, primeiro, existe uma tendência natural dos próprios pesquisadores em ler e estudar aqueles que fazem parte de seu próprio grupo. Quando se dispõem a estudar o outro lado, frequentemente o fazem de modo hostil. Segundo porque hoje em dia a política é um tema que está relacionado a diversas disciplinas, tais como a ciência política, a filosofia, a economia, a história, a sociologia, a psicologia, as artes, além de, como veremos, disciplinas das ciências naturais e biológicas. Essa quantidade de disciplinas leva a uma gama de ideias

---

<sup>2</sup> Essa escolha visa facilitar o diálogo com as fontes utilizadas. Para mais discussões sobre a definição de ideologia: DORTIER, 2010, verbete Ideologia, p. 285-287.

sobre o que compõe os grupos, e a especialização e o sentimento de grupo desses pesquisadores dificultam a exploração completa do tema (ANDERSON, 2012, p. 11-13).

Mesmo com as dificuldades, tentaremos, primeiro, entender se, quando falamos em direita e esquerda, por exemplo, estamos todos falando dos mesmos conjuntos de ideias. Depois, se é por meio dessas ideias que os grupos se unem. Por fim, se elas são explicação suficiente.

### *3.1 Ideologias como unificadoras dos grupos*

Não há consenso sobre como definir cada um dos lados ou das ideologias que estão em disputa na arena política contemporânea, se elas sempre existiram ou ainda se elas são necessárias.

Caso se considere que a política é um terreno de disputas, por exemplo, é possível pensar que a divisão ideológica é necessária ao campo político. Pode-se dizer que há grupos que discordam porque a realidade política é intrinsecamente dividida em duas ou mais posições, que a existência delas é condição de existência da esfera política em si mesma. A política seria um espaço, uma arena, eminentemente dual, conflitual e composta por grupos que discordam quanto a ideias e projetos. São os antagonismos que definem que aquele debate está inserido na esfera política, e não em qualquer outra esfera da vida humana. Nesse sentido, direita/esquerda no universo político seriam “reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos” (BOBBIO, 2001, p. 49, 82; DEUTSCH, 1967, p. 235). Não seria possível fugir do conflito porque o conflito é inerente ao espaço da política, e quando (e se) por fim chegarmos a consensos, esse espaço deixa de ser político e assume outra classificação. Essa é a posição de Bobbio, como veremos.

Partindo da definição dada de ideologia, podemos pensar que a discordância acontece por razões argumentáveis, e que os grupos podem ser reorganizados e inclusive extintos caso os mal-entendidos sejam solucionados. Por esse caminho, a política não é necessariamente um espaço de disputas, e implica dizer que a existência dos grupos políticos decorre da discordância sobre algum conceito ou valor, como liberdade, justiça, ou até mesmo sobre as definições sobre o que é o ser humano (posição de Sowell, como demonstraremos mais à frente). Essa não seria uma divisão própria da realidade política, mas uma discordância que poderia, em teoria, ser sanada, através de argumentos, discussões e demonstrações das falhas lógicas ou fáticas do oponente.

Os termos “direita” e “esquerda” surgiram das divisões políticas durante a Assembleia Constituinte Francesa, formada durante a Revolução Francesa, em 1790. À direita do parlamento sentavam-se os que defendiam a preservação e a conservação do regime monárquico, considerados mais moderados com relação às possíveis mudanças políticas da revolução. À esquerda sentavam-se os que defendiam mudanças maiores, como a derrubada do sistema político e a instalação de uma república. No contexto da Revolução Francesa, o termo direita ficou vinculado a posturas mais conservadoras, enquanto a esquerda usualmente representava os mais radicais (CARLISLE, 2005a, p. VII).

A despeito de sua origem histórica e específica, a díade se modificou, passou a abarcar não apenas questões políticas, mas econômicas e sociais, e permanece em uso, ainda que tenha ficado cada vez mais difícil encaixar os movimentos políticos dentro desse espectro (CARLISLE, 2005a, p. VIII-IX).

Para tentar compreendê-la em termos contemporâneos, faremos algumas análises, começando por dois autores e duas propostas de explicação sobre as diferenças entre os grupos: uma distinção entre direita e esquerda apresentada e defendida por Bobbio, e outra distinção entre visões restrita e irrestrita da natureza humana proposta por Sowell. Com essas

escolhas, pretendemos abarcar a posição de autores que se encontram em espectros políticos divergentes, tentando escapar, na medida do possível, de um viés interno de um grupo político no debate sobre grupos políticos como um todo. Bobbio assume explicitamente seu lugar à esquerda do espectro político ao longo do livro. Para a definição de Sowell como um autor que se posiciona à direita, ver o verbete “Sowell, Thomas” (p. 876-877, CARLISLE, 2005b, V.2). Essa precaução não é garantia de isenção de viés, mas é ao menos uma forma de tentar escapar do que Haidt chama de matrix: explicações de mundo que possuímos e que se pretendem completas, unificadas, facilmente justificadas e quase impossíveis de serem atacadas através de argumentos dos que estão de fora dela (HAIDT, 2013, p. 125).

Com essa escolha pretendemos também abarcar as posições que acreditam que as ideologias se sustentam em valores, assim como os que defendem que as ideologias se sustentam em argumentos. Em Bobbio, direita e esquerda são baseadas em valores morais profundamente distintos, opostos (BOBBIO, 2001). Em Sowell, as visões restrita e irrestrita são opostas porque apresentam argumentos opostos para o que é a natureza humana, e toda a construção posterior deriva dessa premissa (SOWELL, 2011).

A primeira análise das ideias dos grupos que será apresentada, então, é a de Bobbio. Ele defende a distinção entre direita e esquerda num livro que, embora pequeno, ganhou bastante repercussão<sup>3</sup>. Esse livro foi especialmente explosivo na Itália por causa, sobretudo, do momento político que o país vivia e do acirramento das posições quando do lançamento da obra (BOBBIO, 2001, p. 7, 25; ANDERSON, 2012, p. 157).

Para ele, o pensamento diádico é comum em quase todas as disciplinas do saber, como a psicologia, a sociologia, e inclusive a biologia. O pensamento por dualidades é uma constante da história intelectual. Direita e esquerda são, por sua vez, a díade que tem

---

<sup>3</sup> No Brasil, o livro recebeu uma 3ª edição em 2011: BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 3ª edição. Unesp: 2011.

constituído a política (eminentemente conflitual para ele) há pelo menos dois séculos. Diversas são as sugestões alternativas a essa oposição (como, por exemplo, progressistas x conservadores), no entanto, na maior parte das vezes, para Bobbio, elas significam mais as matizes dentro dos lados do que uma alternativa à divisão entre direita e esquerda (BOBBIO, 2001, p. 17, 49-51).

Esquerda e direita seriam mais do que “meras ideologias”. Ele não define explicitamente o que denomina por ideologia<sup>4</sup>, mas defende que a díade representa programas contrapostos de ação e solução aos problemas da esfera política, contrastando não apenas ideias, mas valores e sentidos que a sociedade deve adotar, e que não pode desaparecer, ainda que se substituam os nomes. São partes mutuamente excludentes e, juntas, esgotam as possibilidades do debate político, embora também possam ser consideradas pontas de um contínuo ou ainda incluir o centro (BOBBIO, 2001, p. 49, 51, 53, 82).

Para ele, ainda, todas as tentativas de derrubar essa distinção podem ser refutadas. Primeiro, a chamada “crise das ideologias”. Alguns cientistas sociais declararam o fim da ideologia no final da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, defendendo que as ideologias teriam chegado a uma espécie de exaustão e teriam perdido valor e significado. No entanto, essa crise não alcançaria a divisão, já que ela está além da ideia de ideologia (BOBBIO, 2001, p. 51; JOST, 2006, p. 651).

Outra possível tentativa de derrubada da divisão entre direita e esquerda que foi rechaçada por Bobbio é a da crescente complexidade do universo político das grandes sociedades contemporâneas. O mundo político estaria se tornando muito diverso, e há mais grupos do que esse espectro parece indicar. No entanto, afirma Bobbio, existe espaço para

---

<sup>4</sup> Embora não esteja clara, fica evidente que a definição de ideologia diverge da adotada nesse trabalho. Adotamos a ideia de ideologia como um conjunto de ideias e/ou valores, e colocamos os lados políticos como defendendo alguma. Ele, por sua vez, parece defender que a ideologia é uma ideia falsa, que não é coerente com a realidade, e que não abrange os espectros políticos (BOBBIO, 2001, p. 51).

grupos intermediários, que estariam ao longo do contínuo direita-esquerda, e a complexidade não nega a divisão (BOBBIO, 2001, p. 53-54).

A tentativa de derrubada pela complexidade vincula-se à dificuldade que os “Verdes” apresentam para a manutenção da díade, ou pelo menos para o seu poder descritivo do universo político. Os “Verdes” são movimentos políticos, surgidos sobretudo no contexto europeu, que se apoderaram da pauta ecológica e acreditam que, pela especificidade da própria pauta política, podem ser considerados de fora da díade, como um movimento transversal. Outra vez, Bobbio alega que eles estão sendo incorporados, a ponto de se poder falar de “Verdes de esquerda” e “Verdes de Direita” (BOBBIO, 2001, p. 58-60; KITSCHOLT, HELLEMANS, 1990, p. 214).

Por fim<sup>5</sup>, e para ele a tentativa mais importante, é a de dizer que houve a vitória de um dos lados do espectro político. Sustentar que um dos lados venceu implicaria dizer que essa divisão entre direita e esquerda seria desnecessária, e que todos os grupos políticos existentes seriam abarcados pelo lado vencedor. Ele sustenta que anular um dos lados declarando a vitória do outro lado é impossível, já que a história demonstra que toda aparente vitória é seguida pelo soerguimento do lado supostamente derrotado<sup>6</sup> (BOBBIO, 2001, p. 61-63).

Para reforçar a importância dessa divisão, ele apresenta algumas defesas de sua manutenção. Para ele, o fato de a esquerda sempre achar que o centro é uma direita disfarçada, assim como a direita achar que o centro é uma esquerda não declarada, é um reforço da existência e importância dessa díade na esfera política (BOBBIO, 2001, p. 55-56). Além disso, o uso da díade na linguagem política comum é, para ele, uma reafirmação de sua importância e pleno funcionamento, ainda que os conceitos possam ser ambíguos, como é

---

<sup>5</sup> Existe ainda uma outra possível refutação, que seria uma tentativa de unificar os dois lados, explicação sobre o Terceiro Inclusivo, juntando as duas partes numa totalidade dialética (BOBBIO, 2001, p. 56; ANDERSON, 2012, p.157).

<sup>6</sup> Parece-nos complicada a utilização desse argumento. O fato de não termos uma vitória de algum dos lados até hoje não quer dizer que essa vitória é impossível, pode querer dizer apenas que não tenha acontecido *ainda*.



comum no “politiquês”<sup>7</sup>. Embora esteja em mudança ao longo do tempo, e que a história imprima a essa distinção diferentes significados, a distinção continua viva (BOBBIO, 2001, p. 79, 85, 86).

Apresentada a defesa do autor para a manutenção da diferença entre direita e esquerda, agora serão apresentadas as definições propriamente. Para Bobbio, a distinção tem por fundamentos abstrações e construções de tipos-ideias, e está ancorada, sobretudo, na forma como os lados se posicionam no debate sobre a igualdade ou desigualdade. A esquerda teria a igualdade como elemento central, assim como a direita sustentaria a desigualdade ou inigualdade<sup>8</sup>. A direita estaria disposta a aceitar as desigualdades que possam ser consideradas naturais (que tenham como fonte a natureza ou a sociedade), enquanto a esquerda estaria propensa a considerar que é possível corrigi-las. O igualitário (a esquerda) tende a tentar atenuar as diferenças, enquanto o inigualitário (a direita) tende a acentuar as diferenças (BOBBIO, 2001, p. 111, 121, 123).

Importante destacar que Bobbio diz não considerar que a igualdade é necessariamente boa ou a desigualdade necessariamente ruim. Ele afirma ter tentado se livrar de todo juízo de valor ao elencar a igualdade como o critério distintivo. Ele inclusive reflete sobre a possibilidade de a distinção se assentar nas diferenças sobre a liberdade, que é outro valor comumente utilizado para definir direita e esquerda, mas afirma que a liberdade não é simétrica à igualdade, e sim à autoridade, e que ambos os lados abrigam pessoas mais afeitas aos ideais libertários, assim como aos ideais autoritários (BOBBIO, 2001, p. 112, 131, 133).

Sowell também defende que há uma divisão, e que ela precisa ser explicada de alguma forma. Ele afirma que as discordâncias entre os sujeitos se dão de forma muito frequente para

---

<sup>7</sup> Termo utilizado por Bobbio (BOBBIO, 2001, p. 86).

<sup>8</sup> Neologismo criado por Bobbio, parece-nos, para suavizar a carga axiologicamente negativa que a palavra desigualdade ativa quase automaticamente, mas para o qual ele não dá nenhuma definição que não pudesse ser dada também à palavra desigualdade (BOBBIO, 2001).

ser aleatória. Ele centra a divisão, no que é seguido por Pinker (2004), nas diferenças sobre a natureza humana. Sowell defende que a disputa entre os lados pode ser compreendida analisando as premissas que os sustentam, que são fundamentalmente diferentes, e que dão coerência às ideias e coesão aos grupos (SOWELL, 2011, p. 17). Ele também afirma que, como o que sustenta cada uma das visões é um conjunto coerente e coeso de ideias que se fundamentam na forma como cada uma delas enxerga a natureza humana, a discussão é possível. Para isso, basta concentrar o debate nos problemas lógicos e fáticos dessas visões, assim como é possível trazer evidências que corroborem cada uma das visões de natureza humana. Quando, por outro lado, se considera que as diferenças são premissas de valor, o debate se torna impossível, já que o grupo vê o adversário como trabalhando para alcançar objetivos que são moralmente incompatíveis (SOWELL, 2011, p. 264-265).

Ele apresenta as visões que chama de visão restrita e visão irrestrita. Pinker dá a essas visões o nome de visão trágica e utópica, respectivamente (PINKER, 2004, p. 392-393).

A visão restrita defende uma ideia de natureza humana que apresenta limitações que estão fora do alcance das propostas políticas. Para ele, a visão restrita se baseia no fato de que o ser humano é moralmente limitado, e que a política pode apenas apresentar paliativos, fazer concessões e manejar esses limites. De maneira alguma é possível apresentar soluções definitivas para as limitações, já que elas são intrínsecas ao próprio ser humano (SOWELL, 2011, p. 25-27).

Essa visão também defende que o conhecimento e a razão devem ser concebidos dentro da experiência social de muitos indivíduos, como produto da tradição e de mecanismos regulados pela maioria. Mesmo que a decisão coletivamente tomada não seja facilmente compreendida em termos racionais, ainda assim ela deve ser mantida. Essa visão atribui certa confiança nos processos que progrediram ao longo da história. Isso difere da visão irrestrita, na qual o intelectual tem um conhecimento privilegiado sobre o mundo e alguns podem estar

mais capacitados a enxergar a realidade de forma racional do que outros. Já que a visão restrita apregoa uma limitação intrínseca ao ser humano, não pode atribuir a alguns uma habilidade para além dos limites que a própria natureza desenhou. Isso faz com que a visão restrita tenda a avaliar o avanço da vida humana medindo os processos sistêmicos desenvolvidos, como tradição, valores, mercados, famílias. Nesse sentido, os processos sociais articulados (racionalidade sistêmica) são mais relevantes do que a racionalidade articulada, argumentada (SOWELL, 2011, p. 49-51, 59, 60-62, 177).

A visão restrita também considera que a preocupação maior, na esfera política, deve estar na balança de poder e na igualdade deste entre os indivíduos. O foco dessa visão está muito mais nos processos do que nos resultados. Já que até mesmo os governantes são moralmente limitados, é preciso criar mecanismos regulatórios para limitar o poder concedido. O foco dentro dessa visão não está na igualdade econômica, mas na igualdade de poder (SOWELL, 2011, p. 59, 66, 68).

Como as intenções importam menos que os resultados dentro da visão restrita, a fidelidade e o respeito aos acordos e grupos é mais valorizada do que a sinceridade com os objetivos e as causas sociais, e os papéis sociais são mais valorizados do que na visão irrestrita. O foco, ao analisar a sociedade, está nos processos, e assim também são julgados conceitos como igualdade, liberdade e justiça. Além disso, os processos sociais são considerados justos quando tiram o máximo benefício social das capacidades restritas do ser humano, com o menor custo possível (SOWELL, 2011, p. 71-73, 104-105, 143, 152-153).

Por fim, na visão restrita, individualismo significa deixar os indivíduos livres para fazerem suas próprias escolhas, embora devam ser limitados através da experiência coletiva incorporada em valores tradicionais e dos mecanismos atuais de recompensas e castigos. É preciso falar em termos de incentivos e recompensas, castigos e punições, e não de intenções (SOWELL, 2011, p. 178).

A visão irrestrita fundamenta-se em uma ideia de natureza humana bastante diferente, e isso acaba interferindo nas projeções sobre a sociedade e a esfera de ação da política. Dentro dessa visão a natureza humana é ilimitada, é uma variável a ser trabalhada. Não é preciso considerar os limites. Pelo contrário, o papel das visões é justamente o de desenhar a natureza humana. Por isso, é possível julgar os benefícios dos processos sociais e os indivíduos em termos de intenções e de virtude. Além disso, é mais importante a sinceridade de uma visão ou ação do que a fidelidade a um grupo ou ideais anteriores (SOWELL, 2011, p. 27-29, 72, 106).

O conhecimento dentro da visão irrestrita também ganha outros contornos. Como não há limites para a ação política ou moral, é possível alcançar soluções definitivas e consideradas “óbvias”. Para tanto, a razão é fundamental, em detrimento da experiência, para a visão restrita, e alguns poucos podem guiar melhor a sociedade em virtude do conhecimento e da racionalidade, o que abre maior poder e reconhecimento aos intelectuais. Como a racionalidade é importante para a visão irrestrita, é possível analisar racionalmente quais as necessidades da sociedade e articular as melhores respostas, como num processo de “engenharia”. É diferente para a visão restrita, que acredita que o processo histórico é mais eficiente do que a deliberação racional ou racionalidade articulada (SOWELL, 2011, p. 53, 56-57, 77-79, 88-89, 91, 106).

O foco, para a visão irrestrita, ao avaliar as sociedades, está nos resultados. É mais importante falar em termos dos objetivos a serem alcançados do que sobre os incentivos e as recompensas oferecidas durante o processo. Por isso, a preocupação maior está na igualdade econômica e material, em detrimento da igualdade de poder. É preciso avaliar se as recompensas individuais são fruto de merecimento ou de privilégio ou de sorte, e é importante corrigir as recompensas fortuitas. Além disso, valores como liberdade, igualdade e justiça

precisam considerar os resultados dos processos sociais (SOWELL, 2011, p. 68, 104-105, 106-107, 145).

Por fim, a visão irrestrita também valoriza o individualismo, mas em outros termos. Dentro dessa visão, os mais sábios devem instruir os menos sábios nos processos de escolha, e o individualismo refere-se ao direito de participar de processos deliberativos, assim como o direito dos sábios de terem certa imunidade a esses mesmos processos sistêmicos (SOWELL, 2011, p. 177-178).

Importa dizer que as visões não são blocos de autores e ideias absolutamente concordantes entre si. Para que uma visão seja restrita, basta que ela considere: que os recursos do ser humano, internos e externos, são limitados, e que as pessoas não aceitam limitar seus desejos de forma livre, sendo preciso estabelecer critérios externos e mecanismos sociais que forcem as pessoas a delimitarem a satisfação das vontades. Para ser considerada irrestrita, tem de haver: valoração excessiva de alguns intelectuais capazes de enxergar as melhores soluções, não sendo necessário que todos concordem, e quanto maior e mais irrestrita forem consideradas as capacidades intelectuais e morais do ser humano, maior será a confiança nos resultados propostos pelos intelectuais (SOWELL, 2011, p. 119-123).

Também não é possível enquadrar todas as ideologias dentro desse arcabouço maior. Algumas delas fogem desse quadro geral, criando o que ele chama de visões híbridas. É o caso do marxismo, que tem uma visão restrita da história, que caminha progressivamente para uma proposta irrestrita; e do utilitarismo, que considera que há limitações morais inerentes, mas que confere aos tomadores de decisão um caráter mais irrestrito e ilimitado (SOWELL, 2011, p. 126, 129-130).

Sowell não acha possível equivaler essa divisão com a divisão de esquerda e direita, e nem mesmo acredita ser possível comparar de forma direta as visões restrita e irrestrita, pela presença das visões híbridas, e da questão do radicalismo, que se colocou como item

importante desde o surgimento dos espectros políticos. Embora seja possível dizer que a visão irrestrita fica confortável na esquerda, o mesmo não se pode dizer da visão restrita na direita, por exemplo, quando confrontados com os libertários radicais, que não acreditam nos processos ou instituições sociais (SOWELL, 2011, p. 136-138, 220). Além disso, é possível citar diversos autores que se definem de esquerda e possuem uma compreensão da natureza humana como algo restrito, ainda que não nos termos de Sowell. É o caso do livro *Darwinian Left*, onde Peter Singer afirma que a esquerda precisa de um novo paradigma, no qual compreenderia bem o que a teoria evolutiva diz ou não sobre a natureza humana e, a partir dela, construiria o que se pode chamar de uma esquerda cientificamente informada (SINGER, 2000, p. 5, 12-18, 60-62).

Bobbio e Sowell discordam profundamente no critério de distinção entre os grupos políticos. Não só discordam sobre o valor adotado pelos lados, mas discordam que os valores são o critério de distinção em si mesmo. Sowell afirma que tanto a dicotomia direita-esquerda quanto a dicotomia entre as visões restrita e irrestrita não diferem em termos de premissa de valor. Todos os lados desejam o bem comum. O problema está na forma pela qual os lados acreditam que podem alcançá-lo. A diferença está nas suposições empíricas em relação à natureza humana e aos processos sociais, e os valores são uma decorrência da visão da natureza humana, e não o contrário (SOWELL, 2011, p. 139, 251). Bobbio, por sua vez, defende que o problema está justamente na avaliação da igualdade, um valor, pelos lados do espectro político (BOBBIO, 2001, p. 115).

Percebe-se também o quanto é relativamente fácil apontar um julgamento de valor e certa defesa de causa embutida na argumentação de ambos os autores. Em Bobbio, embora ele afirme expressamente que tentou deixar seus juízos de valor e sua posição política de lado quando da avaliação da distinção, fica clara qual é a posição política dele, e fica difícil acreditar que, embora imbuído de boas intenções, ele não tenha deixado que seu viés de grupo

interferisse e jogasse para o oponente um valor dificilmente defensável. Como o próprio Sowell aponta, a igualdade pode ser analisada em termos de processo (e nesse sentido a defesa da meritocracia, usualmente atribuída à direita, preza pela igualdade de oportunidades e regras do jogo), e em termos de resultado (claramente a forma como a esquerda enxerga a igualdade, no sentido de igualdade material ou das condições de participar do jogo). Para a direita, se os jogadores têm iguais possibilidades de alcançar as recompensas, desde que cumpram as exigências, isso é igualdade; para a esquerda, por sua vez, se os jogadores chegam desiguais para o início do jogo, essa desigualdade não pode ser corrigida e o sistema permanece desigual (SOWELL, 2011).

Além disso, uma resenha do livro de Bobbio feita por outro importante autor de esquerda, Perry Anderson, aponta como ignorar as desigualdades inerentes à natureza humana, ou jogá-las apenas para a direita no sentido das inigualdades, pode deixar a balança desequilibrada e a esquerda em franca posição desvantajosa. Isso porque, como ele mesmo aponta, algumas ciências têm desvendado algumas diferenças inatas e retirar as desigualdades sociais pode acentuar as diferenças naturais, criando outros sistemas intrinsecamente injustos (ANDERSON, 1998, 76-77; ANDERSON, 2012, p. 161).

Sowell, por sua vez, embora apresente uma argumentação que nos parece menos enviesada, ainda assim às vezes apresenta a visão irrestrita como exageradamente ingênua, e tende a enxergar a visão restrita como mais moderada, aceitando uma maior gama de posições internamente, podendo abarcar tanto a direita como a esquerda (SOWELL, p. 139).

Outra dificuldade é fazer com que essas diferenças abstratas sejam correspondentes aos grupos políticos concretos, tão diferentes entre si e que se posicionam diferentemente a depender da cultura política dos países. As fronteiras entre os termos estão longe de ser fixas, e as posições da direita, da esquerda ou do centro tendem a relacionar-se com as questões

políticas empiricamente estabelecidas. Como diz Perry Anderson: ideias raramente são valores absolutos (ANDERSON, 2012, p.11-12).

Para que as explicações de coerência interna das ideologias sejam suficientes para explicar os grupos, é preciso também que a divisão escolhida seja aceita pelos grupos em si. A definição de direita como o lado político que se foca na desigualdade, por exemplo, deveria ser aceita pelos membros do grupo à direita; assim como a definição de visão irrestrita como aquela que acredita que o ser humano não possui limitações intrínsecas deveria ser aceita pelos membros desse grupo (geralmente a esquerda). O que percebemos é que Sowell discorda frontalmente da ideia de que a direita não se importa com a igualdade, assim como Perry Anderson (ANDERSON, 2012) e Peter Singer (SINGER, 2000) acreditam ser possível fazer uma esquerda que acate as pesquisas em natureza humana. E é questionável se, ao colocar o foco dos debates políticos em posições sobre a natureza humana, Sowell foi capaz de abarcar o que de fato divide os grupos. Se essa divisão for interessante para o debate saudável, mas não for aceita pelos grupos que debatem, de nada adianta aventar a hipótese teórica de um acordo ou da vitória de uma das formas de enxergar o ser humano.

Os partidos também são um elemento importante para a identificação política, e sua organização pode variar bastante a depender do contexto cultural e histórico. Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisas indicam que o eleitor tem dificuldade em identificar seu escolhido através da ideologia, e talvez utilize-se dos partidos como forma de facilitar a identificação (CONOVER, FELDMAN, 2004, p. 266-267). No Brasil, por seu turno, através da análise dos programas dos partidos, é possível perceber que eles não se encaixam nas classificações usuais, embora apresentem alguma consistência com relação ao contexto e seus respectivos aliados (DA SILVA TAROUÇO, MADEIRA, 2013). Ainda com relação ao Brasil, desde os anos 80 reconhece-se um fenômeno denominado “direita envergonhada”. Alguns estudos foram feitos para tentar compreender a posição política de deputados, e um



deles, baseado em autodeclaração, datado da década de 80, obteve menos de 6% dos deputados denominando-se de direita ou de centro (POWER, ZUCCO JR, 2009, p. 234). O que implica dizer que, caso a identificação partidária seja uma forma relevante de compreender as ideologias, será preciso fazer uma análise mais contextual dos lados políticos e das definições entre direita e esquerda.

Também é possível pensar se há apenas um tipo de questão que interesse na definição ideológica, por exemplo, questões econômicas. Na política norte-americana, por exemplo, parece haver uma tendência a subdividir os problemas políticos entre questões sociais e questões econômicas. Nesse sentido, os grupos ideológicos se arranjarão de forma a poder fazer combinações, como, por exemplo, ser um conservador em termos econômicos, mas um liberal em termos sociais (CONOVER, FELDMAN, 2004, p. 266).

Outras dificuldades ainda podem ser apontadas. Não está claro se há diferenças entre as oposições liberalismo/conservadorismo e esquerda/direita. Nos Estados Unidos, as posições de esquerda e direita costumam equivaler a liberais e conservadores, respectivamente (CARLISLE, 2005b, p. 693, *Verbetes Ideology*; JOST, 2006, p. 651). No entanto, é possível pensar que esses são, na verdade, dois contínuos distintos e que podem ser combinados. Liberalismo e conservadorismo seriam posturas com relação à tolerância à mudança, e não posições político-ideológicas. Nessa perspectiva, por exemplo, Hitler seria um direitista, mas não um conservador, assim como Stalin seria um esquerdista, mas não um liberal (CARLISLE, 2005b, p. 693, *Verbetes Ideology*). Ou ainda, o termo conservadorismo careceria de uma teoria política que o sustentasse, sendo útil apenas na análise de caracteres psicológicos, enquanto liberalismo seria um termo com uma história confusa e altamente dependente do contexto em que está sendo utilizado (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 242, *Verbetes Conservadorismo*, 687-688, *Verbetes Liberalismo*). Haidt inclusive afirma que o termo liberal fora dos Estados Unidos parece guardar menção à valoração da

liberdade e se aproximar mais do que eles chamam libertários (*libertarians*) (HAIDT, 2013, p. XXIII).

Como boa parte das pesquisas aqui utilizadas considera que o termo liberal/conservador é usualmente a divisão entre direita (conservador) e esquerda (liberal) na política norte-americana, acompanharemos essa visão e consideraremos que há equivalência.

Diante de tantas dificuldades, seria possível dizer que as ideologias não fazem mais sentido ou não devem ser consideradas. Mas, a despeito desse relativo ceticismo quanto às possibilidades explicativas internas, isso não desmerece a tentativa, tampouco torna as ideologias em si mesmas irrelevantes na busca pela explicação dos grupos.

De acordo com Kitschelt e Hellemans, existem quatro formas de lidar com a distinção entre direita e esquerda na política contemporânea. A primeira delas considera que a distinção perdeu o valor. É o caso de alguns “Verdes” europeus, como apontado por Bobbio. Eles afirmam que a distinção não os contempla nem aos problemas ecológicos enfrentados pelas sociedades contemporâneas (KITSCHELT, HELLEMANS, 1990; BOBBIO, 2001, p. 58-60).

A segunda, e se opondo à anterior, afirma que os movimentos políticos contemporâneos não transformaram o cenário, mas permanecem dentro do espectro da direita e da esquerda. Para esse ponto de vista, a distinção surgiu em torno de questões econômicas e assim permanece, mesmo que a essas questões estejam sendo adicionadas outras de caráter não material, e ainda que os movimentos políticos estejam arvorando para si outras denominações (KITSCHELT, HELLEMANS, 1990; BOBBIO, 2001). Essa é, ao que nos parece, a posição de Bobbio.

Uma terceira forma de encarar a díade é afirmando que houve uma pluralização de significados atribuídos aos dois termos. O que antes surgiu como uma divisão no plano econômico, agora está sendo disputado entre aqueles que continuam afirmando a importância

das questões materiais, e aqueles que acham que agora a distinção aborda questões de outra esfera, nomeadas pelos pesquisadores como questões “pós-materialistas” (*postmaterialist*) como, por exemplo, a pauta ecológica. Os pluralistas acham que há ressignificação do que significa dizer que se é de direita ou de esquerda, e que não apenas as questões econômicas são importantes, mas há outras. Estar em um dos lados significa se posicionar com relação a um universo multidimensional de visões e escolhas políticas (KITSCHOLT, HELLEMANS, 1990). Talvez seja possível encaixar Sowell nessa forma de ver a díade que domina o cenário político.

Por fim, há os que defendem que os dois termos permanecem importantes dentro dos debates políticos, mas não por causa dos valores em si. Os termos direita e esquerda fariam sentido em termos simbólicos, não em termos abstratos (KITSCHOLT, HELLEMANS, 1990, p. 211). Essa forma parece-nos inevitável, já que as pessoas permanecem se identificando como de direita ou de esquerda. Concordando com Bobbio, o fato de esse vocabulário permanecer em uso faz com que ele permaneça relevante (BOBBIO, 2001, p. 86).

Ainda que não se possa alcançar uma definição precisa do que quer dizer estar de um lado ou de outro, a divisão permanece útil para avaliar as posições dos atores em questões políticas. As ideologias ainda servem como parâmetro de autoidentificação, como uma forma que as pessoas encontram para se unirem aos grupos políticos, ainda que de forma simbólica. Pode, inclusive, ser útil ainda na decisão de voto, atuando como parte do processo de escolha dentre candidatos, ainda que não haja disputa concreta entre eles por razões ideológicas. Funciona como um atalho, um simplificador na hora de avaliar as outras pessoas e as escolhas que precisam ser feitas na esfera pública. (CONOVER, FELDMAN, 2004; KNUTSEN, 1995, p. 63). Isso não as torna boa fonte de explicação e esclarecimento nas distinções dos grupos político-ideológicos, mas talvez seja um argumento pela sua inevitável existência.

Por que, a despeito de não parecer fácil identificar o que essas ideologias querem dizer, as pessoas ainda as utilizam? Uma última forma de explicar as ideologias por si sós que exploraremos aqui é a teoria do contágio de Berger. Ele afirma que há alguns princípios do contágio que podem ser seguidos para que uma ideia ganhe o “boca a boca”, princípios esses que ele direciona inicialmente para a publicidade. No entanto, os princípios podem ser aplicados a qualquer ideia (inclusive política)<sup>9</sup>. Ele afirma que para uma ideia ter sucesso ela precisa possuir moeda social, ou seja, as pessoas devem ver vantagens sociais ao passar a ideia adiante. As ideias também são favorecidas por gatilhos, ou seja, elementos, preferencialmente presentes no ambiente, que sirvam para trazer a ideia à mente. Outro item que conta para que uma ideia “pegue” é a emoção, e algumas emoções, sobretudo as que causam maior excitação, como o assombro, a animação, o divertimento, a raiva e a ansiedade, tornam a replicação das ideias mais provável (BERGER, 2014, Epílogo, EPUB).

Outro item na teoria do contágio de Berger é a importância de as ideias se tornarem públicas, ou seja, de as ideias serem publicizáveis. Elas ainda ganham vantagem se tiverem um valor prático, se contiverem informações úteis para aqueles que compartilham as ideias. Por fim, e bastante importante, se for possível atrelar narrativas ou histórias às ideias, isso as torna mais passíveis de se espalharem. Um exemplo não explorado por Berger, mas que poderia ser interessante de ser pesquisado no contexto dos grupos políticos, é dos mitos de fundação ou da narrativa de heróis e intelectuais. (BERGER, 2014, Epílogo, EPUB).

Nesse caso, ideias que são contempladas na esfera política podem ter grande chance de sucesso, considerando a moeda social, as emoções despertadas, a óbvia capacidade e necessidade de publicização dessas ideias, e a necessidade de criar narrativas e conexões entre pessoas, histórias pessoais e os valores compartilhados pelos grupos políticos.

---

<sup>9</sup> Miller defende a aproximação entre o raciocínio do marketing e o das ideologias de forma ainda mais incisiva, ao dizer que as ideologias de um indivíduo podem ser consideradas não o seu “conteúdo editorial”, mas sua “campanha de publicidade” (MILLER, 2012, p. 48).

Se essa proposta estiver certa, podemos estudar o espalhamento de ideologias e discursos políticos não através do estudo de sua coerência ou dos seus argumentos, tampouco pela validade moral dos valores defendidos. Podemos estudá-las por meio dos sujeitos que as espalham. Precisaremos compreender porque determinadas emoções tornam as ideias mais bem sucedidas ou porque sentimos vontade de compartilhá-las, ou seja, explicar a existência dos mecanismos de propagação das ideias que só podem ser explicados se virmos de perto esses indivíduos.

### *3.2 Grupos político-ideológicos como o encontro de pessoas afins*

Consideramos até agora que existem grupos político-ideológicos, que existe algo que une as pessoas e que esse algo se expressa como ideologias. Consideramos também que definir o que essas ideologias defendem depende bastante de contexto, e não parece possível um acordo sobre o que quer dizer ser de esquerda/direita ou liberal/conservador através apenas da defesa que cada grupo apresenta de si.

Ainda não fomos, no entanto, capazes de responder por que os grupos político-ideológicos existem. Uma das formas de compreender como as pessoas escolhem as ideologias é pensar que elas são respostas dos indivíduos e estão conectadas às particularidades destes. A possibilidade de que as ideologias derivem de necessidades psicológicas individuais não costuma ser efetivamente considerada dentre os estudiosos em ciência política, e isso porque talvez eles nem mesmo estejam considerando seriamente o que significa dizer que os indivíduos têm preferências ideológicas genuínas (JOST, 2006, p. 655).

Para tanto, podemos considerar que os sujeitos escolhem livremente as ideologias, sem nenhum condicionante ou influência, ainda que não saibam ao certo explicar como. A escolha

sobre a quais grupos políticos filiar-se, seria feita, assim, exclusivamente por meio dos argumentos racionais e da consciência. Essa é uma possibilidade bem radical e difícil de trabalhar considerando qualquer outra área, exceto talvez a própria filosofia, a psicologia clínica e a teologia (CROWELL, 2016).

Outra forma de considerar os sujeitos é dizer que eles são completamente produtos do meio e escolhem seus grupos ideológicos por razões do ambiente, pela educação ou pela cultura. Essa perspectiva pode ser chamada de *tábula rasa*<sup>10</sup>.

A ideia de que somos *tábula rasa* não é recente e suas implicações são extremamente complexas. Para analisar a ideia de *tábula rasa*, é preciso compreendê-la também em função da ideia que usualmente a contrapõe, a de que temos condicionantes ou ao menos influências biológicas no comportamento humano. Há, portanto, dois lados em disputa: a ideia de natureza humana, que representa o lado que acredita que a nossa constituição biológica influencia o nosso comportamento, incluído aqui o comportamento político; e a ideia de *tábula rasa*, correspondendo ao lado que defende que tudo o que somos é produto do meio social e não há qualquer influência biológica. Esses dois lados também podem ser reconhecidos pela oposição entre natureza e cultura, ou ainda através da disputa entre inato e adquirido (PINKER, 2004; RIDLEY, Matt, 2013; DORTIER, 2010, *Verbete Natureza-Cultura*, p. 440-442, *Verbete Inato-Adquirido*, p. 298-299).

A *tábula rasa* seria a aplicação do culturalismo ou do ambientalismo radical. Steven Pinker denomina essa teoria como a teoria oficial, que apregoa que nascemos livres de inclinações ou tendências e que a experiência, a sociedade ou a educação seriam responsáveis por moldar o indivíduo. A cultura seria a única “natureza humana” e seria capaz de explicar

---

<sup>10</sup> O objetivo não é descrever a posição dos que acreditam que a cultura tenha alguma influência. Aqui, pretendemos apresentar aqueles que defendem que a biologia não possui nenhuma influência no comportamento humano.

qualquer comportamento humano. Essa teoria tem norteado as pesquisas em boa parte das ciências humanas ou sociais. (PINKER, 2004, p. 23-24; LEIS, 2006, p. 32).

Essa posição não é, é claro, a posição dos que defendem que a cultura tenha alguma influência no comportamento humano. A posição intermediária, dos interacionistas, considera também que há alguma influência biológica, e estão no meio do caminho entre os deterministas biológicos e os deterministas culturais (DORTIER, 2010, *Verbetes Inatos-Adquiridos*, p. 298-299; JOYCE, 2006, p. 7-8).

Tanto os interacionistas como os deterministas biológicos consideram, portanto, que há alguma influência biológica no comportamento humano. É difícil atualmente encontrar algum pesquisador sério que defenda um determinismo genético absoluto (JOYCE, 2006, p. 8), e a ideia é geralmente a de influência probabilística dos genes (DAWKINS, 2007, p. 517). No entanto, a ideia de que temos pelo menos algumas tendências inatas pode ser complicada, já que “com poucas exceções, os cientistas sociais arrepiam os cabelos quando ouvem falar da hipótese da existência de uma natureza humana” (LEIS, 2004, p. 41).

Em alguma medida, encarar a natureza humana talvez desperte o medo de enfrentar explicações sobre características humanas moralmente reprováveis. É como se, para que se possa viver em sociedade, seja necessário partir do princípio de que há bondade inerente, ou pelo menos acreditar que temos total controle e poder de alterar os componentes moralmente reprováveis por meio da educação, da aculturação, da sociedade como um todo, mudando os sujeitos por meio de uma mudança radical da sociedade. (STEVENSON, HABERMAS, 2005, p. 7-9).

A resistência quanto a pesquisas que expliquem utilizando componentes biológicos, numa perspectiva mais profunda, enraíza-se no medo de que não haja espaço para a mudança. A existência de uma natureza humana, porém, não precisa anular o esforço conjunto em estabelecermos parâmetros para uma boa vida em sociedade. O conhecimento que é trazido

pela ciência não “autoriza ninguém a ser otimista ou pessimista” (LEIS, 2004, p. 41), e é muito mais provável que tenhamos maior capacidade de desenhar instituições mais eficientes e regras melhores se tivermos consciência de onde estamos partindo, e se tivermos uma compreensão, ainda que parcial e sujeita a falhas, da nossa natureza (SINGER, 2000; CHOMSKY *In* CHOMSKY, FOUCAULT, 2014, p. 52).

Diversas evidências científicas apontam para a existência de influências biológicas no comportamento humano. Dedicaremos o restante dessa pesquisa para apresentá-las e argumentar em favor de uma natureza humana cientificamente informada como parâmetro explicativo para os grupos político-ideológicos.



### III OS GRUPOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS ESTUDADOS DE CIMA PARA BAIXO

*“Nenhum caminho evolutivo, de qualquer tipo, pode ser previsto, seja no início ou perto do fim de sua trajetória. A seleção natural pode trazer uma espécie à beira de uma grande mudança revolucionária para depois rejeitá-la. [...] A evolução possível de uma espécie pode ser visualizada como uma jornada por um labirinto.”*

*EDWARD O. WILSON, 2013, P. 33.*

Na primeira parte, analisamos as ideologias como fonte de explicação dos grupos político-ideológicos. Agora, passaremos a olhar os grupos no sentido diverso, tentando entender quem são essas pessoas que se dizem de direita e de esquerda, e porque elas sustentam valores ou ideais divergentes. Para tanto, primeiramente, explicaremos brevemente o que quer dizer dar explicações biológicas para a natureza humana. Depois, concentraremos nossa atenção nas explicações para a formação dos grupos em geral. Por fim, descenderemos o olhar um pouco mais e nos atentaremos para as diferenças entre os indivíduos dos (pelo menos) dois grupos político-ideológicos existentes, tentando encontrar as razões pelas quais os indivíduos não se juntam em apenas um grande grupo político-ideológico.

#### 4 A TEORIA EVOLUTIVA

Colocar em diálogo áreas do conhecimento diferentes é uma tarefa difícil, que pode gerar diversas incompreensões e debates nos quais os debatedores não estão falando as mesmas coisas. Para que isso não aconteça, é importante esclarecer o que queremos dizer quando falamos sobre explicações biológicas.

A teoria evolutiva é, sem sombra de dúvida, a teoria biológica mais importante, e é o fundamento da ciência da biologia, assim como de suas disciplinas menores (RIDLEY, 2006, p. V, PALANZA, PARMIGIANI, 2016, p. 2). Assim, ainda que as pesquisas em biologia não estejam se debruçando sobre problemas ou explicações evolutivas, não quer dizer que a estejam negando ou contrapondo. A perspectiva evolucionista de fundo pode não ser explicitada porque o objeto da pesquisa não requer uma explicação das origens e do processo de surgimento, ou porque o método da pesquisa não demanda uma análise dos motivos de fundo. Todas as pesquisas que serão apresentadas, portanto, tem como teoria unificadora a teoria da evolução.

#### *4.1 Concepções equivocadas sobre a teoria evolutiva*

O debate entre as ciências naturais e sociais já foi muito desgastado, mal compreendido, e levou a aplicações no mundo político que são difíceis de defender. Quando se fala da aproximação entre o biológico e o político, com frequência a oposição a essa aproximação se faz por meio da lembrança de algumas teorias ou acontecimentos históricos.

Dentre os acontecimentos históricos, é possível elencar as teorias eugenistas do início do século XX, que pregavam a ideia de um melhoramento biológico por meio de controle de natalidade ou extermínio. Pode-se também apontar a crença de que há uma hierarquia intrínseca entre raças ou etnias, como se a biologia pudesse reafirmar preconceitos existentes e estabelecer relações de superioridade, o que acabou por fundamentar a solução final implementada pelo regime nazista. Há também o darwinismo social, que acreditava que, se as diferenças são inatas ou biologicamente determinadas, então a desigualdade pode ser tolerada ou até mesmo estimulada (WOLFF, 2012, p. 261-262; PINKER, 2004, p. 199-200).

Mas todas essas são aplicações equivocadas das ideias darwinista e neodarwinista<sup>11</sup> de evolução. Isso porque cometem, pelo menos, dois equívocos<sup>12</sup>: confundem evolução com progresso, e confundem explicação com justificação.

O primeiro equívoco cometido por essas teorias de explicação ou mudança da esfera social é a confusão entre evolução e progresso. Essa confusão aconteceu porque se atribuía uma lógica hierárquica ao processo evolutivo. A ideia de hierarquia ou de que a evolução faz com que as espécies caminhem num sentido de aperfeiçoamento não combina com os princípios de adaptação e acaso, que veremos mais à frente. A teoria evolutiva explica as mudanças das espécies em termos de adaptação aos ambientes aos quais essas mesmas espécies são expostas (YAMAMOTO, 2009, p. 2). Uma espécie adaptada, portanto, é uma espécie que melhor responde às pressões seletivas, e, nesse sentido, todas as espécies viventes são igualmente adaptadas, assim como as espécies que viveram no passado eram adaptadas, ao menos em seu apogeu ou no instante anterior à extinção, ao ambiente que enfrentavam. Não há hierarquia.

Ainda, quando se fala em progresso na evolução, utilizam-se bases não valorativas ou hierárquicas. Um exemplo do único pensamento hierárquico possível é o de Dawkins, que afirma que o progresso existente na evolução é a “continuação previsível no futuro de tendências do passado” (DAWKINS, 2009, p. 683). Note-se que essa definição de progresso é totalmente desprovida de valor, falando mais das condições preditivas da biologia evolutiva do que de uma comparação entre organismos. No sentido valorativo, progresso implica um

---

<sup>11</sup> O pensamento darwinista foi submetido a diversas mudanças, sobretudo com a junção das pesquisas desenvolvidas por Mendel. Por isso, o pensamento atual possui algumas diferenças em relação ao darwinismo clássico. Para mais informações, RIDLEY, 2006, p. 38.

<sup>12</sup> Ao menos em termos da aplicação da teoria evolutiva. Os equívocos éticos ou morais não serão abordados aqui.

caminho que leva a um objetivo desejado ou desejável, e é esse sentido que não corresponde à evolução biológica<sup>13</sup>.

Essas ideias ou teorias usualmente utilizadas para recusar a aproximação entre as ciências não se fundamentavam num naturalismo, mas num pensamento que diverge da ideia contemporânea de que somos um animal como qualquer outro. A ideia contemporânea de naturalismo, na verdade, mina a hierarquia na natureza, ao invés de justificá-la<sup>14</sup> (WOLFF, 2012, p. 262; 266).

Não há hierarquia na natureza, logo, não há como comparar e estabelecer um ranking de adaptabilidade. Também não são equivalentes evolução e progresso, já que, novamente, não há atribuição valorativa aos processos da evolução, então não se pode falar de uma linha ascendente. Não há, portanto, nenhuma razão para pensar que alguém esteja progredindo mais do que outrem, já que a adaptação está fortemente ligada ao contexto e ao meio enfrentado pelo organismo, como vimos.

O segundo equívoco é confundir justificar com explicar. A diferença entre justificar e explicar depende da área em que essa discussão se coloca. Em debates que se situam na epistemologia, área da filosofia que se preocupa em entender as razões pelas quais temos as crenças que temos, esse é um problema basilar. Nesses debates, os termos justificar e explicar podem significar a mesma coisa. Ambos os processos consistem em tornar claras as razões pelas quais temos uma crença ou conhecimento. A justificativa, nesse caso, pode ter tanto valor descritivo (esclarecendo os passos dados até a conclusão), como normativo

---

<sup>13</sup> Dawkins debate a existência do progresso de sentido valorativo na evolução ao falar sobre a corrida armamentista entre predador e presa e a possibilidade de que isso seja progresso a depender do parâmetro de progresso ou de bom caminho adotado (DAWKINS, 2009, p. 686-687). No entanto, acredito que essa é uma utilização equivocada do conceito de progresso para afirmar apenas que o direcionamento de um organismo pode ser moralmente analisado, e que isso tem raízes evolutivas.

<sup>14</sup> A continuação do argumento de Francis Wolff é o de que essas teorias totalitárias são o casamento de uma concepção antiessencialista e uma concepção hierárquica, não necessariamente baseado num naturalismo. Ele também tem críticas com relação ao pensamento não-hierárquico (WOLFF, 2012, p. 264; 266). De toda forma, esse debate está fora do escopo desse trabalho.

(estabelecendo qual a estrutura adequada da justificativa para que a crença seja considerada válida ou sólida) (HONDERICH, 2005, p. 263-265).

Dentro do método científico, uma das fases importantes do conhecimento é a de justificação, ou de explicação e defesa do ponto de vista de uma dada teoria. As teorias científicas, de maneira ampla, buscam explicar determinado fenômeno da realidade através de crenças justificadas. O método científico é, de alguma forma, uma tentativa de resposta ao problema da justificativa do conhecimento (HONDERICH, 2005, p 857; SCHICKORE, 2014, ponto 5). Nesse sentido, de forma geral, a teoria evolutiva é uma teoria científica e busca justificar seu conhecimento.

Muito diferente é a justificação moral. Moralidade pode ser entendida como uma forma de código que contenha um guia de ações ou princípios (HONDERICH, 2005, p. 819). Nesse sentido, uma ação é moralmente justificada quando está de acordo com o código. Na justificativa moral, faz-se um juízo de valor, dizendo que o ponto defendido é o que deve ser acatado. Não é uma questão de justificar uma crença, mas de defender uma ação ou comportamento. Essa confusão entre justificar moralmente e explicar (ou justificar epistemologicamente) parece bem comum nos debates sobre natureza humana (STEVENSON, HABERMAM, 2005, p. 25-26).

Quando alguém justifica algo moralmente, está tentando defender, universalizar, desculpar. A teoria evolutiva não está tentando defender caudas cada vez mais vistosas (e custosas!) para o pavão. Ela não está defendendo a multiplicidade de cores. Ela está tentando buscar as explicações para aquela exuberância. Se seria ou não mais eficiente trocar a cauda por um equipamento menos custoso, se seria justo ou não estabelecer um limite para o tamanho ou o uso, se a cauda deveria ser taxada em relação à sua exuberância, essas não são questões da evolução. Igualmente, a evolução quando aplicada ao comportamento pode no

máximo tentar entender porque temos valores diferentes. Se isso os torna certos, errados ou relativos, é uma questão que não está mais no escopo da teoria científica da evolução.

#### *4.2 A teoria evolutiva em linhas gerais*

A definição de evolução pode depender de qual disciplina da biologia está sendo utilizada. Em linhas gerais, quer dizer mudança no comportamento ou na forma dos seres vivos que pode ser observada através das gerações (RIDLEY, 2006, p. 28). Também pode ser definida como a mudança na frequência dos genes dentro de uma população ao longo das gerações (MILLSTEIN; SKIPPER JR, 2008, p. 26). Essas duas definições querem dizer basicamente a mesma coisa, ou seja, que a evolução fala de mudança nos seres vivos que pode ser observada em função do tempo. A diferença é apenas que elas falam sobre a evolução atuando em níveis diferentes da vida<sup>15</sup>.

Podemos falar, inicialmente, em dois grandes elementos da evolução: a ancestralidade comum e a seleção natural (SOBER, 2003, p. 267). O primeiro, a ancestralidade comum, é a ideia de que todas as espécies, as que ainda existem e as que já se extinguíram, vieram de um mesmo ancestral e desenvolveram-se de uma mesma linhagem, como ramos de uma grande árvore em desenvolvimento (ARIEW, 2008, p. 169; RIDLEY, 2006, p. 29). A seleção natural será explicada logo em seguida.

Essas duas ideias já estavam presentes, de forma mais simplificada e sem menção à hereditariedade como processo específico, no pensamento de Darwin (HODGE, RADICK, 2003, p. 2-3). No entanto, a biologia evolutiva só se consolidou depois da chamada síntese

---

<sup>15</sup> Não estamos ignorando o debate sobre a identidade ou não entre microevolução e macroevolução, mas acreditamos que esse debate não é necessário para a compreensão geral da evolução. Para mais informações, Ridley, 2006, p. 572-574, V-VII.

moderna, quando as conclusões de Darwin e as pesquisas de Mendel em genética foram enfim acomodadas e formaram um todo teórico coerente, já na segunda década do século XX (RIDLEY, 2006, p. 38). A partir desse momento, convencionou-se dizer que a evolução pode ser compreendida como descendência com modificação, e desde então outros mecanismos foram desenvolvidos para explicar a dinâmica da evolução.

Para compreender as ideias de “descendência” e “modificação”, é preciso entender o que são os genes. Os genes são uma unidade genética pequena que dura um número considerável de gerações (DAWKINS, 2007, p. 85). A definição de gene é bastante complicada, e pode ser encarada de diversas formas: material ou instrumental; ou considerando os aspectos funcional, estrutural, ou comparativo entre pedaços do DNA (GRIFFITHS; STOTZ, 2008, p.85-89, p. 101-102). Para essa pesquisa, convém a perspectiva informacional do gene. O gene é um replicador, e os replicadores podem ser compreendidos como transportadores de informação. Ou seja, nessa perspectiva, o gene na verdade é aquilo que transporta uma informação, ou é feito de informação (GLEICK, 2013, p. 313; GODFREY-SMITH, 2008, p. 104). Apresentaremos melhor o debate sobre replicadores na seção 6.1. A “descendência”, portanto, é a ideia de que todos os seres vivos são capazes de passar características adiante, e é o DNA quem fornece o meio físico para a hereditariedade em quase todas as criaturas vivas<sup>16</sup> (RIDLEY, 2006, p. 46).

Durante a produção de cópia do material genético, que acontece na reprodução celular, alguma coisa pode dar errado, e então teremos uma mutação (RIDLEY, 2006, p. 51). Darwin

---

<sup>16</sup> O DNA é composto por genes e por material não-codificador. O material não-codificador, antes chamado de lixo genético, constitui a maior parte do DNA (RIDLEY, 2006, p. 47-48, 588; FRANCIS, 2015, capítulo 5, EPUB) e são parte do que chamamos de mecanismos de expressão dos genes. Os estudos sobre o material não-codificador são, possivelmente, a fronteira mais importante dos estudos em genética atualmente, e estão relacionados às pesquisas sobre o que exatamente quer dizer hereditariedade e qual o papel da cultura nesse processo. A epigenética, área que estuda as mudanças herdáveis ou estáveis e de longo prazo na atividade e na expressão dos genes, tem demonstrado que não apenas as mutações são mecanismos de modificação, mas também algumas mudanças que acontecem ao longo da vida de um indivíduo. Isso porque as alterações epigenéticas podem ser herdadas, já que foram encontradas nas células responsáveis pela reprodução (WILSON, 2013, p. 246; FRANCIS, 2015, apêndice 12, EPUB).

já havia postulado a ideia de variação e variabilidade fisiológica, anatômica e de traços, sem ter qualquer conhecimento sobre as mutações e o processo de hereditariedade em si (HEAMS, 2015, p. 10).

A “modificação” corresponde, primariamente, às mutações. Elas acontecem de forma aleatória e esse processo, por si só, já é um processo evolutivo, já que as mutações alteram a frequência dos genes de uma determinada população (MILLSTEIN; SKIPPER JR, 2008, p. 29). Como os genes são os responsáveis pela produção de proteínas (que são o material do qual a vida é feita, basicamente), uma mutação aleatória num gene pode alterar a proteína a ser produzida e, assim levar a modificações de traços do ser vivo (daquilo que vemos de cada ser vivo). Chamamos o grupo dos genes de genótipo, e o conjunto de traços de fenótipo. (HEAMS, 2015, p. 11-12).

Algumas mutações que estão ligadas a traços e que podem ser transmitidas para as próximas gerações podem sofrer as pressões evolutivas, processo chamado de seleção natural. A seleção natural é o que acontece quando há grande potencial reprodutivo dos seres vivos e competição pelos recursos disponíveis no ambiente<sup>17</sup> (RIDLEY, 2006, p. 104). É essa a ideia popularmente (e frequentemente erroneamente) compreendida como a luta pela vida ou a sobrevivência dos mais aptos. Quando há uma mutação, ela altera o indivíduo e, portanto, modifica a forma como ele interage com o meio ao seu redor. A seleção natural pode levar a mudanças dos seres de duas formas: quando o ambiente muda, e assim muda também a melhor forma de interagir com ele e realizar determinadas tarefas; e quando surge uma forma melhor do que a usual na espécie de realizar essa tarefa, sem alteração do meio, resultado de uma mutação (RIDLEY, 2006, p. 105).

---

<sup>17</sup> Alguns outros elementos podem interferir no processo de seleção natural além do ambiente, como a variação da frequência de um determinado genótipo, a chamada seleção dependente de frequência. Nesses casos, o potencial adaptativo de um genótipo pode aumentar quando a sua frequência diminui e ele se torna mais raro (dependência negativa de frequência), ou pode aumentar quando ele se torna mais abundante (dependência positiva de frequência). Essa forma de seleção costuma acontecer em decorrência da interação com outras espécies presentes, como no caso de predação ou de parasitagem (RIDLEY, 2006, p. 156-159).



Para que a seleção natural aconteça, é preciso que haja reprodução, hereditariedade, variação entre os indivíduos (para que existam competição e seleção dos genes “mais eficientes”) e variação da aptidão (maior ou menor capacidade de passar seu material genético adiante) (RIDLEY, 2006, p. 104). Como diz Monod, a seleção natural tira o acidente mutacional do reino do puro acaso para inseri-lo no da necessidade (MONOD, 2006, p. 120).

Quando uma mutação dá origem a um traço que oferece vantagens reprodutivas ou de sobrevivência, chamamos essa mutação de adaptativa. Uma adaptação é uma característica que apareceu de forma aleatória num organismo por meio de uma mutação e que foi mantida pela seleção natural<sup>18</sup> (GRANDCOLAS, 2015, p. 78; RIDLEY, 2006, p. 29-30).

As adaptações não acontecem de forma abrupta, mas originam-se de diversos pequenos passos e alterações das características, a que chamamos de aspecto gradualista da evolução (RIDLEY, 2006, p. 287). É o aspecto gradualista que explica o surgimento de órgãos complexos por meio de processos não-dirigidos e delicados, que são as mutações<sup>19</sup>.

Uma característica é adaptativa para uma determinada tarefa que desempenha se existir evidência de ter sofrido processos seletivos e sua presença tiver gerado um aumento da eficiência na execução da tarefa citada, aumentando a aptidão (*fitness*) do indivíduo (WEST-EBERHARD, 1998, p. 8), ou seja, se tiver sofrido o processo de seleção natural.

Para identificar uma adaptação, há dois métodos possíveis. O primeiro método é o por meio da “análise do projeto” (*design*), tentando entender o quão bem “projetado” aquele carácter é para aquela função. Esse método também é chamado de engenharia reversa. O segundo método consiste em avaliar o valor adaptativo (*fitness*) dessa característica, tentando entender quais os efeitos dela na aptidão do indivíduo. O primeiro método é mais facilmente

<sup>18</sup> A adaptação pode ser entendida tanto como o processo pelo qual o organismo se tornou adequado ao seu meio como pelo produto desse processo (LEWENS, 2007, p. 2). Decidimos por usar adaptação aqui apenas como o produto, para não acontecer nenhum tipo de confusão terminológica desnecessária.

<sup>19</sup> Alguns autores, no entanto, defendem a existência de momentos em que a evolução tenha sido bastante acelerada por influência, por exemplo, da cultura ou de outros elementos externos (HAIDT, 2013, o. 249-251).

aplicado, mas menos confiável, enquanto o segundo é mais confiável, mas não está disponível para qualquer característica. Esses dois métodos estão, de toda forma, intrinsecamente ligados, e devem ser combinados sempre que possível ao tentar definir a adaptatividade (RIDLEY, 2006, p. 315-316, FRANCIS, 2015, capítulo 14, EPUB; GREEN, 2014, p. 480).

Na prática, as adaptações não são perfeitas, e nem sempre o que se encontra na natureza é o ponto ótimo, ideal, e mais eficiente. Isso se dá por diversas razões, dentre elas, porque um mesmo órgão ou característica pode acumular mais de uma função, e seu ponto ótimo para cada tarefa pode ser diferente. O que acaba acontecendo é que o órgão ou característica se torne o resultado de diversas concessões de eficiência em nome de um melhor funcionamento geral. Outra razão é que a evolução é um processo lento e as adaptações podem sofrer de uma espécie de obsolescência, já que o ambiente e os demais indivíduos que o compõem estão sempre em mutação. Uma terceira razão é a de que as mudanças no percurso histórico de uma determinada população podem fazer com que as adaptações acumuladas gerem um ponto de equilíbrio. Esse ponto de equilíbrio dificulta a introdução de pequenas alterações, mesmo que elas pudessem levar a um resultado melhor quando considerado o longo prazo. Isso porque a evolução não é guiada e não tem formas de prever quais pequenas mudanças menos adaptativas podem levar a um conjunto mais bem adaptado (RIDLEY, 2006, p. 312, 300-302, 309-312).

Identificar uma adaptação e diferenciá-la de um acidente não é tarefa fácil. Sobretudo porque é preciso reconhecer que há forças e leis da física que submetem os seres vivos e não tem qualquer relação com a evolução ou seleção natural, como, por exemplo, a gravidade. Não se pode dizer que há qualquer forma de adaptação no fato de os seres vivos sempre voltarem ao chão depois de pularem, porque não poderiam se comportar de outra maneira (RIDLEY, 2006, p. 314).

Outro problema para o reconhecimento das adaptações são as exaptações<sup>20</sup>. As exaptações são características que desempenham uma tarefa para a qual não foram inicialmente selecionadas (LEWENS, 2007, p. 7). Como vimos, uma característica será adaptativa quando tiver sido selecionada para o desempenho da tarefa que ela efetivamente executa. A identificação da adaptação está intimamente relacionada com o momento do surgimento e a respectiva função original. Dessa forma, não é tanto o resultado que conta, mas a forma pela qual a função foi fixada (GOULD e VRBA, 1982, p. 7).

Um exemplo didático é o desenvolvimento das penas nas aves. É provável que elas tenham surgido para participar de processos termoregulativos, ou ainda como item de exibição e atração sexual. No entanto, com a mudança das pressões evolutivas, acabou sendo vantajosa na locomoção dos seres, participando do voo. Embora elas sejam úteis nessa última tarefa, a seleção natural não aconteceu em função dela. Isso faria com que as penas fossem, atualmente, uma exaptação (RIDLEY, 2006, p. 292; GOULD e VRBA, 1982, p. 7).

Além disso, não apenas as condições climáticas e geográficas são pressões evolutivas. As outras espécies e até mesmo os outros órgãos e células do corpo podem realizar pressões e acabar determinando qual conjunto de genes será bem sucedido, levando às coadaptações. Coadaptação significa, primariamente, o ajuste mútuo de diferentes partes do corpo umas às outras, e é um conceito utilizado principalmente para tentar entender como é possível que surjam órgãos complexos e interligados (RIDLEY, 1982, p. 46). As coadaptações também podem se referir à adaptação mútua dos genótipos e até mesmo de espécies distintas (RIDLEY, 2006, p. 334).

Além da seleção natural, há ainda outros dois mecanismos que merecem ser mencionados: a deriva genética e a seleção sexual.

---

<sup>20</sup> Ainda é possível encontrar os termos coopção e pré-adaptação (RIDLEY, 2006, p. 293), mas estamos seguindo a argumentação de GOULD e VRBA.

Quando a seleção natural não está acontecendo, supõe-se que as frequências gênicas se mantenham constantes. No entanto, mudanças aleatórias na frequência dos genes podem acontecer em populações, o que é chamado de deriva genética<sup>21</sup>. Essa mudança aleatória na frequência dos genes costuma ter mais importância em populações menores (RIDLEY, 2006, p. 168).

Temos muita dificuldade de inserir o acaso no raciocínio científico, sobretudo porque a estratégia da ciência para analisar os fenômenos consiste em descobrir os invariantes, as leis gerais de conservação (MONOD, 2006, p. 105). No entanto, esse é um mecanismo importante na variabilidade genética, embora ainda esteja em disputa qual o valor de cada um dos mecanismos, e se a seleção natural explica mais ou menos que a deriva genética a variabilidade<sup>22</sup> (RIDLEY, 2006, p. 186).

A questão da extensão da deriva genética é um problema fundamental quando da aplicação das ideias evolutivas ao comportamento humano. Um dos grandes riscos e problemas epistemológicos de diversas disciplinas que usam a evolução para explicar o comportamento humano é o de não considerar o acaso como explicação para os comportamentos, tendendo a ver nesses traços adaptações e vantagens. O que ocorre acaba sendo um pensamento circular: um comportamento foi selecionado porque aumenta a chance de passar os genes adiante, e já que ele existe, então é preciso pensar qual a vantagem que ele adiciona. Esse raciocínio pode atrapalhar a enxergar respostas alternativas, ou podem se tornar sempre justificações *a posteriori*, dificultando a cientificidade dessas disciplinas (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 21).

---

<sup>21</sup> A deriva genética também pode acontecer quando a seleção natural está operando, mas não é preciso aprofundar tanto nos conceitos em evolução para fins dessa pesquisa (RIDLEY, 2006, p. 168)

<sup>22</sup> Até mesmo processos migratórios podem influenciar a distribuição genotípica (MILLSTEIN; SKIPPER JR, 2008, p. 26), já que populações isoladas podem ter apenas uma variação pequena de genes, e podem ser expostas a populações com outro banco genético. As mudanças de ambiente feitas por indivíduos (ou pólen, no caso das plantas) é o que se chama de fluxo gênico (RIDLEY, 2006, p. 389). Tanto o isolamento quanto o encontro com populações de mesma espécie, mas originária de outros ambientes, podem influenciar a frequência de genes e, conseqüentemente, de traços.

Por fim, a seleção sexual<sup>23</sup>. A ideia de seleção sexual também já estava presente no pensamento e nas teorias de Darwin, e desde sua proposição é debatida vigorosamente (ROUGHGARDEN, 2015, p. 86).

Em linhas gerais, a seleção sexual pode resolver o problema de algumas características que se mantêm ao longo de gerações, mas são claramente não-adaptativas, deletérias ou custosas. Com frequência, esses caracteres são encontrados nos espécimes machos. A ideia de Darwin é que a seleção sexual poderia acontecer de duas formas: através da competição direta entre machos e através da escolha da fêmea pelos machos e os respectivos caracteres. Em ambos os casos, é possível falar num correspondente conjunto genético que será favorecido em detrimento de outro (RIDLEY, 2006, p.354-356; MAYNARD SMITH, 2012, p. 199). Há ainda estudos sobre a competição intersexual, entre machos e fêmeas, com relação à reprodução e ao investimento parental (RIDLEY, 2006, p. 363; MAYNARD SMITH, 2012, p. 207).

A seleção sexual é um mecanismo ainda em desenvolvimento, especialmente com relação aos fatores genéticos que permitem ou selecionam determinadas características e a capacidade que essas características têm ou não de serem herdadas. Utilizando o exemplo clássico da custosa cauda do pavão, há duas teorias proeminentes. Uma delas, a teoria de Fisher, propõe que as fêmeas selecionaram inicialmente caudas um pouco maiores que poderiam ser de fato vantajosas, mas os genes “de seleção” das fêmeas acabaram associados aos genes “de cauda longa” do macho, o que levou a um progressivo aumento da cauda que passa, enfim, a ser deletério. A outra teoria, a teoria da desvantagem (*handicap*) de Zahavi, afirma que as fêmeas poderiam ter selecionado a cauda mais custosa porque ela estaria relacionada a genes melhores, afinal, é preciso ter condições de sustentar um carácter

---

<sup>23</sup> Aqui será apresentado brevemente o debate sobre a seleção causada pelas escolhas sexuais, e não sobre a seleção do sexo em si.

dispendioso e inútil, sendo uma forma de puro exibicionismo (RIDLEY, 2006, p. 357-360; MAYNARD SMITH, 2012, p. 204-206).

Todos esses mecanismos e conceitos são o que formam, em linhas bem gerais, a teoria evolutiva. Eles podem ser comprovados ou confirmados por pelo menos três formas. Uma delas é por meio de observação direta em pequena escala como, por exemplo, observando as mutações do vírus da AIDS que acabam por resultar na resistência a determinados medicamentos. Outra forma é através das homologias, que são as semelhanças entre espécies que não guardam relação com alguma funcionalidade compartilhada, ou seja, caracteres parecidos que não exercem a mesma função, o que pode indicar uma ascendência comum<sup>24</sup>. Por fim, é possível comprovar a evolução por meio dos fósseis, que por si só já demonstram que as espécies não foram sempre da forma que são hoje em dia e que passaram, portanto, por alguma forma de mudança gradual. (RIDLEY, 2006, p. 68-69, 78-79, 86-87, 89)

## 5 A EVOLUÇÃO SE APLICA A SERES HUMANOS?

Em geral, os biólogos aceitam que a espécie humana é uma espécie como todas as outras, e que, portanto, passou pelo processo evolucionário. Num primeiro momento, parece óbvio que a explicação sobre genes, hereditariedade, veículos se aplica também à história evolutiva humana, ao menos quando do seu surgimento. Essa conexão entre a teoria da evolução e a história da espécie humana aparece já no início da formulação daquela (OKASHA, 2013; YAMAMOTO, 2009, p. 1).

---

<sup>24</sup> Diferentemente do caso das homoplasias, que é quando há semelhanças, mas que são fruto do acaso, apenas uma convergência, uma coincidência, que não indica uma ancestralidade comum (ADES, 2009, p. 21).

Ao que tudo indica, nosso ancestral comum com os demais símios existiu há aproximadamente seis ou sete milhões de anos, embora não tenhamos registro fóssil para comprová-lo. A nossa espécie propriamente, o *Homo sapiens* moderno, surgiu há mais ou menos 100 mil anos. Entre esses dois momentos é possível destacar uma série de ancestrais humanos e linhagens que se extinguiram. Para nos definirmos e distinguirmos dos outros homínídeos, algumas características são importantes, tais como bipedismo, cérebro grande, destreza manual, linguagem, pequena diferença entre os sexos, alto investimento parental, dieta onívora, alta sociabilidade. Alguns desses elementos de diferenciação têm sido apontados, inclusive, como o motor do processo evolucionário humano<sup>25</sup>. Outras características, como um físico menos robusto, crânio mais arredondado e dentes menores também são apontadas. (MITHEN, 2002, p. 31; 35; 41; RODRIGUES, 2009, p. 33; 34; 37; RIDLEY, 2006, p. 567-568).

Quando se trata da existência de pelos, da constituição óssea, do tamanho do crânio, parece ser mais fácil apontar características de um processo evolutivo. Mas e quando se trata da mente e do comportamento humanos? Temos aqui um problema mais difícil de resolver, por causa da óbvia influência da cultura no comportamento humano (OKASHA, 2013).

### *5.1 A evolução se aplica ao comportamento e escolhas de indivíduos?*

Essa é uma pergunta razoável e é preciso encará-la antes de seguir para as pesquisas propriamente. Para fazermos essa conexão, primeiro falaremos de alguns problemas de ordem prática ou metodológica para essa via explicativa.

---

<sup>25</sup> Embora seja importante salientar que algumas dessas características já estavam presentes nos nossos ancestrais e talvez difiram mais em escala do que em presença ou ausência (MITHEN, 2002, p. 36).

Um problema prático fundamental é que comportamento não deixa marcas fósseis visíveis e indiscutíveis, como é caso dos traços anatômicos (MITHEN, 2002, p. 55). Por essa razão, é difícil traçar a história evolutiva de um comportamento humano. Algumas das formas de tentar contornar esse problema são as vias também apresentadas para a evolução como um todo: pensamento adaptativo, engenharia reversa e comparação com outras espécies.

Vimos as duas formas de avaliar se determinada característica é uma adaptação: o pensamento adaptativo e a engenharia reversa. É o que se chama de adaptacionismo metodológico. Embora alguns autores, como o já citado Dawkins, acreditem que essa é uma parte inerente do pensamento biológico, o pensamento adaptacionista é bem criticado (GREEN, 2014, p. 480).

O maior problema do adaptacionismo são os possíveis pontos cegos. Ao pensar de forma adaptativa, perde-se a possibilidade de considerar o traço de uma forma mais global, sendo, por exemplo, uma exaptação, ou ainda consequência do efeito denominado pleiotropia, que é quando um gene influencia mais de um traço em diferentes partes do corpo. Corre-se o risco de uma metodologia ou forma de pensar enviesada. Essa não é uma crítica à importância da adaptação na evolução, mas uma cautela com relação a como identificar uma adaptação (GREEN, 2014, p. 480-482; RIDLEY, 2006, p. 303).

Quando aplicado ao comportamento, o problema parece ainda maior, já que nesse caso as hipóteses adaptacionistas são muito facilmente construídas e podem considerar como adaptação praticamente qualquer traço. A construção de racionalizações sem embasamento sólido (*just-so stories*) acaba sendo um problema estrutural: o traço já existe e, de alguma forma, passou pelo crivo da história evolutiva, ainda que possa tê-lo feito não sendo submetido a nenhuma pressão e, portanto, não sendo considerado uma adaptação propriamente (FRANCIS, 2015, capítulo 14, EPUB).



Um bom exemplo, utilizado por Michener, DeLamater e Myers, é o dos diferentes comportamentos sexuais de homens e mulheres. Homens tendem a aceitar mais relacionamentos casuais, e podemos explicar esse comportamento pela vantagem reprodutiva de espalhar o material genético o máximo possível. Mas suponhamos que o comportamento que chegou até aqui tivesse sido o oposto, com mulheres tendendo mais a relações casuais. Nesse caso, seria possível argumentar, dentro da perspectiva evolucionista, que os homens teriam vantagens em relações estáveis e monogâmicas porque nunca podem ter certeza da paternidade de seus filhos, enquanto mulheres poderiam arriscar outros parceiros porque terão sempre certeza da origem materna do material genético de seus filhos. Nos dois casos, há boas explicações evolucionistas. No entanto, na prática, o primeiro cenário chegou até nós e o segundo ficou perdido nos acidentes da história humana. A dificuldade de enxergar cenários alternativos e a facilidade em arranjar justificativas evolucionistas para os comportamentos são obstáculos que não devem ser subestimados (GREEN, 2014, p. 482; MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 21).

Através da comparação, enfrentamos mais um problema: não há outros sobreviventes do gênero *Homo* e nós divergimos do nosso parente evolutivo vivo mais próximo há 5 a 7 milhões de anos. Isso não é um problema para traços como o tamanho do cérebro e outros, já que nesse caso a evolução é extremamente conservadora, mas os traços cognitivos e de comportamento são muito mais mutáveis, sofrem influência da cultura e na maior parte das vezes não encontra nenhum correlato próximo no restante da natureza, como no caso da linguagem (FRANCIS, 2015, capítulo 14, EPUB).

Por fim, há outro debate importante no desenvolvimento de explicações evolutivas para um comportamento humano: as diferentes esferas de causalidade. É possível compreender que há uma diferença entre explicações evolutivas (esfera causal conhecida também como filogenia, causalidade distal ou a pergunta do “Por quê?”) e explicações mais

próximas do indivíduo e seu desenvolvimento (esfera causal conhecida também como ontogenia, causalidade proximal ou a pergunta do “Como?”) (ARIEW, 2003, p. 554-556; SCOTT-PHILLIPS et al, 2011, p. 38).

Esses conceitos ou essas esferas causais são extremamente complicados na biologia evolucionista, e especialmente complicados quando da aplicação ao comportamento humano (LALAND et al, 2011). O problema é decidir quando a esfera explicativa não corresponde mais ao objeto estudado. Nesse sentido, é preciso perguntar até que ponto se pode pular da explicação evolutiva para a explicação do indivíduo ou situação concreta. Um bom exemplo é a existência de cooperação na espécie humana, que será detalhada mais à frente. É possível, em termos de causas proximais, falar da importância da religião, dos rituais, de valores como honra. Essa é uma esfera perfeitamente válida de explicação causal. No entanto, podemos ir mais longe, em termos de causas distais, e falar nas vantagens na aptidão reprodutiva que esse comportamento cooperativo traz (SCOTT-PHILLIPS et al, 2011, p. 39).

Essa distinção pode ser a chave para a harmonização entre as áreas do conhecimento humano. Para Wilson, as ciências sociais e as humanidades dedicam-se aos fenômenos próximos, enquanto as ciências naturais se ocupam da explicação das causas últimas. No fundo, juntar as causas próximas e últimas seria a chave para a autocompreensão e, também, para a interdisciplinaridade em si (WILSON, 2013, p. 292-293). Mas há problemas nessa abordagem, nessa distinção ou em sua posterior fusão. Em que sentido e como essas explicações se conectam, e qual a metodologia apropriada para cada uma dessas esferas? É possível estabelecer mais esferas de causalidade? Onde parar? Explicaremos as ideias políticas em termos de átomos?

Apresentamos aqui alguns dos possíveis problemas que podem ser apontados na explicação evolutiva do comportamento político. Outras tantas dificuldades poderiam ser apontadas, como o fato de existirem várias disciplinas ou teorias que se utilizam da evolução

para explicar o comportamento humano: a psicologia evolucionista, a sociobiologia, a ecologia comportamental humana, a memética, a coevolução gene cultura, e a hipótese da autodomesticação<sup>26</sup> (YAMAMOTO, 2009, p. 6, FRANCIS, 2015, capítulo 14, EPUB).

Ainda assim, acreditamos ser fundamental utilizar as pesquisas biológicas, já que, de toda forma, nenhuma teoria é imune a críticas. O nosso objetivo aqui é defender a importância de integrar o conhecimento sobre os grupos político-ideológicos com o conhecimento produzido por áreas que tenham por base a evolução. Não as consideramos, no entanto, respostas inequívocas. Basta que elas sejam melhores do que as que partem apenas do estudo das ideologias. O que defendemos, por fim, é que a melhor forma de estudar os grupos político-ideológicos é através da conexão entre as pesquisas das ciências biológicas e os estudos sobre as ideologias e narrativas defendidas pelos grupos, tendo consciência das limitações de cada via explicativa, bem como das vantagens que elas apresentam.

## 6 OS GRUPOS NUMA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA

Formar grupos e defendê-los está entre os universais da natureza humana e das culturas, e temos uma predisposição natural a formar coalizões (WILSON, 2013, p. 76, BLOOM, 2014, p. 148). Provavelmente não houve época na história evolutiva humana que tenhamos vivido fora de grupos, até porque alguns dos precursores da nossa espécie já

---

<sup>26</sup> Psicologia evolucionista: busca compreender os mecanismos psicológicos que embasam os comportamentos, os universais culturais e nem sempre acreditam que um traço é adaptativo. Sociobiologia: busca compreender os comportamentos inatos, não se restringe ao comportamento humano e, nas pesquisas recentes, busca evita-lo como objeto por conta do histórico da disciplina. Ecologia comportamental humana: busca compreender o comportamento, utilizando-se de informações etnográficas quantitativas, partem do princípio de que o comportamento é quantitativo. Memética: teoria que estuda os memes, unidades de informação cultural, que se alojam nas mentes de diferentes indivíduos, e que se reproduzem saltando da mente de um indivíduo para outro. Coevolução gene-cultura: em linhas gerais, a coevolução gene-cultura aborda o impacto que os genes têm sobre a cultura, e que a cultura tem sobre os genes. Hipótese da autodomesticação: ideia de que a nossa sociabilidade surgiu por causa das vantagens em diminuir a agressividade contra outros seres humanos, num processo similar ao que acontece com outros mamíferos e primatas (YAMAMOTO, 2009, p. 6; FRANCIS, 2015, capítulo 14, EPUB; JOYCE, 2006, p. 5; DAWKINS, 2007, p. 59; WILSON, 2013, p.285).

possuíam algum tipo de formação social primária (FUKUYAMA, 2013, p. 46; KENRICK, ACKERMAN, LEDLOW, 2003, p. 114). A ideia de que o ser humano estava isolado no estado de natureza não parece concordar com as pesquisas em etologia<sup>27</sup>, que sugerem que somos seres naturalmente sociais, assim como boa parte das demais espécies encontradas no globo (GLEITMAN et al, 2009, p. 597).

Formamos grupos desde a infância, e sabemos bem que a identificação social com os nossos pares é fundamental na nossa construção subjetiva. A relação entre indivíduos e grupos é uma das preocupações da psicologia social. (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 4). Diversos experimentos feitos em psicologia social têm demonstrado a nossa tendência a formar grupos de forma rápida e a nossa tendência em rechaçar o grupo adversário, mesmo quando a formação do grupo se dá de forma arbitrária e não identitária<sup>28</sup> (WILSON, 2013, p. 78).

Por que formamos grupos? De acordo com Wilson, somos regidos por uma necessidade irrefreável de formar grupos e dar vazão aos nossos sentimentos tribais (WILSON, 2013, p. 295). A razão para esse comportamento tribal, no entanto, ainda está em disputa na teoria evolutiva como um todo. Para entender a polêmica, precisamos primeiro discutir o problema das unidades de seleção.

### *6.1 O problema das unidades de seleção ou níveis de seleção*

---

<sup>27</sup> Etologia: “[...] disciplina que pretende estudar o comportamento animal ocorrente em condições naturais.” (GLEITMAN et al, 2009, p. 549)

<sup>28</sup> Como por exemplo, o experimento clássico de Robbers Cave conduzido por Sherif, os experimentos de percepção e conformidade desenvolvidos por Solomon Asch, o experimento da prisão de Stanford conduzido por Zimbardo, dentre outros (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 407, 409; DIAS, 2014, p. 35-36, 167-169).

Quando estamos falando de adaptação, fenótipo, genótipo, indivíduo, espécie, fica por vezes difícil entender em que exatamente a seleção natural está atuando. Esse debate é extenso e problemático dentro da filosofia da biologia, e são diversas as correntes teóricas existentes (LLOYD, 2008, p. 44). A vida pode ser dividida em vários níveis: as moléculas, as células, os órgãos, os organismos e os grupos sociais. Quando algum desses níveis sofre alguma adaptação, os demais níveis serão atingidos, de forma positiva ou de forma conflituosa (RIDLEY, 2006, p. 321-322). A questão de qual nível sofreu seleção natural é mais um item a complicar a definição do que é ou não uma adaptação.

Esse é o debate sobre a unidade de seleção, ou sobre que parte da vida está sendo favorecida pelo processo evolutivo, em específico pelo processo de seleção natural, já que estamos falando de adaptação. Ainda, de forma mais técnica, o debate sobre as unidades de seleção é na verdade um debate sobre qual entidade tem sua frequência ajustada diretamente pela seleção natural (RIDLEY, 2006, p. 32-322; 334).

Para resolver o problema, postulou-se uma diferenciação entre replicador e veículo. O teórico que popularizou a distinção foi Richard Dawkins, importante pesquisador e divulgador de ciência, em seu *best-seller O Gene Egoísta*. A ideia geral é que um replicador é algo que possa fazer cópias de si mesmo. Embora a aplicação óbvia seja em biologia, Dawkins sugere que pode ser aplicado a outros elementos encontrados no universo (DAWKINS, 2007, p. 59; 54; 329). Os critérios gerais para a existência de um replicador são, em resumo: longevidade (é preciso que o replicador dure tempo o suficiente para se reproduzir), fecundidade (o replicador precisa ser reproduzível) e fidelidade (quando reproduzido, o replicador precisa manter sua estrutura, embora não de forma absoluta) (HULL, 1980, p. 317).

Os genes são o exemplo mais relevante dentre os replicadores. Eles são a unidade básica da seleção natural<sup>29</sup> e são capazes de ser copiados, embora algumas falhas possam acontecer durante o processo de replicação, o que chamamos de mutações (DAWKINS, 2007, p. 423). A ideia, expressa já no título do livro, é que os genes são aquilo que pretendem ser copiados, que funcionam exclusivamente num sentido reprodutivo.

No entanto, os genes não interagem diretamente com o seu entorno. Os genes (compreendidos aqui como partes do DNA e não como informações) estão por vezes protegidos através de camadas e mais camadas de outras partes do indivíduo, como tecidos, organelas, células etc. Aquilo que interage com o ambiente é o chamado veículo. Os veículos não se replicam, o que eles fazem, afinal, é propagar os replicadores. A seleção natural favoreceria os genes que manipulam o veículo a seu favor, seja através de uma característica física, seja através de um comportamento que seja vantajoso (DAWKINS, 2007, p. 422-423).

Essa definição conceitual resolveria o problema de decidir quem é favorecido pelo processo evolutivo. Tanto o organismo quanto o gene participam do processo, mas executam papéis distintos, um de veículo, outro de replicador (DAWKINS, 2007, p. 424).

Uma vez definidos os termos “replicador” e “veículo”, é preciso tentar definir o que exatamente pode ser considerado um veículo no processo biológico de evolução. Esse debate é especialmente importante para a pesquisa sobre os grupos, filiações ou ideologias políticas.

---

<sup>29</sup> A visão da evolução centrada no gene está sendo contestada por diversas pesquisas em biologia evolutiva. Dentre elas, está a teoria evo-devo, que diz respeito à importância dos processos de desenvolvimento nas mudanças evolutivas. Também é crescente a importância da genômica e da compreensão da parte do DNA que não é composta por genes, mas material não-codificador, discussão relacionada à importância da epigenética (FRANCIS, 2015, capítulo 5, EPUB). No entanto, esse debate aprofundado não nos parece necessário e essas outras formas de enxergar o processo evolutivo não nos parecem contraditórios com o argumento central da pesquisa.

## 6.2 Seleção Individual

Consideremos a perspectiva de Dawkins, na qual o único veículo que ele considera como razoável é o organismo individual (DAWKINS, 2007, p. 424). Se assim for, os grupos apenas são formados se trouxerem vantagens para o replicador (gene) por meio de vantagens para o veículo (o indivíduo). Diversos comportamentos, porém, parecem não levar a vantagens reprodutivas para o replicador ou vantagens na sobrevivência do veículo. Um deles, e que acaba servindo de molde para as explicações sobre os comportamentos sociais como um todo, é o comportamento altruísta.

As relações sociais e os benefícios de aptidão (*fitness*) a elas relacionadas podem ser compreendidas através de quatro possíveis comportamentos: comportamentos mutualmente vantajosos (*mutually beneficial behavior*), nos quais os lados em relação saem beneficiados; comportamentos egoístas (*selfish behavior*), no qual o lado que age sai favorecido; comportamento rancoroso (*spiteful behavior*), no qual ambos os lados saem prejudicados; e comportamento altruísta (*altruistic behavior*), no qual aquele que recebe sai beneficiado em detrimento de quem age (RUSCH, 2014, p. 2).

Para tentar entender como a seleção natural pode ter favorecido o comportamento altruísta, o mais difícil de ser explicado pela evolução, há duas vias complementares de explicação: a seleção de parentesco e o altruísmo recíproco. Há ainda outra via, a do altruísmo paroquial. Em termos mais técnicos, na biologia, comportamento altruísta é aquele que aumenta o potencial reprodutivo do beneficiário em detrimento do potencial reprodutivo do que age de forma altruísta (RIDLEY, 2006, p. 324). É preciso notar a diferença do conceito de altruísmo usado no cotidiano. Quando falamos de altruísmo, incluímos aí um componente consciente e moral, de alguém que se sacrifica em favor de outrem, sem esperar nada em troca. No conceito biológico, pode-se estender o altruísmo para diversas outras espécies de

animais, e estamos falando ainda de comportamentos que, em última instância, trarão benefícios a “alguém” (tanto ao replicador quanto ao veículo)<sup>30</sup> (OKASHA, 2013).

### 6.2.1 Seleção de parentesco

A seleção de parentesco é o mecanismo mais provável de explicação evolutiva para o comportamento altruísta entre parentes genéticos (RIDLEY, 2006, p. 329; YAMAMOTO, ALENCAR, LACERDA, 2009, p. 135). Ser um parente genético de alguém implica ter informação genética compartilhada. Em linhas gerais, temos mais “informação genética” em comum quanto mais próximo é o parentesco. Os filhos, por exemplo, compartilham 50% da informação com cada um de seus pais. Quando os pais investem no cuidado de sua prole, seus genes estão cuidando de que suas cópias sejam bem sucedidas na competição pela replicação<sup>31</sup>. O cuidado parental é um caso de altruísmo de seleção de parentesco. Os irmãos também têm 50% de informação compartilhada entre si, e assim sucessivamente na linha de parentesco. Temos uma probabilidade muito maior de compartilhar genes com parentes do que com pessoas estranhas<sup>32</sup> (YAMAMOTO, ALENCAR, LACERDA, 2009, p. 135; DAWKINS, 2007, p. 180, 175).

Portanto, é possível compreender o altruísmo (na perspectiva biológica, convém lembrar) entre parentes de forma a considerar que, em última instância, esse é um caso de

---

<sup>30</sup> É possível discutir, na perspectiva da seleção individual, se é possível falar até mesmo em altruísmo em termos genéticos, já que as explicações dadas levam a um benefício direto ou indireto dos genes, ou seja, de alguma forma aumenta a aptidão (*fitness*) se considerarmos a perspectiva do gene (Para uma breve discussão, JOYCE, 2006, p.26).

<sup>31</sup> Na verdade, não é que o gene esteja querendo se replicar. Acontece apenas que quando o comportamento cooperativo acontece, ele tem mais chance de ser passado adiante, e então ele se fixa como uma característica estável (DAWKINS, 2007, p. 173).

<sup>32</sup> Esses cálculos ficam mais complexos se considerarmos, além da probabilidade de compartilhar genes, a maior ou menor chance reprodutiva que um ou outro organismo tem. Considere, por exemplo, a relação entre avós e netos. A relação de parentesco entre eles é a mesma, mas é mais provável que seja mais vantajoso que um avô favoreça um neto, que tem maior chance reprodutiva, do que o contrário (DAWKINS, 2007, p. 183).



seleção de genes por meio do organismo individual (DAWKINS, 2007, p.182). É possível defender que a amabilidade com os parentes tenha sido a forma originária da moralidade, a forma pela qual a moralidade surgiu de forma direta, já que no começo da história evolutiva humana vivíamos em grupos muito pequenos dentro dos quais as pessoas eram provavelmente aparentadas, então cooperar era vantajoso por razões de consanguinidade (BLOOM, 2014, p. 201, HAIDT, 2013, p. 229).

Além da seleção de parentesco, há outra explicação tradicional, que foca no comportamento cooperativo ou altruísta entre indivíduos não aparentados.

#### 6.2.2 Altruísmo recíproco: reciprocidade direta e indireta

Ainda na perspectiva da seleção individual, se um organismo decide viver em grupo, então é preciso que os benefícios para os genes dessa associação sejam maiores que seus custos (DAWKINS, 2007, p.292). Quando se trata de indivíduos aparentados, fica mais fácil compreender evolutivamente as relações de cooperação entre eles, mas boa parte dos grupos que formamos ao longo da vida não guarda nenhuma relação facilmente mensurável de parentesco<sup>33</sup>. Dentro dos grupos, nos dispomos a cooperar e ajudar uns aos outros, inclusive como forma de manter a coesão grupal<sup>34</sup>.

A ideia geral do altruísmo recíproco é que “uma mão lava a outra” (DAWKINS, 2007, p. 292). Encaixam-se nessa definição as ações altruístas ou cooperativas que têm expectativas

---

<sup>33</sup> Obviamente, os genes não calculam a probabilidade de parentesco. O comportamento de cuidar da prole ou dos parentes é selecionado de alguma forma, e não a capacidade de calcular a informação genética compartilhada. É por isso, inclusive, que algumas espécies podem se aproveitar e fazer com que outros indivíduos cuidem de sua prole, liberando-o do investimento, como acontece com algumas espécies de pássaros (DAWKINS, 2007, p. 184, 194)

<sup>34</sup> Pode-se compreender, também, que o comportamento de cooperação ou de altruísmo surgiu para favorecer relações de parentesco e não foi originalmente selecionado para atuar em grandes grupos. Dessa forma, a seleção de parentesco poderia resolver o problema da cooperação em grandes grupos ao considerá-la uma ‘exaptação’ (HAIDT, 2013, p. 229).

de retribuição ou de reciprocidade em algum momento. Esse mecanismo também pode ser denominado de reciprocidade direcionada ou direta (YAMAMOTO, ALENCAR, LACERDA, 2009, p. 136).

Para compreender como o comportamento cooperativo com espera de retribuição foi selecionado, frequentemente tem-se utilizado as conclusões teóricas e matemáticas retiradas da teoria dos jogos. Em linhas gerais, a teoria dos jogos é uma tentativa de compreender relações, trocas e conflitos de interesse, por meio de uma abordagem matemática, tentando compreender quando é matematicamente vantajoso cooperar, não cooperar ou fingir a cooperação (YAMAMOTO, ALENCAR, LACERDA, 2009, p. 136).

A ideia do altruísmo recíproco não se aplica exclusivamente ao comportamento humano. Todas as relações simbióticas podem ser explicadas por meio da ideia de reciprocidade (DAWKINS, 2007, p. 345). Basta que a situação de cooperação se transforme numa Estratégia Evolutivamente Estável (EEE), que é “definida como uma estratégia que, ao ser adotada pela maioria dos membros de uma população, não pode ser superada por uma estratégia alternativa” (DAWKINS, 2007, p. 143). Não que ela não possa ser superada porque é a melhor, tanto em termos de eficiência quanto em termos morais, mas simplesmente porque, uma vez estabelecida, se torna imune à traição de indivíduos que estão dentro do jogo. O comportamento conhecido por “olho por olho” é um exemplo de EEE, já que apenas derivações deste ou estratégias ainda mais cooperativas podem vencer numa competição por continuidade e recursos<sup>35</sup> (DAWKINS, 2007, p. 148, 153, 362).

A seleção individual também pode explicar por que temos uma tendência a punir o mau comportamento e a premiar um bom comportamento, ainda que não haja vantagem direta

---

<sup>35</sup> Tecnicamente, a estratégia Olho por Olho não é uma EEE porque pode ser invadida por outras estratégias que também são cooperativas. No entanto, as estratégias mais cooperativas são completamente abaladas quando se inclui um traidor, de forma que elas só são capazes de invadir o sistema porque a estratégia Olho por Olho já é a dominante no momento. Para abarcar essa estratégia, criou-se o termo Estratégia Coletivamente Estável (DAWKINS, 2007, p. 363-367). Mas para os fins desse trabalho, basta considerar a EEE de uma perspectiva menos técnica e mais aberta.

ou recompensa material ao fazê-lo. Esse recurso, também chamado de forte reciprocidade, é um comportamento pró-social e acaba levando a vantagens para os grupos, embora isso não queira dizer que o cálculo dispensa a lógica da aptidão e do interesse do indivíduo. É fundamental, para essa espécie de troca, a perspectiva do futuro. É a possibilidade de continuar a interagir e a fazer trocas que permite que os indivíduos desenvolvam um comportamento pró-social. (SUROWIECKI, 2006, p. 154-155).

Há ainda um problema que é preciso encarar para abarcar todos os comportamentos cooperativos ou altruístas no sentido biológico: as relações que não podem ser retribuídas e não são direcionadas a indivíduos com relação de parentesco. Nesse caso, uma explicação possível é a reciprocidade indireta, que afirma que a ação altruísta, quando é passível de ser publicizada, colabora para a reputação positiva do altruísta no grupo, o que pode aumentar suas chances de ter outras interações cooperativas no futuro (YAMAMOTO, ALENCAR, LACERDA, 2009, p. 139-140). Seria, na verdade, uma tentativa de sinalizar para os demais que se é um bom jogador para se travar relações de cooperação. Muitas vezes, os resultados cooperativos em jogos e experimentos podem estar muito mais embasados na tentativa de parecer ter motivações altruístas do que em altruísmo legítimo (BLOOM, 2014, p. 93).

### 6.2.3 Altruísmo paroquial

Outra forma de tentar compreender porque os grupos existem e porque há comportamento altruísta é através do altruísmo paroquial. O altruísmo paroquial tenta explicar porque há cooperação entre indivíduos não aparentados, ao mesmo tempo em que existem grandes escaladas de violência entre grupos humanos. Para tanto, não se preocupa com o benefício direto na aptidão (*fitness*) que o comportamento de conflito intergrupar pode gerar

para os indivíduos, mas começa com a assunção de que os comportamentos cooperativos podem ser efetivamente altruístas, trazendo custos de aptidão (*fitness costs*) para os indivíduos<sup>36</sup> (RUSCH, 2014, p. 2).

Os grupos cooperativos podem ser favorecidos pela seleção quando os conflitos intergrupais são frequentes e quando o favoritismo pelos indivíduos endogrupos (*in-group favouritism*) e a agressão contra os indivíduos exogrupos estão presentes. Isso porque a dinâmica evolucionária pode viabilizar e espalhar esse traço ou esse comportamento, o que é demonstrado através da teoria dos jogos (RUSCH, 2014, p. 2).

O comportamento agressivo contra um grupo é recorrente na história humana (e não apenas), sendo percebido em larga escala dentre as sociedades caçadoras-coletoras (RUSCH, 2014, p. 5-6). Além disso, a tendência em ser gentil apenas com pessoas conhecidas, contraposta à gentileza despendida com pessoas desconhecidas pode ser percebida em crianças de até quatro anos (BLOOM, 2014, p. 68), o que leva a pensar que os mecanismos de cooperação surgiram para promover a cooperação intragrupo.

Mesmo assim, dadas as possibilidades explicativas alternativas para os conflitos entre os grupos, essa teoria acaba tendo seu escopo limitado. Ainda é possível que os comportamentos explicados pelo altruísmo paroquial sejam consequência da reciprocidade direta e indireta, assim como da seleção de parentesco (RUSCH, 2014, p. 8).

### 6.3 Seleção de grupo e seleção multinível

---

<sup>36</sup> A maior parte dos estudos em altruísmo paroquial é feita através de jogos econômicos, analisando a diferença de cooperação quando o outro jogador é membro do próprio grupo ou do grupo adversário. Essa metodologia pode conter algumas falhas, como explicitado em RUSCH, 2014, p. 6-7. Para a problematização do conceito de altruísmo, p. 62-63 desse trabalho.

Ainda que pareçam razoavelmente explicadas as ações altruístas ou cooperativas de um indivíduo dentro da perspectiva da seleção individual, alguns autores acreditam que essa explicação não é suficiente. A ideia geral é que a competição entre grupos pode favorecer alguns genótipos em detrimento de outros, e, portanto, alguns traços que favoreçam as relações dentro do grupo ou a força do grupo podem sofrer seleção natural, ainda que a vantagem não seja direta para o indivíduo (WILSON, D., 2007, p. 50).

A ideia de seleção de grupo é, na verdade, bastante antiga, sendo atribuída ainda a Darwin. No entanto, depois de razoável consideração no círculo científico, a ideia caiu em descrédito na década de 60 e 70. Essa abordagem inicial pode ser considerada uma seleção de grupo ingênua, que se apoiava numa ideia de equilíbrio natural e, de alguma forma, misturava intenções e elevações morais com provas factuais e mecanismos da natureza, gerando a ideia de que um traço existe para o bem da espécie (HAIDT, 2013, p. 222; WILSON, D., 2007, p. 50; RIDLEY, 2006, p. 329).

O “ressurgimento” da ideia de seleção de grupo tem causado algumas contendas no cenário científico, capitaneadas, por um lado, por E. O. Wilson do lado da seleção de grupo, e a defesa acalorada da seleção de parentesco de Dawkins (PIEVANI, 2014, p. 319). O objetivo dessa seção não é, obviamente, tomar partido por um ou outro, mas apresentar os argumentos e analisar como eles são relevantes para o estudo dos grupos político-ideológicos.

Precisamos antes entender o conceito de eussocialidade. Para que uma espécie seja considerada eussocial, é preciso que existam: grupos formados por membros de gerações distintas, o que costuma aumentar a coesão e a persistência dos grupos; e que os membros ajam de forma altruísta como parte da divisão de trabalho. Nesse sentido, a eussocialidade é o estado mais avançado de comportamento social, e uma espécie a atingirá quando houver: a ocorrência de um mínimo de traços pré-eussociais, como, por exemplo, um ninho que seja defensável; quando um alelo social existir na população em questão, ou seja, quando tiver

algum comportamento ou traço que dê o gatilho para a sociabilidade como, por exemplo, um alelo que mantenha os genitores com a sua prole; e quando as pressões ambientais trouxerem vantagem para o grupo em detrimento dos indivíduos solitários. O grande exemplo de eussocialidade são os insetos, como as formigas, cupins e vespas. No entanto, o conceito de eussocialidade também se aplica a seres humanos<sup>37</sup> (WILSON, 2013, p. 27, 173, 186, 192; NOWAK et al, 2010, p. 1060, 1062).

Quando a eussocialidade é “quase” atingida, pode acontecer a seleção natural no nível do grupo. Isso quer dizer que o indivíduo que participa de um grupo terá vantagens ou desvantagens em relação a um indivíduo solitário, ainda que as demais condições sejam as mesmas. O que foi selecionado, portanto, foram os “traços emergentes devido às interações de seus membros”. O processo é retroalimentado, e a eussocialidade pode ser cada vez mais vantajosa por causa da seleção no nível de grupo, até chegar a extremos como colônias de insetos que podem ser consideradas superorganismos. A seleção de grupo seria a responsável, portanto, pelo comportamento social avançado (WILSON, 2013, p. 176, 200, 228, 348).

Seleção de grupo e seleção multinível são coisas distintas. A seleção multinível admite interações de forças que visam traços que beneficiem ora o indivíduo, ora o grupo como um todo. Isso quer dizer que, dentro da perspectiva da seleção multinível, é possível falar em termos de seleção individual e de seleção de grupo<sup>38</sup> (WILSON, 2013, p. 70, 349).

Portanto, a seleção multinível não está questionando o gene como o replicador nos estudos evolutivos. A questão são os alvos da seleção, ou a que tipo de pressão os traços estão respondendo. O replicador permanece sendo o gene, o debate é sobre o que pode ou não ser considerado veículo dentro do processo evolucionário (WILSON, 2013, p. 72).

---

<sup>37</sup> O caminho evolutivo trilhado para chegar à eussocialidade não precisa ter sido o mesmo para insetos e seres humanos, como explica Wilson (2013, p. 32).

<sup>38</sup> Embora exclua, para Wilson (2013, p. 69) e Nowak et al (2010), a teoria da aptidão inclusiva baseada na seleção de parentesco. Essa não é a posição de Pievani (2014), que defende que a seleção de parentesco é compatível com a seleção multinível.

#### 6.4 O debate sobre o veículo importa?

A questão fundamental é: como esse debate impacta a compreensão da formação de grupos político-ideológicos? Num primeiro momento, é importante compreender como a posição com relação aos veículos ou alvos de seleção interfere na visão subsequente sobre a natureza humana adotada pelos autores.

Se considerarmos a perspectiva da seleção individual, precisamos nos perguntar como os sistemas morais beneficiam e aumentam a aptidão (*fitness*) individual. Se considerarmos a perspectiva de grupo, precisamos tentar compreender como indivíduos engajados num pensamento moral podem beneficiar o grupo (JOYCE, 2006, p. 107-108).

Ao considerar a ideia de seleção multinível, é preciso pensar que as forças que pressionam e levam à seleção de traços podem ser contraditórias em muitos casos. O resultado é que o código genético do ser humano pode ser considerado uma quimera, parte levando a ações egoístas (através da seleção individual), e parte levando a ações altruístas (muito mais incomuns, e selecionadas no nível do grupo) (WILSON, 2013, p. 73).

Para Haidt, adepto da teoria de seleção de grupos e da teoria da seleção multinível, somos grupistas (*groupish*), além de egoístas, o que faria com que tendêssemos sempre a um grupo ou a uma comunidade (HAIDT, 2013, p. 221-222). Faz parte do que somos, e nos sentimos bem quando integrados e compartilhando espaços, opiniões e lutas políticas. Wilson afirma algo parecido ao dizer que o tribalismo é um traço fundamental da natureza humana (WILSON, 2013, p. 76).

Dizer que a natureza humana também é grupista quer dizer que nossas mentes possuem mecanismos mentais que têm como objetivo promover os interesses do grupo

quando competimos com outros grupos. Temos uma natureza humana dual, somos *Homo duplex* (expressão que Haidt retira de Durkheim), e existimos tanto na perspectiva individual quanto da sociedade. De acordo com ele, somos 90% chimpanzés (animais que apresentam um comportamento mais egoísta) e 10% abelhas (animais extremamente sociais)<sup>39</sup> (HAIDT, 2013, p. 261, 255).

Wilson se utiliza de uma visão igualmente dual ao dizer que a nossa natureza é conflituosa, apresentando o problema insolúvel do bem *versus* o mal como um resultado das forças de seleção que atuam nos seres humanos, a seleção individual (responsável pela parte pecaminosa) e a seleção de grupo (responsável pela parte virtuosa) (WILSON, 2013, p. 291-292).

Além do comportamento grupista, de acordo com Haidt, somos também seres com coletivismo condicional (*conditional hive creatures*). Nós temos a habilidade de transcender o autointeresse em determinadas circunstâncias, de forma temporária, para nos tornarmos algo além, coletivo. A essa habilidade Haidt dá o nome de disjuntor de coletividade (*hive switch*) (HAIDT, 2013, p. 258). Para Haidt, a nossa tendência grupista está, geralmente, direcionada para aumentar o bem estar do endogrupo, levando até mesmo às situações em que nos identificamos como uma coletividade, e não para prejudicar os outros grupos (HAIDT, 2013, p. 253).

Para Haidt, essa ideia depende fundamentalmente da ideia de seleção de grupo. Para ele, não é possível explicar certas experiências coletivas e sentimentos coletivos unicamente por meio da seleção individual. Essas experiências incluem a sensação de pertencimento a um todo, vivida de forma religiosa ou em contato com a natureza (*awe in nature*); a sensação experimentada com o consumo de determinadas drogas alucinógenas, a que Haidt dá o nome

---

<sup>39</sup> Esse número não é um dado, é apenas uma metáfora ilustrando a importância relativamente menor do nosso comportamento grupista em relação ao egoísta quando da definição de nossa natureza. (HAIDT, p. 255; p. 430).



de Durkheimógenos (*Durkhaimogens*), notadamente chá de cogumelo alucinógeno que contém psilocibina, mescalina e DMT; *raves* (festas com música eletrônica, que primam também por efeitos visuais e nas quais é comum a utilização de drogas como *ecstasy*); assim como as experiências em exércitos, nas quais os indivíduos sentem-se de tal forma conectados com o grupo ou destacamento ao qual pertencem que chegam a experimentar alterações do estado de consciência (HAIDT, 2013, p. 263, 246-267, 267-269, 256-257).

O comportamento grupista é, para Haidt, uma das principais explicações para a existência de conflitos entre os grupos políticos, e porque eles divergem a ponto de se hostilizarem, embora não tenha sido selecionado para isso. Algumas situações ou temas ativam o nosso disjuntor para a coletividade (*hive switch*) e então buscamos apoio de outros que compartilham as nossas ideias. A seleção de grupo, quando das relações no endogrupo, tende a diminuir o egoísmo para tornar os grupos mais eficientes ao competir com outros. Ao aumentar a eficiência de combate, diminuimos o egoísmo e aumentamos o altruísmo paroquial (HAIDT, 2013, p. 281).

Portanto, a posição dos autores sobre qual é o veículo que permite a interação do replicador com o meio têm alguma interferência em suas conclusões posteriores, sobre a natureza humana ou sobre as razões pelas quais os grupos divergem e conflitam. Dito isso, para os fins dessa pesquisa, não nos parece ser preciso tomar partido de um dos pontos de vista. Embora Haidt defenda a seleção de grupo, nem ele nem os demais autores vincularam diretamente a Teoria das Fundações Morais (objeto do capítulo 8) à seleção de grupo. A seleção de grupo pode, ou não, ser uma forma de explicar a existência de conflitos entre os grupos e a facilidade através da qual eles são formados, mas é possível compreender a formação dos grupos político-ideológicos sem escolher um dos lados dessa disputa contemporânea dentro da ciência.

### *6.5 Interferência dos conflitos intergrupais na formação dos grupos*

É interessante perguntar, por fim, como o conflito entre os grupos pode alterar a formação dos grupos, mesmo sem explicar a vantagem evolutiva desses conflitos.

Os conflitos intergrupais podem ser compreendidos de duas formas. Usamos essa expressão quando queremos falar de conflitos nos quais os membros de um grupo organizado realizam ações antagônicas contra os membros de outros grupos também organizados, e quando há conflito entre pessoas pertencentes a categorias sociais distintas, e não a grupos organizados (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 459).

Em geral, pode-se dizer que o conflito entre grupos acontece por causa de interesses em disputa, ou seja, quando há objetivos opostos dos grupos e que não podem ser conseguidos ao mesmo tempo. Pode também acontecer por razões de identidade social, quando os membros de um grupo consideram-se comparativamente diferentes dos membros de outro grupo e agem de forma preconceituosa ou discriminatória. Ou ainda por causa de acontecimentos hostis, como a tomada de itens valiosos ou a ameaça (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 460-462).

Os conflitos podem impactar nos mecanismos dos grupos. Por exemplo, o conflito pode aumentar a coesão grupal. Isso porque, durante o conflito, os limites do grupo ficam mais claros, e os integrantes se comprometem mais com o grupo. Como é de razoável conhecimento no senso comum, a existência de um inimigo em comum aumenta a sensação de semelhança do endogrupo. Grupos coesos, por sua vez, costumam ter as relações mais fortemente estabelecidas (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 471-472).

O conflito também pode interferir na conformidade do grupo. Em nome de vencer a disputa ou de manter-se existindo, algumas normas e comportamentos antes ditos valiosos no

endogrupo podem ser dispensados. Podem acontecer algumas mudanças nos objetivos dos grupos também, além das normas, e isso também pode interferir no *status*, causando uma redistribuição de *status* e de papéis dentro do grupo, de forma a conciliar os novos objetivos e normas com os integrantes e as ações contra o exogrupo (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 472-473).

É possível pensar também que o conflito intergrupos pode aumentar a polarização dentro de um grupo. Polarização é o que acontece quando os membros de um grupo mudam suas posturas e opiniões, tendendo a opiniões mais homogeneizantes e extremas dentro do grupo, com relação a um problema em específico. Inicialmente, a polarização pode ser entendida por meio de dois mecanismos: a comparação social, e o consequente desejo de manter a reputação dentro do grupo; e a argumentação persuasiva, considerando também as dificuldades de se argumentar de forma racional dentro de um grupo (MICHENER, DeLAMATER, MYERS, 2005, p. 454; SUNSTEIN, 2002, p. 176-178).

A polarização, portanto, é um efeito que diz respeito ao endogrupo. No entanto, a polarização e o conflito intergrupais podem se interrelacionar, aumentando as diferenças entre os grupos que estão se posicionando sobre um mesmo problema ou questão. O conflito aumenta não só a percepção de semelhança e identidade dentro do grupo, mas de fato leva os integrantes a se assemelharem quanto a opiniões e posturas. A definição por oposição (ao exogrupo) tende a levar a posições mais polarizadas (SUNSTEIN, 2002, p. 178, 184).

## 7 INFLUÊNCIAS BIOLÓGICAS NAS ESCOLHAS POLÍTICAS

Até aqui, defendemos que a biologia pode explicar em grande medida o comportamento humano, sobretudo para a formação de grupos, além de termos dado a razão

geral, a teoria evolutiva, que embasa essa afirmativa. Depois, tentamos entender porque formamos grupos de forma geral. Agora tentaremos ver algumas pesquisas específicas que, utilizando esse escopo, têm estudado a formação dos grupos político-ideológicos em específico. O objetivo dessa apresentação de diversas pesquisas e áreas de interface entre a biologia e as escolhas políticas é demonstrar que essa via explicativa (explicar as ideologias explicando os indivíduos que as compõem) já está sendo utilizada por pesquisadores de diferentes *backgrounds*.

Depois, analisaremos alguns problemas encontrados quando nos propusemos a fazer essa análise mais interdisciplinar, que pode ser útil para refletirmos a dificuldade em integrar as explicações de grupos político-ideológicos com as explicações biológicas. Por fim, avaliaremos se essa explicação por meio dos indivíduos é suficiente, sozinha, para compreender os grupos político-ideológicos.

### 7.1 Neurociência

A neurociência, que pode ser definida em sentido amplo como o estudo sistemático do sistema nervoso em termos de função e estrutura, é uma das áreas de maior *boom* atual em termos de pesquisa e é um campo em que as coisas acontecem de forma muito veloz (EAGLEMAN, 2015, Introduction, EPUB; FARAH, 2012, p. 762). Com o desenvolvimento e difusão das técnicas de neuroimagem, os estudos que tentam desvendar a caixa preta estão se espalhando para quase todas as áreas do conhecimento. Como diz Adela Cortina: o ‘neuro’ está na moda<sup>40</sup> (CORTINA, 2012a, p. 1).

---

<sup>40</sup> No original: “Lo <<neuro>> está de moda”.

Há, inclusive, uma disciplina nova relacionada ao nosso tema de pesquisa gerada nesse afã das neurociências: a neuropolítica. A neuropolítica consiste, fundamentalmente, em utilizar técnicas de neuroimagem para compreender o que acontece no cérebro quando nos comportamos de forma “política”: tomada de decisão em assuntos públicos; participação política; e a área de maior concentração, o neuromarketing eleitoral, que é o estudo do cérebro de possíveis eleitores quando apresentados a determinados estímulos que podem orientar uma campanha eleitoral (CORTINA, 2012b, p. 99; GARCIA-MARZÁ, 2012, p. 79).

Com relação aos estudos dos grupos ou das filiações ideológicas ou partidárias, há alguns resultados parciais interessantes utilizando técnicas de neuroimagem e outras medidas fisiológicas. Ao que tudo indica, de forma mais geral, há uma correlação entre uma tendência mais conservadora e uma maior sensibilidade ao nojo, assim como a tendência mais liberal tende a uma menor sensibilidade. Falando em termos estruturais, liberais tendem a ter um maior volume de massa cinzenta no córtex cingulado anterior (o que possivelmente está ligado a uma maior capacidade de lidar com incertezas e conflitos) enquanto conservadores tendem a ter um maior volume de massa cinzenta na amígdala (que tem importância no processamento do medo). Comparando em termos funcionais, quando conservadores e liberais são submetidos a situações de risco, liberais têm maior ativação da ínsula (relacionada a processos como dor e processamento social) enquanto conservadores têm maior ativação na amígdala (relacionada a processos como atenção ao exterior, medo, processos de recompensa, avaliação de risco) (SMITH et al, 2011; KANAI et al, 2011; SCHREIBER et al, 2013).

Em termos de neurociência, é importante compreender que a base da pesquisa em neurociência é a teoria evolutiva (PALANZA, PARMIGIANI, 2016, p. 1). Muitas das pesquisas sobre as partes do cérebro estão relacionadas às funcionalidades destas e na relação entre as funções e as possíveis pressões seletivas que as permitiram. Além disso, boa parte dos estudos comparativos sustenta-se na ideia de árvores genealógicas, das quais se derivam

as semelhanças e as diferenças nas estruturas e no funcionamento cerebral das espécies (CARLSON, 2012, p. 988).

## 7.2 Genética

Além da neurociência, há outras áreas que têm chegado a resultados igualmente interessantes, reforçando a existência de diferenças biológicas que influenciam as escolhas políticas. É difícil, naturalmente, diferenciar as influências biológicas das influências ambientais. Uma das melhores formas encontradas (embora não esteja isenta de crítica) é o estudo de gêmeos. Os gêmeos univitelinos (idênticos) são geneticamente iguais, já os gêmeos bivitelinos (fraternos) compartilham material genético tal qual qualquer outro par de irmãos. No primeiro caso, o compartilhamento genético é mais expressivo (na verdade é total) do que no segundo caso, embora em ambos seja possível ter ambientes similares. Se for possível recolher informações de gêmeos univitelinos e bivitelinos, comparar em cada par e depois ver em qual par as informações são mais semelhantes, então talvez seja possível se aproximar da medida da influência genética em detrimento do ambiente de criação<sup>41</sup>, e separar o que é herdável do que não é. Mesmo essa medida é uma aproximação, já que os efeitos dos genes são probabilísticos. Além disso, esses estudos podem enfatizar as diferenças, mas não podem ajudar a encontrar o que é universal e, obviamente, o desenvolvimento das características e a expressão dos genes dependem do ambiente e da história de vida do indivíduo (PINKER, 2004, p. 77, 506, 509; HAIDT, 2013, p. 323; para as críticas BUCHEN, 2012).

---

<sup>41</sup> Pinker aponta, inclusive, que irmãos gêmeos univitelinos são mais parecidos entre si que irmãos gêmeos bivitelinos, ainda que criados juntos ou separadamente; gêmeos idênticos que tenham tido criação separada são bastante parecidos; irmãos consanguíneos, criados junto ou separadamente, são mais parecidos entre si que irmãos adotivos, e que isso vale para quase qualquer traço mensurável de personalidade ou comportamento (2004, p. 74-76).

Uma meta-análise feita com estudos de cinco países diferentes (Estados Unidos, Dinamarca, Suíça, Hungria, Austrália), utilizando nove amostras e trabalhos que abrangeram quarenta anos, demonstrou que os estudos de gêmeos tendem a demonstrar uma correlação entre genética e ideologia política. Uma exceção interessante desse estudo é quando a questão levantada utilizava explicitamente os termos direita-esquerda, que, ao que tudo indica, levaram a processos mentais distintos. Quando as pessoas eram avaliadas utilizando questionários com fatores de personalidade, questões políticas concretas ou ainda termos como conservador-liberal, individualismo-coletivismo, autoritarismo, encontrou-se correlação entre genética e ideologia. Quando se usavam os termos direita-esquerda, a diferença entre os contextos políticos dos países parece ter sido mais relevante (HATEMI et al, 2014).

Embora tenha sido apontada uma correlação, não há a pretensão de estudar o gene específico que seria “responsável” pela posição política. Nosso comportamento político é provavelmente influenciado por redes e redes de genes que agem em concomitância, em múltiplos aspectos da nossa constituição, e que por fim constroem uma parte das nossas escolhas políticas. A maior parte dos estudos considera que os traços políticos são influenciados por milhares de genes em interação com o ambiente e respondendo a diversas outras possibilidades genômicas e da nossa biologia, por exemplo, os achados em epigenética e as intrincadas redes neurais (HATEMI; MCDERMOTT, 2012; PINKER, 2004, p. 509-510).

Quanto às pesquisas em genética, todo o debate evolutivo interessa. Para compreender a distribuição dos genes de uma determinada população, importa compreender que as características fenotípicas em geral são originadas de uma interação de diversos genes e destes com o ambiente ao longo de uma história evolutiva, e que estão submetidos a processos seletivos e aleatórios. A existência de um determinado formato de um gene pode ser explicada por processos adaptativos aos quais o fenótipo dele originado pode ter sido submetido, às mutações aleatórias e à deriva genética, que pode ter aumentado ou diminuído a existência de

um determinado gene numa determinada população simplesmente através de um gargalo populacional<sup>42</sup>.

### *7.3 Estudos de personalidade*

Além dos achados em estudos em neurociência e genética, há outras pesquisas e áreas que merecem ser mencionadas. Uma das formas de ligar os genes às escolhas políticas é por meio dos estudos de personalidade. Os estudos de personalidade são permeados de controvérsias e disputas e dependem, fundamentalmente, da escola psicológica à qual o pesquisador é filiado. É delicado definir o que é a personalidade, ou até mesmo se ela existe. Uma das grandes críticas à afirmação da existência de uma personalidade ou de traços é o situacionismo (que se opõe ao disposicionismo, que é a ideia de que os traços são mais relevantes), ou a ideia de que o comportamento é uma resposta às situações mais do que características próprias dos indivíduos. Ou seja, as teorias da personalidade podem estar dando mais valor aos traços fixos, em detrimento do contexto. (GLEITMAN et al, 2009, p. 914, 936-937; DIAS, 2014, p. 32; GREENSTEIN, 2004, p. 143) Uma definição razoável de personalidade é a de que é um “conjunto adquirido relativamente estável de predisposições e regularidades para o comportamento e a reação a estímulos, consciente ou inconsciente” (DIAS, 2014, p. 41).

A relação entre personalidade e política é estudada há muito tempo. Sua origem remonta ao estudo das personalidades dos grandes líderes, tentando compreender como os indivíduos afetam o curso da história. O estudo da personalidade pode ser considerado o mais antigo dentro da psicologia com ênfase em comportamento político (ou psicologia política)

---

<sup>42</sup> E, na verdade, parece de fato ter acontecido uma espécie de “efeito funil” na evolução humana recente, o que seria parte da explicação da diminuta variação genética da nossa espécie (MITHEN, 2002, p. 289).



(DIAS, 2014, p. 42; BLOCK, BLOCK, 2006, p. 735). No entanto, ainda que esse tema de pesquisa seja antigo, há diversos pontos de vista distintos e problemas a serem enfrentados.

Uma das maneiras mais utilizadas de encarar a personalidade é através da linguagem. Reuniram-se adjetivos que são utilizados comumente para caracterizar os indivíduos, e, posteriormente, tentou-se reuni-los em um mínimo possível de fatores. O final desse trajeto ficou conhecido como *Big Five*, que designa os seguintes traços: extroversão (ou energia), amabilidade, conscienciosidade, neuroticismo (ou estabilidade emocional) e abertura à experiência. Eles compõem um contínuo, que vai, por exemplo, de “introversão completa” a “extroversão completa”. Estudos sugerem que os traços são altamente herdáveis (transmitidos geneticamente); praticamente universais em termos culturais; e que o problema do situacionismo foi supostamente corrigido quando a constância do traço ou a sensibilidade às situações foi incorporada como um traço em si, denominado neuroticismo. (GLEITMAN et al, 2009, 929-930, 943; RENTFROW et al, 2009, p. 321).

A relação entre o *Big Five* e o comportamento político tem sido sistematicamente pesquisada. Algumas pesquisas apontam para uma correlação entre maior abertura à experiência e maior tendência ao liberalismo, assim como menor abertura à experiência estaria relacionada à tendência ao conservadorismo (JOST et al, 2003; RENTFROW et al, 2009, p. 321-322; EBSTEIN, 2015). No entanto, uma meta-análise publicada em 2012 aponta que a correlação entre o traço de personalidade e a posição política é profundamente afetada por questões situacionais, sobretudo com relação a medos e ameaças. Ao que tudo indica, posturas e escolhas mais conservadoras tendem a aumentar, inclusive entre os liberais, quando são enfrentadas situações de ameaça, o que diminui a correlação (SIBLEY, OSBORNE, DUCKITT, 2012).

Assim, as pesquisas em personalidade encontram um problema, que é a falta de consenso da área. Em geral, livros e manuais de psicologia da personalidade apresentam

diversas teorias, como se existissem diversas hipóteses e essas não pudessem ser integradas numa grande teoria explicativa; ou apresentam uma miscelânea de debates e tópicos de pesquisa sem integrá-los<sup>43</sup> (MCADAMS, PALS, 2006, p. 204-205).

A teoria evolutiva também se aplica aos estudos de personalidade. Considerando seu alto grau de herdabilidade, e seu fundamento genético, alguns processos podem explicar tanto a existência de alguns traços e habilidades cognitivas quanto a prevalência deles em determinadas populações em detrimento de outros. Um estudo tentou compreender quais mecanismos evolutivos interessam mais nas características que compõem os estudos em psicologia das diferenças individuais. Afirma que, para habilidades cognitivas, é bem improvável que a deriva, ou os processos evolucionários neutros (não guiados por pressão seletiva) possam tê-los originado ou mantido, pois ela tende a ser mais forte quanto menor a população, e também por causa da importância dessas habilidades no aumento ou diminuição da aptidão dos indivíduos. Já para os traços de personalidade, é mais provável que variações ambientais influenciem mais a distribuição dos genes, o que aponta para uma maior importância do ambiente e das questões sociais para direcionar a distribuição desses traços (PENKE, DENISSEN, MILLER, 2007).

#### *7.4 Neurotransmissores, Hormônios e Parasitas*

Há ainda outras áreas de relevância. Não apenas a genética, o cérebro e a personalidade são itens de importância no estudo dos grupos políticos (e todos eles estão interligados). Alguns mecanismos de comunicação celular podem interferir no nosso comportamento, e o comportamento político não está imune à influência dos compostos

---

<sup>43</sup> Esse mesmo trabalho busca apresentar uma teoria integradora, embora ainda não seja consensual. Ela será parcialmente exposta na seção 8.4 dessa pesquisa.

químicos. Neurotransmissores (parte do sistema nervoso, que facilitam a comunicação entre células nervosas) e hormônios (parte do sistema endócrino, que alteram a atividade fisiológica de tecidos do corpo e participam do processo metabólico em geral, carregados pelo sangue) (TORTORA, 2003, p. 239, 288-290) podem afetar as escolhas políticas e a formação de grupos.

Um exemplo de componente químico que pode ser relevante é a dopamina. A dopamina é um neurotransmissor, e está envolvida nas respostas emocionais, notadamente processo de decisão baseado em riscos, predição de recompensa e aprendizado por punição. Um estudo feito em Singapura demonstrou uma correlação entre a presença de uma determinada forma de um gene participante do processo de recepção da dopamina e a atitude política no espectro liberalismo-conservadorismo, através de atividades econômicas envolvendo risco. A presença dessa determinada forma do gene aumentava a tendência ao conservadorismo<sup>44</sup>, o que pode levar a especulações sobre a relação entre dopamina e ideologia política (TORTORA, 2003, p. 239; EBSTEIN, 2015).

Outros genes do circuito dopaminérgico, assim como circuitos que tratam da serotonina (neurotransmissor relacionado, dentre outras funções, ao processo de percepção sensorial e ao controle de humor) estão sendo conectados a comportamentos que podem ser, em pesquisas posteriores, melhor relacionados a questões políticas, como relação com o risco, propensão à violência e comportamento assertivo. Uma atenção especial pode ser dada ao polimorfismo representado pela sigla MAOa (monoaminoxidase A), que ficou conhecido como o “gene guerreiro”. Esse gene decodifica uma enzima que participa do circuito de vários neurotransmissores, dentre eles a dopamina e a serotonina. Uma de suas formas está

---

<sup>44</sup> É importante destacar que o estudo tem algumas particularidades. Primeiro: o grupo de interesse nesses resultados foi de mulheres de uma determinada população, e isso nos traz a uma questão delicada, porém relevante: a influência do gênero nas escolhas políticas. Segundo: outros estudos encontraram uma relação entre o circuito dopaminérgico e a tendência a ter mais ou menos amigos, que não foi encontrada no estudo em Singapura (EBSTEIN, 2015; SETTLE et al, 2010).

correlacionada com um aumento da impulsividade e da propensão à violência, sobretudo quando se soma a ele traumas acontecidos na infância e pré-adolescência (TORTORA, 2003, p. 239; HATEMI, MEDLAND, EAVES, 2009; McDERMOTT, 2011, p. 256-257).

Em termos de hormônios, alguns podem ter papéis de destaque nos estudos vindouros sobre a relação entre grupos políticos. Um hormônio que ganhou destaque nos últimos anos é a ocitocina. A ocitocina é um hormônio especialmente relacionado ao processo de gestação, e sabe-se que ela é liberada em grandes quantidades logo após o parto. Também está relacionada ao comportamento sexual de homens e mulheres. Além disso, trabalhos demonstraram que um aumento da ocitocina (administrada por via nasal) pode aumentar a confiança em tarefas econômicas. Esse aumento de confiança pode ter influência em decisões políticas, já que os participantes que de fato receberam a ocitocina (e não os do grupo controle) aceitaram um maior risco, especialmente em situações interpessoais entre desconhecidos (embora não tenham tido aumento quando a interação era virtual) (TORTORA, 2003, p. 296; McDERMOTT, 2011, p. 256; KOSFELD et al, 2005; TOBEÑA, 2009, p. 136).

A ocitocina também é considerada fundamental no desenvolvimento do disjuntor de coletividade (*hive switch*) proposto por Haidt. Ele adverte que a ocitocina estimula o altruísmo paroquial, ou a tendência a cooperar com os membros do próprio grupo, e não o altruísmo com pessoas do exogrupo. O hormônio pode ter papel fundamental para manter as pessoas juntas em grandes grupos, funcionando como uma espécie de cola (HAIDT, 2013, p. 270-271).

Também há estudos relacionando hormônios androgênicos e comportamentos que têm interferência nos grupos políticos. Hormônios androgênicos são os hormônios sexuais que regulam o desenvolvimento de características tipicamente masculinas, e o mais importante deles é a testosterona. A testosterona participa, dentre outras atividades, na manifestação da

agressividade, e parece interferir em disputas e na motivação por poder e status. Numa disputa entre homens, os vencedores tendem a apresentar maiores índices de testosterona, enquanto os perdedores apresentam índices menores. Ainda mais interessante, quando o conflito é intergrupar, ao que tudo indica, o aumento da testosterona é ainda mais expressivo. A relação entre hormônios androgênicos e busca por *status* pode ser vista em outras espécies de animais, como hienas e babuínos, e a resposta desses hormônios é altamente dependente do contexto (a chamada hipótese do desafio). Embora exista alguma relação entre a testosterona e a competitividade feminina, a forma como essa competitividade se apresenta é diferente e tende mais a agressões verbais do que físicas, diferentemente dos homens (TORTORA, 2003, p. 307; McDERMOTT, 2011, p. 251-252; TOBEÑA, 2009, p. 75-77; 51; 57; ARCHER, 2006; CASHDAN, 2003).

Há até mesmos estudos que correlacionam a quantidade de parasitas e doenças infecciosas de uma determinada região e sua influência nas preferências políticas (hipótese do estresse relacionado a parasitas - *parasite stress hypothesis*), embora eles nos pareçam bastante controversos. De acordo com essa teoria, conservadores tendem a dar mais atenção aos membros do próprio grupo, e estratégias conservadoras talvez sejam uma boa forma de evitar contaminação por doenças infecciosas; assim como lugares com tendências mais autoritárias são lugares com mais doenças infecciosas circulantes (BROWN, FINCHER, WALASEK, 2014; THORNHILL, FINCHER, 2007).

A teoria evolutiva é, outra vez, a base desses mecanismos. Por exemplo, podemos falar de seleção sexual. Ela é, como foi dito, um dos mecanismos mais complicados e incomuns nas pesquisas de questões de escolhas dos indivíduos, tanto morais quanto políticas. No entanto, algumas escolhas morais podem ser mais atraentes que outras e aumentar a aptidão, tanto por meio da pressão do sexo oposto, quanto pela competição intrasexual (MILLER, 2007). Em termos de atração sexual, as ideologias podem ser vistas como

indicadoras de traços de personalidade, ainda que não exista de fato nenhuma correlação entre ideologia e esses traços esperados (MILLER, 2012, p. 345). Basta que as ideologias pareçam indicadoras para que se faça a conexão entre sinalização custosa (a teoria de Zahavi), personalidade e ideologia, já que muitas vezes a ideologia política parece servir como forma de indicar afabilidade ou assertividade e outros quesitos de personalidade que podem participar da seleção sexual (MILLER, 2012, p. 341). Aqui então é possível fazer uma conexão entre seleção sexual, personalidade e ideologia. Além disso, os hormônios androgênicos são intimamente relacionados com as características tipicamente masculinas, como vimos, e aqui se estabelece uma relação mais óbvia entre pressões seletivas sexuais e questões políticas como *status*.

### *7.5 Dificuldades encontradas no estudo das pesquisas biológicas aplicadas aos grupos político-ideológicos*

Essa revisão de áreas esbarrou em algumas dificuldades. A maior delas é a diferença de metodologia de cada área de pesquisa. Pesquisas com genes necessitam de análises laboratoriais; conhecimento de mecanismos genéticos; a estrutura do cromossomo; e um sem fim de outros dados específicos. Para trabalhos em neurociência, é preciso entender o que é sinapse; o que fazem os equipamentos que geram as imagens; os mecanismos elétricos e químicos que constituem as comunicações entre neurônios e outros. Pesquisas em psicologia da personalidade demandam ainda conhecimento das teorias possíveis; compreensão dos questionários utilizados para aferir os traços e ainda outra quantidade imensa de dados específicos. Esse é um problema sério quando se faz pesquisa interdisciplinar. Por um lado, é

importante colocar as áreas em diálogo. Por outro, é importante entender as especificidades das áreas.

Outro problema relevante diz respeito à definição de grupo político, de ideologia ou dos lados do espectro político. Não há consenso entre as pesquisas com relação ao nome utilizado. Essa pluralidade também se apresenta nos questionários utilizados para “medir” a posição política dos participantes dos estudos. Um dos questionários utilizados (o de Wilson-Patterson), por exemplo, estabelece uma série de perguntas mais concretas, como pena de morte, e oferece as opções concordo, discordo e indeciso (a), e a partir das respostas localiza o entrevistado num espectro conservador (WILSON, PATTERSON, 1968, para o questionário; e HATEMI, MEDLAND, EAVES, 2009, para aplicação). Já outro trabalho utiliza jogos econômicos e, a partir das escolhas, avalia a tendência ou não ao risco (KOSFELD et al, 2005). Um terceiro estudo aplicou um questionário (*Political Attitudes Battery*) que colocava uma frase como “diminuição dos benefícios de bem-estar social”, seguida de opções que iam de “proposta muito boa” até “proposta muito ruim”, e daí definiam se o participante era mais ou menos avesso ao risco (BENJAMIN et al, 2012, artigo e material suplementar, para o questionário; e EBSTEIN et al, 2015, para aplicação).

Por fim, a meta-análise citada no estudo de gêmeos encontrou variação nos resultados a depender do termo utilizado. Nos estudos coletados em que se usavam os termos direita/esquerda obtinham-se respostas diferentes caso os termos fossem trocados para liberal/conservador. A hipótese dos autores é de que a díade direita/esquerda depende mais do contexto e mais parece ser uma medida de identificação de grupo do que de posição ideológica, cogitando que a primeira não seria herdável, enquanto a segunda seria (HATEMI et al, 2014).

Uma última forma de enxergar as ideologias e de mantê-las no debate, apesar das dificuldades de definição, pode ser através de uma distinção entre um núcleo duro da

ideologia, e um núcleo maleável. Dessa forma, seria possível pensar que uma parte daquilo que é defendido é mutável e altamente dependente do contexto, enquanto outra parte permanece apesar do tempo (JOST et al, 2003, p. 342). Se considerarmos essa perspectiva, faz sentido dizer que as ideologias permanecem relevantes, apesar dos problemas enfrentados para defini-las. O que as pesquisas sobre as influências biológicas estariam buscando seria esse núcleo duro, e o estariam inferindo a partir de perguntas pertencentes ao núcleo maleável.

Como já levantamos com relação à definição das ideologias, o problema da definição não invalida a existência desses grupos. Ao perceber o quanto essas pesquisas sobre os indivíduos também dependem de um debate sobre o que são as ideologias defendidas, podemos fazer a última consideração, que é quanto à suficiência dessa análise explicativa. A forma de compreender os grupos através dos traços e características individuais é o que se pode chamar de “movimento para baixo”. Os autores começam pela autoidentificação dos sujeitos e a partir daí tentam compreender as conexões entre o grupo ideológico e as características individuais (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 110).

Mas essa abordagem, assim como a das ideologias, permanece incompleta. Ao que nos parece, essa forma de pesquisa tende a respostas mais concretas e menos submetidas a vieses e defesas de causa do próprio grupo, sobretudo pela utilização de método científico<sup>45</sup>. Ainda assim, é impossível negar que os autores das pesquisas precisam ter, ainda que implicitamente, uma definição de direita e esquerda antes de iniciarem as pesquisas. Ao categorizar e juntar aqueles que são a favor da pena de morte, contra ações estatais de bem-estar social e avessos ao risco numa mesma sigla (de direita ou conservadora), já se considera

---

<sup>45</sup> Também é importante ter em mente que essa reflexão se aplica às situações ideais de pesquisa, onde há amostras representativas, grupos controle e replicações dos estudos. Na prática, muitos dos estudos podem estar concluindo para além do que a própria pesquisa permite. Algumas replicações de estudos em psicologia não encontraram os mesmos resultados dos experimentos originais. Críticas às pesquisas, sobretudo em psicologia, podem ser encontradas em OPEN SCIENCE COLLABORATION et al, 2015; HENRICH, HEINE, NORENZAYAN, 2010.



que essas posições estão ali inseridas. Então essa explicação também considera que há narrativas ideológicas e que elas podem ser utilizadas para classificar as pessoas em grupos político-ideológicos distintos.

Para tentar resolver esse problema de conectar as ideologias e as características individuais, alguns pesquisadores desenvolveram a Teoria das Fundações Morais. Passaremos agora a ela.

#### IV INTEGRANDO AS PESQUISAS DE BAIXO PARA CIMA E DE CIMA PARA BAIXO

*“Assim como a história natural descritiva está ligada à biologia, as ciências sociais e humanidades estão ligadas à autocompreensão humana. Elas descrevem como os indivíduos sentem e agem, e, com a história e as artes dramáticas, contam uma fração representativa das infinitas histórias que os relacionamentos humanos podem gerar. Tudo isso, porém, existe dentro de uma caixa. Está confinado lá porque as sensações e o pensamento são regidos pela natureza humana, e a natureza humana também está em uma caixa.” EDWARD O. WILSON, 2013, P. 292.*

Até aqui, apresentamos duas formas de enxergar os grupos: de baixo para cima, e de cima para baixo. No entanto, as duas vias explicativas nos pareceram insuficientes. Na perspectiva da ideologia, parece que não conseguimos uma definição do que cada grupo efetivamente defende. Da perspectiva dos indivíduos, percebemos que é impossível estudá-los sem que de alguma forma tivéssemos uma divisão de grupos político-ideológicos pressuposta (ainda que se partisse apenas da autoidentificação, isso quer dizer que os indivíduos sabem quais são os seus grupos, sendo capazes de se encaixar num ou noutro lado do espectro político).

Para tentar integrar e corrigir as falhas de ambas as vias explicativas, apresentaremos a Teoria das Fundações Morais.

#### 8 TEORIA DAS FUNDAÇÕES MORAIS

Agora, passaremos para a análise de uma teoria em especial que parece ser forte candidata a uma meta-teoria sobre os sujeitos e suas ideologias. Apresentaremos os pressupostos da Teoria das Fundações Morais (além, é claro, dos pressupostos apresentados

até aqui); depois apresentaremos a teoria propriamente; por fim discutiremos os pontos positivos e negativos dessa proposta.

### *8.1 Pressupostos da Teoria das Fundações Morais*

Tudo o que foi estudado até aqui é, de alguma forma, pressuposto para a teoria que acreditamos ser uma boa resposta para a existência de grupos político-ideológicos divergentes. No entanto, há algumas ideias que são específicas dessa teoria e que precisam ser analisadas. Apresentaremos brevemente os pressupostos que foram assim identificados pelos pesquisadores proponentes da teoria, em GRAHAM et al, 2013.

#### 8.1.1 Modelo Intuicionista Social

Um dos pressupostos importantes para desenvolvermos o argumento da Teoria das Fundações Morais (*Moral Foundations Theory*, MFT) é a ideia de que fazemos julgamentos morais de forma intuitiva na maior parte das vezes, com a razão alcançando e fornecendo racionalizações depois que o julgamento aconteceu.

Para compreender essa ideia, precisamos primeiro compreender a mente como tendo pelo menos dois sistemas: Sistema 1 e Sistema 2. O Sistema 1 corresponde à parte mais automática, é responsável pelas respostas mais rápidas e sem muito controle voluntário. O Sistema 2 é a parte que acabamos por vezes designando como eu consciente, responsável pelas atividades mentais mais complexas (KAHNEMAN, 2012, p. 29). É possível indicar pelo menos mais dois nomes ou metáforas para esse funcionamento da mente: a ideia de que a

mente é dividida entre o elefante, que seria o equivalente ao Sistema 1, e um montador, que equivaleria ao Sistema 2 (HAIDT, 2013, p. 53); e a mente como uma câmera que poderia funcionar no modo automático (Sistema 1), mas que por vezes pode ser passada para o controle manual (Sistema 2) (GREENE, 2013, p. 133).

Essa divisão entre sistemas é bastante eficiente em termos evolutivos. Seria extremamente custoso ter de fazer uma análise consciente e refinada de cada escolha enfrentada ao longo do dia, tanto para os caçadores-coletores, quanto para a mente moderna. Esse sistema dual é uma resposta elegante para o *trade-off* entre eficiência e flexibilidade. No entanto, surgem alguns problemas comportamentais nessa divisão: tanto o Sistema 1 quanto o Sistema 2 cometem erros sistemáticos (os vieses e heurística desenvolvidos por Kahneman), que podem atrapalhar um julgamento mais refinado de determinadas situações (KAHNEMAN, 2012, p. 34; GREENE, 2013, p. 133).

Para Haidt, quando fazemos julgamentos morais, usamos fundamentalmente o Sistema 1. O Sistema 2 está lá para servir ao Sistema 1, e não o contrário. A ideia geral, pela qual Haidt ficou conhecido, é que o cachorro intuitivo<sup>46</sup> apenas abana a cauda racional. Embora a razão acredite estar no controle do processo de julgamento moral, na verdade a primeira análise, a análise rápida, é feita por meio do nosso sistema intuitivo. Os julgamentos morais são feitos de forma rápida, sem esforço e intuitivamente (HAIDT, 2013, p. 54-55; HAIDT, BJORKLUND, 2008, p. 188).

Intuições são, para Haidt, uma espécie de cognição, embora não sejam uma forma de raciocínio estratégico. O sistema intuitivo tem como características: ser rápido; demandar pouco esforço; ser um processo não-intencional, acontecer automaticamente e deixar apenas

---

<sup>46</sup> A metáfora cunhada anteriormente é “o cachorro emocional e a cauda racional” (*the emotional dog and its rational tail*), que deu nome a um importante artigo do Haidt. No entanto, ele revisa a metáfora no livro *The Righteous Mind* e decide que intuitivo (*intuitive*) é mais explicativo que emocional (*emotional*), já que intuições são uma espécie de cognição, ainda que não sejam raciocínios propriamente. A explicação encontra-se em HAIDT, 2013, p. 56.

os resultados acessíveis; não demandar foco atencional; ter vários processos simultâneos; procurar padrões; utilizar-se de metáforas e outros recursos; ser comum a todos os mamíferos; depender do contexto. As intuições são os julgamentos, soluções e ideias que surgem na nossa consciência sem que saibamos apontar com precisão qual foi o processo mental que os originou (HAIDT, 2001, p. 814, 818; HAIDT, JOSEPH, 2004, p. 56).

Haidt desenvolveu o Modelo Intuicionista Social (*Social Intuitionist Model*, SIM), através do qual fazemos juízos de questões sociais. Colocamos o diagrama desenvolvido por Haidt (e disponível em Haidt, 2013, p. 55) logo abaixo. Basicamente, o que acontece é que temos uma determinada situação ou evento desencadeador do julgamento moral de, digamos, o sujeito A. Esse evento passa primeiro pelas intuições de A (1), que forma um juízo moral da situação (2) e depois produz uma racionalização ou um raciocínio estratégico. Essa é a parte intuicionista do modelo. A parte social tem relação com o segundo momento, que é o de externalização do veredito. A racionalização formada entra num processo igual, de outro indivíduo, digamos, B. As razões de A passam pelas intuições de B, que julga e, por fim, racionaliza. A pode convencer B por meio das razões encontradas pelo seu julgamento (3) e pelo julgamento em si (4). A é capaz de convencer B, e é mais provável que mudemos nossos juízos morais por meio de outros do que pela reflexão privada, ainda que ela seja possível para Haidt (5 e 6). (HAIDT, 2013, p. 55-56, 80; HAIDT, 2001).

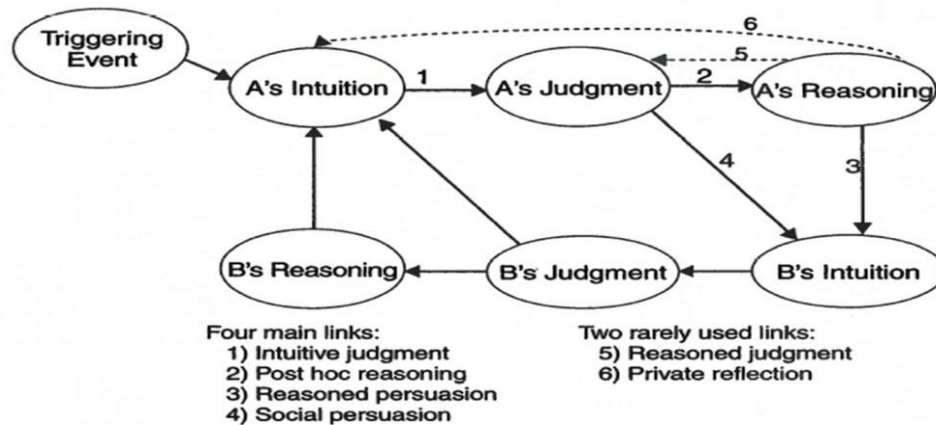


FIGURE 2.4. *The social intuitionist model.* Intuitions come first and reasoning is usually produced after a judgment is made, in order to influence other people. But as a discussion progresses, the reasons given by other people sometimes change our intuitions and judgments. (From Haidt 2001, p. 815. Published by the American Psychological Association. Adapted with permission.)

Figura 1, extraída de Haidt, 2013, p. 55.

Embora as intuições exerçam papel principal, a razão não está completamente preterida no Modelo Intuicionista Social. O Sistema 2 raramente é o lugar de origem de uma avaliação moral, e na maior parte das vezes é recrutado por razões sociais, para que o indivíduo se explique, defenda seu ponto e justifique suas reações morais aos demais. Dessa forma, o Sistema mais racional ainda é utilizado, mas tem um espaço pequeno na escolha de sistemas morais (e de valores ideológicos, como veremos mais à frente), sobretudo em razão do papel social do julgamento moral. Raciocinamos moralmente mais para argumentar e defender do que para deliberar de forma racional e livre de paixões, embora isso ainda seja possível nos momentos 5 e 6. Nosso raciocínio moral está mais próximo de um político em busca de votos que de um cientista em busca da verdade (GRAHAM et al, 2013, p. 66; HAIDT, 2013, p. 89).

A importância do intuicionismo na MFT é grande, e guarda alguma conexão com a ideia de que o ser humano é também grupista. Porque nossos juízos morais são intuitivos e nossa busca de razões tem objetivos sociais, nossos discursos podem e são moldados pelos grupos nos quais nos inserimos. Tanto nos assuntos políticos quanto morais somos grupistas

mais do que egoístas, utilizando das nossas habilidades retóricas e de argumentos em suporte ao grupo, e para demonstrar comprometimento com este (HAIDT, 2013, p. 100, 107).

Dentro da psicologia moral, embora pareça existir um movimento de razoável consenso sobre a importância das intuições no julgamento moral, nem todos os pesquisadores concordam com o papel menor da razão, tal qual proposto no SIM. Embora o modelo não torne a razão totalmente impotente, parece razoável assumir que a torna bastante secundária no julgamento moral (BLOOM, 2014, p. 235-237).

Haidt desenvolveu o modelo através da ideia de desconcerto moral. Ele desenvolveu cinco histórias que despertavam uma reação intuitiva (um *gut feeling*) de reprovação, mas que não envolviam nenhum dano a nenhum dos envolvidos. Depois, junto com Koller e Dias, apresentou essas histórias a brasileiros e norte-americanos, divididos entre nível de condição socioeconômica mais alto ou mais baixo. A partir desses dados, percebeu que algumas histórias pareciam despertar uma estupefação moral (*moral dumbfound*), e percebeu o quanto o julgamento era feito à revelia dos argumentos que poderiam ser apresentados (HAIDT, KOLLER, DIAS, 1993; HAIDT, 2013, p. 29).

Bloom argumenta que a deliberação moral é onipresente, e que está sendo negligenciada nos estudos de psicologia moral, em parte, porque pesquisas que desafiam o senso comum são muito mais excitantes do que pesquisas que o reafirmem. O fascínio que uma pesquisa que demonstre que os nossos julgamentos são afetados por considerações racionais seria consideravelmente menor (BLOOM, 2014, p. 238-239). Se o argumento de Bloom estiver certo, temos um problema considerável quanto ao sistema de refutação da MFT. De toda forma, o aviso e a precaução não são fortes o suficiente para refutar o modelo, apenas para manter o alerta e o senso crítico ligados.

### 8.1.2 Mente moral, inatismo e cultura

Outro pressuposto importante da MFT versa sobre o já desgastado debate entre natureza e cultura. Fundamentalmente, a teoria incorpora os dois “lados” de forma elegante: nascemos com algumas características já determinadas, e outras são dependentes da experiência para serem construídas.

O material genético seria responsável por construir o que se pode chamar de primeiro rascunho da mente, comandando a produção do tecido neural desde o útero e adentrando a infância. Depois, a experiência, considerada aqui como o aprendizado cultural, pode “revisar” esse primeiro rascunho, principalmente na infância, e em menor medida durante a vida adulta (GRAHAM et al, 2013, p. 61).

A própria moralidade ou a tendência a fazer julgamentos morais é uma questão que parece ser inata. Há razões para acreditar que o senso moral, em questões como a capacidade e alguns sentimentos e valores que parecem ser relevantes para o desenvolvimento da moralidade, como empatia, compaixão, equidade e justiça, parecem ter algum componente biológico ou inato (BLOOM, 2014, p. 15).

Uma forma de tentar pesquisar o que há de inato é através da psicologia do desenvolvimento. Estudando crianças de menos de um ano de idade, foi possível perceber que desenvolvemos muito cedo certa aversão ao que parece moralmente negativo, e depois, certa atração pelo que parece moralmente positivo. Isso não quer dizer, é claro, que nascemos bons ou propensos a ações moralmente boas, mas que compreendemos a linguagem da moralidade desde cedo, e colaboram para isso questões para além da cultura. Temos uma maquinaria pronta para se desenvolver e somos inatamente preparados para aprender normas, valores e



comportamentos na esfera social. (BLOOM, 2014, p. 40, 43, 216-217; GRAHAM et al, 2013, p. 63).

No entanto, algo precisa passar os comandos para essa maquinaria, preencher as possibilidades e dar prosseguimento ao desenvolvimento do desenho. Isso acontece de forma contextual, numa cultura. Quando se fala de uma explicação inata ou biológica dos valores ou da formação de grupos, nessa pesquisa, é preciso ter claro que o meio também fará parte dessa elaboração. A distinção entre natureza e cultura deveria ser considerada “morta e enterrada” (JOYCE, 2006, p. 8), mas de toda forma ainda é importante, para evitar confusões, dizer que a importância da natureza não mina a importância da cultura.

No caso específico da MFT, a cultura tem um papel mais do que relevante. A própria teoria se propõe uma teoria que busca compreender as culturas, as sociedades, as matrizes ou sistemas morais (GRAHAM et al, 2013, p. 65). Para compreender como de fato a escolha de valores funciona, é preciso considerar muitas sociedades e grupos, e isso levará à constatação da diversidade. A questão é que essa diversidade não é absoluta. Há alguns valores razoavelmente fixos ou presentes, algumas tendências que se apresentam em diversas culturas. A ideia se aproxima do aprendizado preparado, que é a existência de um mecanismo inato que torna o aprendizado de um determinado item mais rápido (WILSON, 2013, p. 79).

Há então uma tendência inata e alguns limites biológicos ao que pode ou não ser defendido como um valor ou como moralmente bom, mas é preciso também compreender e examinar a história de cada cultura, de cada desenvolvimento individual, de cada trajetória, antes de compreender como por fim um indivíduo toma partido de um grupo político ou outro (HAIDT, 2013, p. 133)

Foi tendo em vista a importância do aprendizado e das experiências que se acabou escolhendo a palavra “fundações”. Fundações são as bases de um prédio ainda em construção, que limitam algumas características desse prédio, mas que quase nada interferem em outras.

Da mesma forma, as fundações morais são limitações para as possíveis ordens morais. Não podemos saber quais fundações serão utilizadas ou não, e isso varia bastante entre culturas, mas analisando muitas culturas talvez seja possível desenhar, de forma reversa, quais são as fundações disponíveis (GRAHAM et al, 2013, p. 65).

É fundamental reforçar que a pesquisa sobre as fundações morais está mais interessada numa psicologia cultural do que na psicologia política. Isso implica dizer que a teoria foi originalmente pensada não para estudar as diferenças individuais, mas para estudar as diferenças e semelhanças interculturais no que diz respeito às ideologias e valores dos grupos. A engenharia reversa foi feita tendo como base estudos transculturais, e não a definição específica dos liberais e conservadores como se encontram, por exemplo, nos Estados Unidos de hoje (GRAHAM et al, 2013, p. 74-75; GRAHAM et al, 2011).

Isso pode parecer conflitante com a nossa afirmação, logo no começo desse trabalho, de que importa estudar os sujeitos que compõem os grupos políticos divergentes. No entanto, a pesquisa sobre as fundações morais utiliza-se de todo o arcabouço teórico da evolução, bem como de pesquisas em disciplinas que relacionam a evolução e o comportamento humano.

### 8.1.3 Pluralismo de valores: muitas são as fundações

Outro pressuposto da MFT é a ideia de que há mais de um valor que pode ser usado na construção de um sistema valorativo ou ideológico. As ideologias variam não apenas na ponderação sobre o peso de um determinado valor, digamos, liberdade, mas em termos de quais valores são importantes, como, por exemplo, se o respeito à autoridade deve ser elencado ou não como algo a ser buscado.

Como a teoria se insere num pensamento evolucionista, é preciso pensar sempre em termos de história evolutiva, cogitando se o traço analisado é ou não adaptativo. Se assim for, as análises sempre devem estar atentas para as funções práticas de um traço, para os problemas que os nossos ancestrais enfrentaram e que aquele traço pode ter ajudado a solucionar (GRAHAM et al, 2013, p. 67). Isso quer dizer que os sistemas morais, compostos por valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições, tecnologias, surgiram para, de alguma forma, suprimir ou regular o egoísmo e tornar a vida social possível. (HAIDT, KESEBIR in GRAHAM et al, 2011; GRAHAM et al, 2011)

Dessa forma, as fundações também devem ser pensadas em termos de funções. Considerando os múltiplos problemas enfrentados, é razoável supor que há múltiplas respostas a eles, ou fundações, que, em conjunto, formam o que chamamos de uma ordem ou sistema moral (GRAHAM et al, 2013, p. 67).

O domínio moral seria composto, portanto, por múltiplos valores. Essa conclusão é extraída não apenas através da concepção evolucionista dos valores, mas também através da comparação entre valores e ideologias de pessoas de lugares usualmente não abarcados pelas pesquisas em psicologia. Ao utilizarem dados obtidos de pesquisas etnográficas que não utilizam apenas sociedades ocidentais, os pesquisadores acabaram por considerar sistemas de valores que algum ocidental poderia considerar imoral ou amoral (como um sistema patriarcal ou teocrático) como um sistema moral válido (HAIDT, KESEBIR in GRAHAM et al, 2011; GRAHAM et al, 2011). Importa salientar que a MFT se pretende uma teoria descritiva da moralidade. O domínio moral varia de acordo com as culturas, e o interesse da psicologia moral é compreender como a mente moral realmente funciona, não como deveria funcionar (HAIDT, 2003, p. 129, 141).

Algumas das críticas que a MFT recebe são sobre o pressuposto do pluralismo. Alguns pesquisadores (notadamente Kurt Gray, autor de algumas críticas à teoria) acreditam que as

fundações poderiam ser resumidas em menos valores, e que a parcimônia é uma das bases da ciência. O argumento é que a moralidade deve ser compreendida em termos de dano ou sofrimento, numa relação mútua entre o agente e o que recebe a ação. De acordo com a Navalha de Occam, o pluralismo nunca deve ser utilizado sem que haja necessidade para tanto, e se há duas teorias igualmente explicativas, é melhor utilizar a mais simples. Os pesquisadores da MFT argumentam, porém, que reduzir as fundações ao dano seria mais como usar uma Motosserra de Occam (*Occam's Chainsaw*), e que para reduzir tudo ao sofrimento é preciso fazer com que os valores passem a significar coisas distintas. Eles clamam pelo que chamam de Navalha de Segurança de Einstein (*Einstein's Safety Razor*), que quer dizer que é preciso tornar as explicações simples, mas não simplistas (*simpler*) (a crítica ao pluralismo está em GRAY, KEENEY, 2015; a discussão sobre a simplicidade versus capacidade de explicação está em KOLEVA, HAIDT, 2012).

## 8.2 O que são as fundações

Para compreender o que são as fundações morais, Haidt e Joseph desenvolveram uma metáfora que nos parece bastante explicativa. Eles pedem que imaginemos que as fundações morais são como os receptores de sabor que possuímos em nosso paladar. Somos capazes de perceber (ao menos) 5 sabores diferentes: doce, salgado, amargo, ácido e umami. Embora todos tenhamos receptores para os 5 sabores, não necessariamente gostamos dos alimentos que os representam da mesma forma. Alguns desenvolvem preferência por doces, outros por comidas salgadas, outros não toleram produtos amargos. A diferença de percepção e de gosto depende da nossa história evolutiva (e nossa preferência por comidas calóricas e doces), mas também depende da história de cada cultura, do meio ambiente no qual essa cultura está

inserida e da disponibilidade de alguns alimentos, e dos hábitos alimentares de cada um, desenvolvidos especialmente durante a infância (HAIDT, JOSEPH, 2004, p. 57-58; HAIDT, 2003, p. 132-133).

Da mesma forma, as fundações morais devem ser buscadas de forma geral, em termos de quais foram selecionadas ao longo da história evolutiva humana, mas saber quais são não nos leva ao conhecimento de qual fundação moral é mais relevante e interfere mais no julgamento de um indivíduo (HAIDT, 2003, p. 133).

As fundações morais são interruptores (*switches*) que se encontram no cérebro e podem ser ativadas ou não a depender do contexto cultural e da história do indivíduo. É a ideia de modularidade cognitiva<sup>47</sup>. O exemplo mais conhecido de modularidade é a tendência a sentir medo de alguns animais, como cobras e aranhas. Houve alguns gatilhos durante o processo evolucionário inicial que desenvolveram os módulos, como o fato de que cobras podem matar indivíduos distraídos. No entanto, os gatilhos atuais podem ser completamente diferentes dos enfrentados no começo da nossa história evolutiva, como o fato de que poucas pessoas que vivem em países desenvolvidos vão encarar alguma cobra em algum momento de sua vida. Ainda assim, há uma grande quantidade de pessoas que possuem fobia de cobras. Os gatilhos podem não ser mais relevantes, mas os módulos permanecem (HAIDT, 2003, p. 144-145; WILSON, 2013, p. 235; HAIDT, JOSEPH, 2004, p. 58).

Considerando o Modelo Intuicionista Social, as fundações são módulos pelos quais passam os eventos que dão origem a julgamentos morais e, através desses módulos ou receptores, respondemos de forma intuitiva e rápida, usando o Sistema 1.

---

<sup>47</sup> A ideia de modularidade serve mais como uma forma de pensar do que efetivamente uma inscrição da MFT na teoria da modularidade cognitiva. É preciso aceitar apenas que a mente tem um rascunho que será melhorado com a experiência, como alertado em Graham et al., 2013, p. 63.

### 8.3 *Quais são as fundações*

A partir da ideia de modularidade, Haidt e Joseph sugerem 5 fundações morais, e Haidt adiciona uma 6ª fundação posteriormente. No entanto, o que mais interessa na teoria é o método e a explicação para as fundações em geral, não quais são elas em específico. Isso porque, para essa primeira lista, os autores tentaram abarcar valores que parecessem explicativos através da leitura de artigos e livros que tratassem de culturas diferentes e da tentativa de estabelecer os universais humanos, mas isso não quer dizer que conseguiram. Essa é uma lista necessariamente em construção e pressupõe pesquisas amplas e de várias áreas, da antropologia à psicologia (HAIDT, JOSEPH, 2004, p. 58-59; GRAHAM et al, 2013, p. 107).

Para que um determinado valor seja considerado uma fundação, os autores da teoria acreditam que há 5 critérios que precisam ser preenchidos. O primeiro critério é o de ser uma preocupação comum com relação ao julgamento moral de terceiros. Isso quer dizer que os membros de uma comunidade acreditam que o valor elencado deve ser respeitado pelos outros, ainda que o desrespeito não interfira de forma alguma na vida deles. É um valor considerado como relevante naquela moralidade compartilhada, e é motivo de justificação nos julgamentos morais. Uma boa forma de analisar é ver se o descumprimento engendra fofoca. Se o valor não estimula a parte Social do Modelo Intuicionista Social, talvez não seja uma fundação (GRAHAM et al, 2013, p. 109).

O segundo critério é que deve despertar avaliações afetivas automáticas. O descumprimento desse determinado valor deve causar reações automáticas, passionais, intuitivas. Como o processo de julgamento moral é feito de forma intuitiva, a reação desencadeada deve ser rápida, e talvez possa ser desencadeada através de imagens, frases curtas, adesivos (GRAHAM et al, 2013, p. 109-110).

O terceiro critério é que o valor deve ser percebido em muitas culturas, e é ainda mais importante que se possa observar esse valor em culturas de caçadores-coletores, considerando sua proximidade com o ambiente e as pressões seletivas pelas quais passamos no começo de nossa história evolutiva. Como as fundações dependem do desenvolvimento do indivíduo e do contexto em que ele se encontra, algumas culturas podem não apresentar de forma significativa aquele valor. As fundações são inatas, mas a ideia de inatismo defendida aqui não demanda que a característica seja universalmente expressa. Esse é o quarto critério, o de que o valor tenha alguma evidência de seu inatismo, de ser organizado através da experiência. Uma boa forma é por meio de psicologia comparada, de grandes primatas, ou ainda através do estudo da moralidade de crianças (GRAHAM et al, 2013, p. 110-113)

O quinto e último critério é que o valor possa ter algum valor adaptativo dentro de um modelo evolucionista. A ideia é de que o valor seja uma resposta adaptativa a um problema enfrentado pelos nossos ancestrais, que ele seja, de alguma forma, passado para as gerações seguintes, e que traga vantagens reprodutivas. Ou seja, que satisfaça o critério de seleção natural. Considerando os problemas enfrentados pela psicologia evolucionista sobre a tendência de criar explicações *a posteriori* que encaixem qualquer comportamento numa linguagem adaptacionista é preciso ficar atento para a vantagem que o valor traz. É especialmente importante tentar encontrar as vantagens para os indivíduos (tendo o indivíduo como o veículo mais importante), já que é ainda mais fácil dar explicações equivocadas clamando pelo bem do grupo. Haidt apresenta exceções a essa regra da seleção individual (que apresentamos na seção 6.3). Outra forma de evitar o viés de confirmação é buscar explicações evolutivas para o valor em outras teorias evolucionistas já em curso (GRAHAM et al, 2013, p. 113-114).

Utilizando esses critérios, os autores propõem 6 fundações morais. A tabela seguinte (retirada de Haidt, 2013, p. 146) traz as cinco inicialmente formuladas, bem como analisa o

desafio adaptativo a que responderam, os gatilhos originais, os contemporâneos, as emoções que caracterizam essas fundações e as virtudes relevantes relacionadas.

	<b>Care/ harm</b>	<b>Fairness/ cheating</b>	<b>Loyalty/ betrayal</b>	<b>Authority/ subversion</b>	<b>Sanctity/ degradation</b>
<b>Adaptive challenge</b>	Protect and care for children	Reap benefits of two-way partnerships	Form cohesive coalitions	Forge beneficial relationships within hierarchies	Avoid contaminants
<b>Original triggers</b>	Suffering, distress, or neediness expressed by one's child	Cheating, cooperation, deception	Threat or challenge to group	Signs of dominance and submission	Waste products, diseased people
<b>Current triggers</b>	Baby seals, cute cartoon characters	Marital fidelity, broken vending machines	Sports teams, nations	Bosses, respected professionals	Taboo ideas (communism, racism)
<b>Characteristic emotions</b>	Compassion	anger, gratitude, guilt	Group pride, rage at traitors	Respect, fear	Disgust
<b>Relevant virtues</b>	Caring, kindness	Fairness, justice, trustworthiness	Loyalty, patriotism, self-sacrifice	Obedience, deference	Temperance, chastity, piety, cleanliness

Figure 6.2. *The five foundations of morality (first draft).*

Quadro das fundações, p. 146 de Haidt, 2013.

Inicialmente, portanto, os autores sugerem 5 fundações. A primeira pode ser chamada de cuidado/dano (*care/harm*). O gatilho original dessa fundação é o cuidado parental, sobretudo materno, que se apresenta principalmente nos mamíferos. Os itens que podem ativá-la atualmente são muito mais amplos, já que atos de violência ou dano, especialmente contra os mais frágeis, despertam essa fundação (e emoções primárias envolvidas). Também é fácil encontrar gatilhos para a fundação do dano em campanhas e debates políticos, como proteção de vítimas em situação de guerra ou de direitos dos animais (HAIDT, 2013, p. 155-157).

A segunda fundação é a da reciprocidade (*fairness/cheating*, em alguns estudos recebe o nome de *fairness/reciprocity*). A noção de resposta justa a uma determinada ação é fundamental no desenvolvimento do comportamento cooperativo humano dentro da



perspectiva da seleção individual, relacionando-se, inclusive, com a estratégia “olho por olho” vista na página 65 desse trabalho. Considerando a seleção de grupo, é possível pensar que essa fundação se desenvolveu também como forma de proteger os grupos de aproveitadores (*free riders*), e pode ser percebida também na nossa predisposição à punição, mesmo quando a punição gera prejuízo aos que a defendem. Nos movimentos de esquerda, pode ser vista através dos clamores por equidade e justiça social. No entanto, nos movimentos à direita, costuma estar mais ligada a questões de proporcionalidade, como no caso do pagamento de impostos que levarão a benefícios sociais dos desempregados (que podem ser considerados aproveitadores em alguns sistemas ideológicos) (HAIDT, 2013, p. 158-161, 205-210).

A terceira fundação é a da lealdade (*loyalty/betrayal*, em alguns estudos, *ingroup/loyalty*). Essa fundação contribui para a nossa tendência grupista, assim como ajuda um grupo a ter sucesso numa competição intergrupala. Fica bastante clara no sentimento de nacionalismo, dentre os movimentos usualmente à direita, e tem menor importância nos movimentos de esquerda, que costumam prezar por um universalismo (HAIDT, 2013, p. 161-164). É possível dizer que essa fundação guarda bastante relação com o mecanismo de coesão dos grupos.

A quarta fundação apresentada é a da autoridade (*authority/subversion*, também chamada *authority/respect*, ou ainda *authority/hierarchy*). Nós não somos a única espécie a possuir alguma forma de hierarquia. Relações hierárquicas e disputas por *status* podem ser encontradas em chimpanzés, algumas espécies de peixes, moscas, hienas, babuínos, suricatos e cães. Haidt ressalta, porém, que existe uma distinção entre autoridade e poder. A autoridade se estabelece de forma legítima, enquanto o poder pode ser tomado através da força. Essa fundação, assim como a da lealdade, é mais facilmente percebida em apelos políticos de grupos à direita, e pode ser ativada quando há desafios a uma autoridade legitimamente

construída ou percebida. A esquerda, em geral, se coloca em oposição a posições de autoridade ou de poder (HAIDT, 2013, p. 165-169; TOBEÑA, p. 35-63).

Por fim, dentro da formulação original, há a fundação da pureza (*sanctity/degradation*, também chamada *purity/sanctity*). Ela está diretamente relacionada à sensação de nojo, assim como de purificação, e seu gatilho original pode estar nas vantagens de evitar parasitas, patógenos e outras ameaças que podem ser espalhadas por contato físico ou proximidade. Conecta-se à hipótese do estresse relacionado a parasitas, vista na seção 7.4. Embora tenha um papel de levar a evitar situações de ameaça, também pode estar relacionada com o que é sagrado e intocável. É encontrada principalmente dentre a direita religiosa, mas também pode ser percebida em algumas sacralidades da esquerda, sobretudo em questões ambientais, onde há íntima relação entre o dano causado pela poluição e a ideia de degradação da natureza, maculada pelo capitalismo industrial (HAIDT, 2013, p.170-177).

Haidt defende, no entanto, que é possível adicionar uma sexta fundação, a da liberdade (*liberty/opression*). Para ele, essa fundação seria uma resposta ao desafio adaptativo de viver em pequenos grupos com indivíduos com capacidade parecida de dominar, sendo a dominação o gatilho original, ou qualquer coisa que a sugira. Dentre os gatilhos atuais estariam os governos autoritários, ou ainda as pautas levantadas por grupos revolucionários. Essa fundação opera de alguma forma numa tensão com a fundação da autoridade, mas elas não são as mesmas, para Haidt. É possível reconhecer que há autoridades legítimas, mas também é possível reconhecer quando a autoridade não merece a nossa confiança (HAIDT, 2013, p. 197-201).

A aferição das fundações não pode ser feita de forma direta. Ao invés disso, infere-se o grau de endosso e valor que cada indivíduo dá para as virtudes culturalmente construídas e correspondentes a uma ou mais fundações. Isso é feito através de um questionário que usa asserções abstratas e moralmente relevantes que tenham alguma relação com alguma

fundação, assim como perguntas mais concretas, por exemplo, questões como orgulho nacional ou maltratar animais (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 112; MFQ30, disponível no site [moralfoundations.org](http://moralfoundations.org)).

#### *8.4 Principais pontos positivos da Teoria das Fundações Morais*

A MFT apresenta alguns pontos positivos que, nos parece, levam-na a ser de fato uma boa proposta de trabalho. Dentre eles, destacamos: a quantidade de áreas utilizadas na teoria; o fato de se preocupar em estudar os grupos político-ideológicos para além dos grupos ocidentais; e a integração da teoria com outras teorias científicas.

Os dois primeiros pontos positivos estão, de fato, bastante correlacionados. Henrich, Heine e Norenzayan demonstraram, num artigo que se tornou bastante importante, que os indivíduos que usualmente são utilizados em pesquisas de ciências comportamentais (*behavioral sciences*) estão em culturas WEIRD (esquisitas), acrônimo de ocidentais (*Western*), escolarizadas (*Educated*), industrializadas (*Industrialized*), ricas (*Rich*) e democráticas (*Democratic*). Eles são, mais especificamente, alunos de graduação de universidades norte-americanas (HAIDT, 2013, p. 112; HENRICH, HEINE, NORENZAYAN, 2010, p. 61).

O que o artigo demonstra é que não se podem universalizar sempre as pesquisas que utilizam membros da cultura WEIRD, porque ela é de fato estranha e possivelmente não representativa. A questão fundamental não é negar a existência de universais ou o raciocínio evolutivo aplicado ao comportamento humano. O problema é quanto a como conseguir esses dados, ou como estabelecer os universais (HENRICH, HEINE, NORENZAYAN, 2010, p. 61-63).

Para analisar a representatividade, os autores utilizaram análises de outras culturas e as compararam com as pesquisas que tiveram como participantes os usuais estudantes de graduação norte-americanos. Compararam, por exemplo, motivação social em amostras de sociedades pequenas e de grandes sociedades industrializadas. Foram, depois, diminuindo a esfera comparativa: o próprio raciocínio moral e sociedades ocidentais e não ocidentais (utilizando pesquisas em MFT); o individualismo na cultura norte-americana e na cultura ocidental restante e; por fim, diferenças dentro da cultura americana. Os autores perceberam que os estudantes compõem uma expressiva exceção em quase todas as medidas apresentadas. Nem mesmo os estudos de psicologia do desenvolvimento (estudando crianças) ou psicologia comparada (utilizando outros primatas) são suficientes para corrigir esse problema. (HENRICH, HEINE, NORENZAYAN, 2010).

Para tentar escapar das amostras típicas das pesquisas, Haidt tentou compreender como funciona o raciocínio moral de pessoas de diferentes culturas, sobretudo de diferentes situações socioeconômicas. Seu modelo de intuicionismo foi desenvolvido através de pesquisas com brasileiros e norte-americanos de diferentes estratos socioeconômicos, como vimos (ponto 8.1.1).

Continuando a valorizar pesquisas que estudavam pessoas de diferentes culturas e diferentes condições socioeconômicas, Haidt se utilizou de pesquisas em antropologia e psicologia cultural, além de ter recolhido informações pessoalmente sobre a Índia (HAIDT, 2013, p. 118). Esse cuidado é fundamental para tentar não cair no erro de defender exclusivamente a matrix na qual o pesquisador está inserido (HAIDT, 2013, p. 125).

Por fim, a teoria tem o cuidado de tentar integrar-se a teorias e pesquisas sobre política já em desenvolvimento em outras áreas. Haidt afirma que, para compreender o surgimento da ideologia, é preciso tomar um ponto de vista que considere o desenvolvimento, começando dos genes e desembocando num voto para um determinado candidato. Para tanto, ele afirma

que é preciso seguir três passos. O primeiro passo é compreender que os genes constroem os cérebros (HAIDT, 2013, p. 324-325). Assim, um estudo completo e complexo dos grupos político-ideológicos deve estar de acordo com achados em genética, neurociência, neurotransmissores e hormônios (HAIDT, 2013, p. 324-325).

O segundo passo na compreensão do surgimento da ideologia tendo como guia o desenvolvimento dos indivíduos consiste em perceber que os traços guiam crianças por diferentes caminhos, ou seja, que a disposição natural acaba levando a experiências diferentes. O terceiro passo é dado quando se percebe que as pessoas constroem a narrativa de suas vidas, que elas participam de forma ativa e suas escolhas influenciam a sua visão de mundo e suas escolhas políticas (HAIDT, 2013, p. 325-330). Esses dois passos estão relacionado com a tentativa, já em curso, de integrar a MFT e teorias da personalidade.

Os estudos em personalidade são os primeiros estudos em psicologia que interagem com debates estritamente políticos, como vimos, e as fundações precisam, de alguma forma, se relacionar com as pesquisas em psicologia da personalidade. Isso pode acontecer de duas formas: ou as fundações podem ser encaixadas em alguma teoria da personalidade, ou precisam ser apresentadas como uma alternativa a elas.

Haidt, Graham e Joseph argumentam que as fundações não são uma teoria alternativa, mas encaixam-se numa perspectiva da personalidade em três níveis. Essa perspectiva, da teoria desenvolvida por McAdams, afirma que o primeiro nível da personalidade corresponde aos traços constitutivos (*dispositional traits*). Aqui estariam as diferenças no comportamento, pensamento e sentimento. Esse nível permanece razoavelmente estável ao longo da vida do indivíduo, assim como as características parecem ser razoavelmente distribuídas em todas as culturas. O Big Five, por exemplo, estaria nesse primeiro nível, assim como sensibilidade ao nojo (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 110-111; MCADAMS, PALS, 2006, quadro da página 212).

O segundo nível corresponde às características adaptativas (*characteristic adaptations*). Esse nível é mais dependente do contexto no qual o indivíduo está inserido. Questões como objetivos, habilidades e talentos domínio-específicos, valores e formas de lidar com conflitos estariam nesse nível. Essas características dependem da cultura e do contexto social, e poderiam mudar inclusive durante o curso de vida de um indivíduo (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 110-111; MCADAMS, PALS, 2006, quadro da página 212).

O terceiro nível seria o das narrativas pessoais (*integrative life stories*), que corresponde a como o indivíduo identifica a si mesmo. Ajuda a integrar os tempos da vida (passado, presente e futuro) e permite a noção de identidade, através de unidade, propósito e sentido (*meaning*). Está intimamente conectado à cultura, e permite que o indivíduo se sinta inserido nela (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 110-111; MCADAMS, PALS, 2006, quadro da página 212).

Esses três níveis estão altamente integrados, e os psicólogos em geral tendem a aceitar os dois primeiros níveis. No entanto, o terceiro ainda encontra alguma resistência. Isso porque as histórias de vida são racionalizações feitas pelos indivíduos, não causas. O que os pesquisadores que defendem os três níveis argumentam é que essas histórias também possuem efeito no comportamento e na identificação dos sujeitos. No SIM, essas racionalizações podem influenciar o julgamento moral de terceiros e ter um papel importante no espalhamento desse julgamento ou juízo numa população ou cultura (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 112).

A MFT foi desenhada para explicar e analisar culturas, não indivíduos, ao menos em sua formulação original. De toda forma, considerando como o questionário das fundações morais é aplicado atualmente, elas estão mais ou menos inseridas no segundo nível da personalidade. Mas os autores acreditam que a MFT seja capaz de ajudar na integração entre

os três níveis, e que integrá-los é a única forma de compreender as variadas experiências morais (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 112). Para eles, as narrativas ideológicas funcionariam como uma forma de integrar o estudo dos traços políticos que se encontram no segundo e no terceiro níveis (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 115).

### *8.5 Principal desafio da Teoria das Fundações Morais*

Embora as pesquisas pareçam promissoras, há alguns problemas a serem enfrentados por essa teoria. Dentre eles, destacamos o problema que nos parece central: a possibilidade ou a impossibilidade de uma teoria descritiva da moralidade.

Em linhas gerais, Haidt afirma que um sistema moral é uma interconexão de valores, normas, práticas, instituições, identidades, que consideram tanto os fatos sociais como os mecanismos psicológicos, e servem para suprimir ou regular o autointeresse e fazer com que as sociedades cooperativas sejam possíveis (HAIDT, 2013, p. 314). Essa é uma definição funcionalista, ou seja, busca definir moralidade pelas funções que ela representa no mundo, não através do estudo do conteúdo delas. Ele também busca fazer uma definição descritiva da moralidade, descrevendo o que as pessoas pensam que é moral (HAIDT, 2013, p. 314-315).

Essa forma de pesquisar a moralidade seria uma tentativa de resolver parte dos problemas aventados no debate sobre ideologia. Quando a definição dos grupos político-ideológicos se dá através de abstrações sobre o conteúdo das ideologias ou os valores defendidos, como vimos em Bobbio e Sowell, é muito fácil acabar por confundir descrição ou explicação com justificção moral ou defesa do próprio grupo<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Essa crítica foi desenvolvida na página 29-30 desse trabalho.

No entanto, alguns autores discordam do objetivo de descrever a moralidade (ou de que a MFT o teria alcançado). Os proponentes da MFT acreditam que seja possível integrar as fundações dentro de uma teoria da personalidade que abarque três níveis, como apresentado acima. No entanto, há vários caminhos possíveis de integração entre personalidade e comportamento político, e não há consenso sobre qual teoria é mais adequada.

Como argumentamos, os estudos de personalidade foram uns dos primeiros a integrar psicologia e política. Uma das teorias da personalidade a ser aplicada ao comportamento político é a da personalidade autoritária, que buscava entender, sobretudo, grandes líderes políticos e personalidades influentes. Apesar da longa história desse estudo e de suas controvérsias, é possível falar que a personalidade autoritária estaria fundada numa relação entre convencionalismo, submissão à autoridade e agressão a outros grupos. Alguns estudos demonstram que essa forma de encarar a personalidade é altamente dependente do contexto, com estudos demonstrando que a existência de ameaças também afeta a “aparência” dos traços de personalidade consistentes com o autoritarismo (DIAS, 2014, p. 44-45; LAVINE, LODGE, FREITAS, 2005, p. 219-225; KUGLER, JOST, NOORBALOOCHI, 2014, p. 416).

Para Jost e outros pesquisadores, muito do que a MFT confere aos conservadores se assemelha ao que as pesquisas sobre a personalidade autoritária antes conferia aos autoritários. Os pesquisadores argumentam que existem dados que correlacionam o conservadorismo a autoritarismo, preconceito e discriminação contra membros de grupos minoritários. Nesse sentido, afirmam que as fundações da lealdade, pureza e autoridade seriam expressões de autoritarismo. O que a MFT estaria medindo, na verdade, seria a alta concentração de personalidades autoritárias dentro do espectro da direita (KUGLER, JOST, NOORBALOOCHI, 2014).

No fundo, a questão é sobre a ‘efetiva moralidade’ contida no conceito de moralidade da MFT. Se os dois lados podem ser considerados morais, não há como falar em termos de



certo e errado em termos de escolhas e ações políticas. Perde-se o critério através do qual julgar e escolher quais os valores devem ser defendidos. Ao partir para uma pretensa (na visão dos autores) visão descritiva da moralidade, a MFT inevitavelmente esbarra nos problemas prescritivos da moralidade (KUGLER, JOST, NOORBALOOCHI, 2014; JOST, 2012).

O debate sobre o problema prescritivo da moralidade está além do desenho das pesquisas tanto da MFT quanto da refutação aqui apresentada. É um problema filosófico muito mais amplo e que nos parece além de qualquer achado empírico. No entanto, acreditamos que o estudo da moralidade de uma forma científica deve tentar descrevê-la tal qual ela se apresenta, e os grupos que se identificam como de direita (nos quais os valores da autoridade, lealdade e pureza são mais relevantes) dificilmente se identificariam como amorais ou imorais. Nesse sentido, é preciso considerar que o que eles defendem, em termos ideológicos, é moralmente certo para eles (assumindo que não é provável que tantas pessoas recaiam numa hipocrisia absoluta de defender um lado como moralmente certo o acreditando moralmente errado. Haidt levanta um argumento parecido em HAIDT, 2013, p. 191). A descrição da moralidade deve abarcar essa autoidentificação (já que, inclusive, assim também são definidos os espectros políticos, na maior parte das vezes).

Uma tentativa de explicar que está ao mesmo tempo tentando defender algum lado certamente falhará na definição do lado oponente, dadas as razões de grupismo até aqui apresentadas. Pesquisadores e acadêmicos não estão livres da própria matrix. Ao tentar estudar outras culturas e outros grupos, é possível que a MFT tenha minimizado os vieses dos próprios grupos político-ideológicos (por exemplo o do próprio Haidt, que é assumidamente um liberal, como conta em HAIDT, 2013, p. 119).

De toda forma, esse será um desafio que a MFT terá de enfrentar, tanto com relação a seus “oponentes” de dentro do debate científico, quanto de “oponentes” que se encontrem em outras áreas do saber.

### *8.6 As fundações dos grupos político-ideológicos*

Considerando a teoria até aqui apresentada, e reforçando que as fundações até então apresentadas podem ser alteradas em razão de pesquisas futuras, é possível delinear mais ou menos as fundações que correspondem a cada lado do espectro político.

De acordo com as pesquisas feitas até 2013, e considerando as 5 fundações anteriormente propostas, Haidt afirma que direita, esquerda e centro pontuam de alguma forma na fundação cuidado/dano, mas os liberais pontuam mais alto, ou seja, se importam mais com sinais de violência e sofrimento (HAIDT, 2013, p. 212).

A fundação sobre reciprocidade também parece de alguma forma relevante para pessoas que se enquadram em qualquer dos espectros políticos. Todos ficam bravos quando alguém recebe mais do que merece. No entanto, conservadores tendem a se importar mais quando a fundação é compreendida como proporcionalidade. A conexão entre a moralidade defendida e questões como trabalhar mais arduamente e receber mais pelo trabalho são endossadas por conservadores, e recebidas de forma ambivalente por liberais. Já liberais pontuam de forma mais expressiva quando a fundação é compreendida como equidade (HAIDT, 2013, p. 212-213).

As respostas mais significativas foram encontradas nas três fundações restantes: lealdade, autoridade e pureza. Conservadores deram muito valor a respostas ou itens que estivessem relacionados a essas três fundações. Liberais, por sua vez, tiveram fraca correlação ou respostas ambíguas (HAIDT, 2013, p. 213-214).

Em linhas gerais, liberais têm uma moralidade baseada em duas fundações (cuidado e reciprocidade compreendida como equidade), enquanto conservadores tem uma moralidade

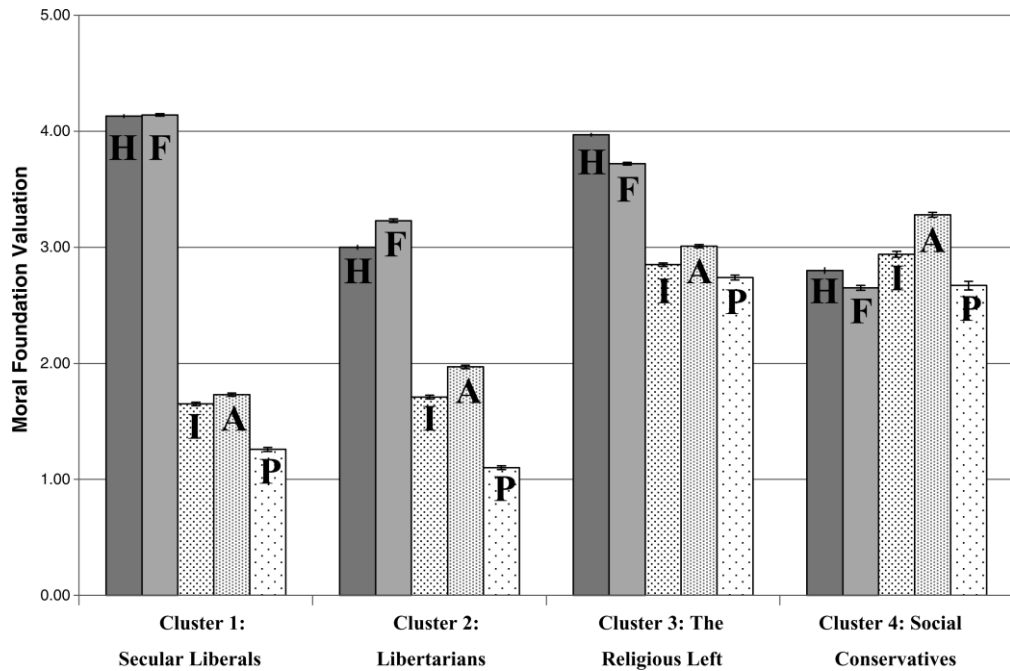
baseada em cinco fundações (cuidado, reciprocidade como proporcionalidade, lealdade, autoridade e pureza) (HAIDT, 2013, p. 214).

Mas será que a divisão das matrizes pode e deve ser feita apenas entre direita e esquerda ou liberal e conservador? O objetivo dessa seção não é responder essa pergunta, apenas problematizar a divisão e apontar futuros caminhos de pesquisa que utilizem a MFT.

A pesquisa sobre as fundações morais ainda está em desenvolvimento, especialmente na definição de quais são de fato as fundações. Mas de forma preliminar, Haidt, Graham e Joseph<sup>49</sup> encontraram outras posições ou divisões possíveis dentro do espectro político. Se se conjugasse os dados de forma a encontrar uma divisão dual, correspondente à autoidentificação, que ia de muito liberal a muito conservador (numa escala de 1 a 7), os dados correspondiam ao que se esperava da teoria. No entanto, se se trabalhasse os dados de forma a encontrar quatro divisões correspondentes às pontuações em cada fundação, uma resposta teoricamente coerente podia ser encontrada (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009). O quadro abaixo demonstra os resultados encontrados e as possíveis identificações dos agrupamentos.

---

<sup>49</sup> Essa pesquisa foi feita utilizando um banco de dados extraído do site que eles desenvolveram, o YourMorals.org, no qual as pessoas podem se cadastrar e responder ao MFQ (*Moral Foundations Questionnaire*) e outras perguntas relevantes. Utilizaram, ao todo, mais de 20.000 questionários respondidos, selecionados dentre os que correspondiam a pessoas que moravam nos Estados Unidos. Depois de selecionados, eles procuraram integrar respostas com pontuações parecidas em cada fundação (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009).



(fundações: H= cuidado/preocupação com o dano, F= proporcionalidade entendida como equidade, I= lealdade, A= autoridade, P= pureza; amostra de cada cluster: cluster 1= 5.946, cluster 2= 5.931, cluster 3=6.397, Cluster 4= 2.688. Extraído de HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009, p. 113)

O gráfico demonstra 4 possíveis grupos (*clusters*) de ideologias. O primeiro grupo, dos liberais seculares (*secular liberals*), tiveram alta pontuação em termos de preocupação com o dano e em proporcionalidade. Tiveram também as mais altas pontuações no item de personalidade abertura à experiência, e concentraram grande número de pessoas que se autodenominaram ateias (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009).

O último grupo, dos socialmente conservadores (*social conservatives*), tiveram os menores índices relativos de preocupação com o dano e em reciprocidade entendida como equidade, e pontuaram de forma mais equilibrada nas demais fundações. Também apresentaram os menores índices em abertura à experiência, e nesse grupo estão os que mais se identificaram como religiosos (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009).

Mas o resultado interessante se deu com relação aos outros dois grupos. Para os autores, esses grupos não podem ser compreendidos apenas como posições intermediárias dentro do espectro que vai da esquerda à direita. O segundo grupo, o dos libertários (*libertarians*), parece um híbrido dos dois extremos: pontuação mais baixa em preocupação

com o dano e proporcionalidade, como percebido dentre os conservadores, assim como pontuações mais baixas em termos de autoridade, pureza e lealdade, se assemelhando com o grupo liberal. Tendo a menor combinação relativa, esse grupo parece condenar qualquer espécie de regulação moral externa ao indivíduo, combinando com a ideia geral que se faz dos libertários como defensores da liberdade individual a qualquer custo (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009).

E o terceiro grupo, da esquerda religiosa (*religious left*) parece outra combinação possível entre os dois extremos. O grupo apresenta alta pontuação em preocupação com o dano e proporcionalidade, como nos liberais, e pontuações altas também nas fundações da pureza, lealdade e autoridade, como se viu entre os conservadores. A maior parte das pessoas do grupo da esquerda religiosa autodeclarara-se liberal (59%) ou neutra (20%), muitas delas declarando-se também religiosas. Em oposição ao segundo grupo, esse grupo parece ter alta preocupação e dar valor para a moralidade e para a existência de valores e limitações externas aos indivíduos ou grupos (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009).

Parece aos autores que os grupos dos libertários e da esquerda religiosa não podem ser inseridos no espectro sem que se perca potencial explicativo. Seria possível pensar, talvez, numa visão de ideologia que não fosse diádica (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009).

A hipótese de que há mais possibilidades ideológicas do que as abarcadas pela divisão entre direita e esquerda só se torna razoável porque os autores acreditam no valor que as narrativas ideológicas possuem na construção da personalidade. Os grupos 2 e 3 podem possuir narrativas próprias, e por isso talvez devessem ser percebidos como grupos político-ideológicos distintos (HAIDT, GRAHAM, JOSEPH, 2009). Nesse sentido, novamente, se percebe a importância de uma tentativa de estudar a moralidade de forma descritiva, buscando ouvir o que os grupos possam dizer de si próprios, mais do que a definição externa do que

eles deveriam estar dizendo caso queiram ser enquadrados no grupo político-ideológico A ou B.

Mas essa possibilidade ainda precisa ser mais bem desenvolvida. Novamente, é preciso prestar atenção às narrativas que os grupos fazem de seus valores e intenções políticas, para compreender se a divisão e os nomes são de fato esses e não outros. As pesquisas utilizando a MFT ainda estão no começo e muitos resultados interessantes podem advir de sua aplicação. No entanto, essa reflexão e essa reorganização não são objetos da presente pesquisa.

## V CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Então, da próxima vez que você se encontrar sentado ao lado de alguém que tem outra matrix, dê um tempo. Não vá direto em cima disso. Não traga o debate para um escopo moral até que tenha encontrado alguns pontos em comum ou, de alguma forma, tenha estabelecido uma relação de confiança.*

*E quando for discutir questões necessariamente morais, tente começar elogiando o outro lado, ou ao menos comece com uma sincera expressão de interesse.*

*Estamos todos presos aqui por um tempo, então tentemos fazer funcionar<sup>50</sup>. (HAIDT, 2013, p. 371)*

Até aqui, percorremos um longo caminho tentando compreender os grupos político-ideológicos. Para entender porque existem grupos político-ideológicos, desmembramos essa pergunta em várias outras. Primeiro, sobre o que quer dizer um grupo político-ideológico, direita e esquerda, conservador e liberal, visão restrita e irrestrita? Quando buscamos entender o que são esses grupos apenas pelos nomes e ideias que apregoam, caímos numa série de dificuldades. Dentre elas, podemos listar: o fato de não haver um consenso sobre o que quer dizer ser de esquerda e de direita; o fato de que as tentativas de explicação dos grupos pareciam confundir explicação com defesa e ficava-se com a sensação de que algum grupo não ia ficar satisfeito em ser assim descrito; a importância do contexto e dos partidos para a definição dos lados; e o fato de não se saber se o foco da divisão é econômico, social, ambos ou nenhum deles. Apesar de todas essas dificuldades, a díade permanece relevante e presente no debate político.

Se os grupos e as pessoas permanecem se identificando como de esquerda ou de direita, então é preciso encontrar alguma explicação. Partimos, então, para tentar entender o

---

<sup>50</sup> Original: “So the next time you find yourself seated beside someone from another matrix, give it a try. Don’t just jump right in. don’t bring up morality until you’ve found a few points of commonality or in some way established a bit of trust. And when you bring up issues of morality, try to start with some praise, or with a sincere expression of interest. We’re all stuck here for a while, so let’s try to work it out.”

que são grupos e porque eles se formam. Três dos aspectos fundamentais pelos quais os grupos podem ser reconhecidos são: filiação, interação entre os integrantes e normas. Três dos mecanismos de manutenção desses grupos são, por sua vez: coesão, conformidade e *status*.

Considerando as explicações evolucionistas, temos duas vias de explicação do porquê os grupos surgiram e são possíveis na espécie humana. Da perspectiva da seleção individual, grupos e estratégias colaborativas emergem porque são vantajosas para os indivíduos, seja por meio de reciprocidade, seja por meio de sinalização de confiança. Da perspectiva da seleção de grupo, a tendência a valorizar o grupo (grupismo) acontece quando há eussocialidade e quando estar em um grupo se torna mais vantajoso do que estar fora dele. Nesse sentido, formar grupos de maneira geral pode ser uma tendência que nos acompanha desde antes na nossa história evolutiva e tem bases e explicações que podem ser aventadas utilizando a teoria evolutiva.

Os grupos político-ideológicos, por sua vez, guardam certas peculiaridades. São grupos geralmente grandes, que não necessariamente têm grande interação entre seus membros e nos quais a distribuição de papéis e *status* pode ser confusa. Muitas vezes, o pertencimento ao grupo é apenas uma questão de identidade individual. No entanto, algumas situações ativam o disjuntor de agrupamento (ou o altruísmo paroquial), e os grupos político-ideológicos emergem como grupos coesos, prontos para o conflito e buscando diversas formas de interação.

Quando há conflito, os grupos podem ser retroalimentados e ficar cada vez mais fortes. Isso porque os conflitos podem aumentar a coesão, modificar a distribuição de *status* e alterar as normas que regem o grupo. O conflito pode, inclusive, aumentar a polarização dentro dos grupos e levar os membros a posições mais extremas do que antes do agrupamento. Além disso, os conflitos estão relacionados com algumas mudanças químicas, como o aumento de hormônios androgênicos; parecem ser modificados com a inserção de



ocitocina; e podem aumentar em função da quantidade de parasitas e outras doenças infecciosas que estejam afetando o ambiente.

Esses grupos não se formam de forma aleatória (no tempo presente). Em geral, parecem existir (pelo menos) dois grandes grupos ideológicos: direita e esquerda. Ao menos, todos identificam esses dois grupos e costuma-se usar esses nomes.

Considerando as pessoas que se identificam com essas ideologias, além da MFT, podemos tentar desenhar uma explicação parcial do que quer dizer ser de esquerda ou de direita. Em linhas gerais, parece haver uma tendência a correlacionar as pessoas que defendem posturas de direita e, comparativamente, maior sensibilidade ao nojo, maior aversão ao risco, menor abertura à experiência, e maior preocupação com questões envolvendo autoridade, pureza, lealdade e proporcionalidade. Pessoas de esquerda, por sua vez, parecem apresentar menor sensibilidade ao nojo, maior atração pelo risco (ou menor repulsa), maior abertura à experiência, e foco maior quando as questões envolvem equidade ou um dano a outrem.

Essa definição, que é, na verdade, um resumo do que foi visto, define os grupos através não apenas daquilo que eles mais valorizam (correspondentes às fundações), mas através do estudo empírico das pessoas que se autoidentificam de um lado ou outro do espectro político. Parece razoável dizer, portanto, que direita e esquerda parecem mais ser consequência de situações e de disposições do que de ideias abstratas. Para que os grupos se formem, é preciso que se junte a tendência ao grupismo com as predisposições de cada um e um contexto político que os permita e aflore. Além disso, quando as pessoas se juntam em grupos políticos, compartilham narrativas morais, e isso quer dizer que criam histórias a partir do que o contexto fornece a elas, que são precisamente as fundações. As narrativas podem ser relevantes também para o próprio espalhamento dos termos direita e esquerda, como vimos na teoria do contágio de Berger.

Não seremos capazes de dar uma resposta inequívoca para a existência dos grupos político-ideológicos, e tampouco é esse o objetivo desse trabalho. Mas acreditamos poder dizer qual o caminho que deve ser seguido para que se avance nessa busca. A teoria evolutiva é a via explicativa que temos para explicar todos os seres vivos. Ela nos parece um guia necessário para estudar, também, seus comportamentos. Todas as espécies, todos os traços e todas as tendências foram submetidos a vários mecanismos evolutivos: seleção natural, deriva genética, seleção sexual. Ignorá-los seria desconectar o ser humano da grande história da vida. Porém, também é necessário não ignorar o que as pessoas estão *dizendo* sobre a vida política, qual o foco que elas estão dando, quais as questões importam para elas.

Nos grupos podemos aflorar o melhor de nós, como ações altruístas e cooperação. Além disso, as nossas relações e interações sociais são fundamentais para a nossa felicidade. Mas os grupos também podem aflorar o que há de pior em nós quando nos deparamos com um grupo divergente.

Essa pesquisa teve como objetivo traçar um caminho explicativo e descritivo para os grupos e suas ideologias. Em nenhum momento nos propusemos a prescrever, a avaliar se os grupos eram bons ou ruins, certos ou errados. Mas, se pudéssemos arriscar um palpite, diríamos que a convivência saudável entre os grupos começa na compreensão do que eles são. O outro não é um inimigo, não é moralmente errado, não é vil. O outro é tão influenciado, tão enviesado, tão disposto a lutar por ideais que considera justos e bons quanto nós somos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADES, César. Um Olhar Evolucionista para a Psicologia. *In*: OTTA, Emma; YAMAMOTO, Maria Emília. Psicologia evolucionista. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 10-21, 2009.
- ANDERSON, Perry. A Sense of the Left. *New Left Review*, n. 231, p. 73, 1998.
- ANDERSON, Perry. Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias. Tradução Fabrizio Z. Rigout, Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ARCHER, John. Testosterone and human aggression: an evaluation of the challenge hypothesis. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, v. 30, n. 3, p. 319-345, 2006.
- ARIEW, Andre. Ernst Mayr's 'ultimate/proximate' distinction reconsidered and reconstructed. *Biology and Philosophy*, v. 18, n. 4, p. 553-565, 2003.
- ARIEW, Andre. Teleology. *In*: HULL, David L.; RUSE, Michael (Ed.). *The Cambridge companion to the philosophy of biology*. Cambridge University Press, p. 160-181, 2008.
- BENJAMIN, Daniel J. et al. The genetic architecture of economic and political preferences. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 109, n. 21, p. 8026-8031, 2012.
- BERGER, Jonah. Contágio: Por que as coisas pegam. Tradução de Lúcia Brito. Rio de Janeiro: LeYa, 2014, edição em EPUB.
- BLOCK, Jack; BLOCK, Jeanne H. Nursery school personality and political orientation two decades later. *Journal of Research in Personality*, v. 40, n. 5, p. 734-749, 2006.
- BLOOM, Paul. O que nos faz bons ou maus. Tradução de Eduardo Rieche. Rio de Janeiro: Editora BestSeller, 2ª edição, 2014.
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998.

BROWN, Gordon DA; FINCHER, Corey L.; WALASEK, Lukasz. Personality, Parasites, Political Attitudes, and Cooperation: A Model of How Infection Prevalence Influences Openness and Social Group Formation. *Topics in cognitive science*, 2015.

BUCHEN, Lizzie. The anatomy of politics. *Nature News*, V. 490, p. 466-468, 2012.

CARLISLE, Rodney P. (Ed.). *Encyclopedia of politics: the left and the right. Volume 1: The Left*. California, EUA: Sage Publications, 2005a.

CARLISLE, Rodney P. (Ed.). *Encyclopedia of politics: the left and the right. Volume 2: The Right*. California, EUA: Sage Publications, p. 501-1052, 2005b.

CARLSON, Bruce A. Diversity matters: the importance of comparative studies and the potential for synergy between neuroscience and evolutionary biology. *Archives of neurology*, v. 69, n. 8, p. 987-993, 2012.

CASHDAN, Elizabeth. Hormones and competitive aggression in women. *Aggressive Behavior*, v. 29, n. 2, p. 107-115, 2003.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*. ISSN 1982-6672, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, Michel. *Natureza humana: justiça vs poder: o debate entre Chomsky e Foucault*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martis Fontes, 2014.

CONOVER, Pamela Johnston; FELDMAN, Stanley. The Origins and meaning of Liberal/Conservative Self-Identifications. *In*: JOST, John T.; SIDANIUS, Jim (org). Political psychology: Key readings. Nova York (EUA): Psychology Press, p. 265-288, 2004.

CORTINA, Adela. El ámbito de la Neurofilosofía Práctica. *IN*: CORTINA, Adela (org.). Guia Comares de Neurofilosofía Práctica. Granada, Espanha: Comares, p. 1-8, 2012a.

CORTINA, Adela. Neuroética y neuropolítica: Sugerencias para la educación moral. 3ª edição. Madrid, Espanha: Tecnos, 2012b.

COTTAM, Martha L. et al. Introduction to political psychology. Nova Jersey (EUA): Lawrence Erlbaum Associates, 2004.

CROWELL, Steven. Existentialism. *In*: ZALTA, Edward N (ed.). The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/existentialism/>>. Acesso em 22 de março de 2016. Edição de 2016.

DA SILVA TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013.

DAWKINS, Richard. O gene egoísta. Tradução de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DAWKINS, Richard. O maior espetáculo da terra: as evidências da evolução. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEUTSCH, Karl W. On the concepts of politics and power. *Journal of International Affairs*, v. 21, n. 2, p. 232-241, 1967.

DIAS, Joana Amaral. *O Cérebro da Política: Como a Personalidade, Emoção e Cognição Influenciam as Escolhas Políticas*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014.

DORTIER, Jean-François (direção). *Dicionário de ciências humanas*. Revisão e coordenação de tradução de Márcia Valéria Martinez Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

EAGLEMAN, David. *The Brain: The Story of You*. EUA: Pantheon, 2015, EPUB.

EBSTEIN, Richard P. et al. Association between the dopamine D4 receptor gene exon III variable number of tandem repeats and political attitudes in female Han Chinese. In: *Proc. R. Soc. B. The Royal Society*, V. 282. No. 1813, 2015.

FARAH, Martha J. Neuroscience and neuroethics in the 21st century. In: ILLES, Judy; SAHAKIAN, Barbara J. *Oxford handbook of neuroethics*. Oxford University Press, 2012.

FGV NOTÍCIAS. Redes sociais retratam eleição mais polarizada da história recente do Brasil, afirma FGV/DAPP. 29 de Outubro de 2014. Disponível em <<http://fgvnoticias.fgv.br/pt-br/noticia/redes-sociais-retratam-eleicao-mais-polarizada-da-historia-recente-do-brasil-afirma-fgvdapp>>. Acesso em 02 de maio de 2016.

FRANCIS, Richard. *Domesticated: Evolution in a Man-Made World*. EUA: W. W. Norton & Company, 2015, EPUB.

FUKUYAMA, Francis. *As origens da ordem política: Dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

GARCIA-MARZÁ, Domingo. Neuropolítica: uma mirada crítica sobre el neuropoder. In: CORTINA, Adela (org.). *Guia Comares de Neurofilosofía Práctica*. Granada: Comares, p. 77-96, 2012.

GLEICK, James. A informação: Uma história, uma teoria, uma enxurrada. Tradução de Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GLEITMAN, Henry; FRIDLUND, Alan J.; RESIBERG, Daniel. Psicologia. 8ª edição. Tradução Revista e Coordenada Danilo R. Silva. Portugal, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

GODFREY-SMITH, Peter. Information in Biology. *In*: HULL, David L.; RUSE, Michael (Ed.). The Cambridge companion to the philosophy of biology. Cambridge University Press, p. 103-119, 2008.

GOULD, Stephen Jay; VRBA, Elisabeth S. Exaptation—a missing term in the science of form. *Paleobiology*, v. 8, n. 01, p. 4-15, 1982.

GRAHAM, Jesse et al. Mapping the moral domain. *Journal of personality and social psychology*, v. 101, n. 2, p. 366, 2011.

GRAHAM, Jesse et al. Moral foundations theory: The pragmatic validity of moral pluralism. *In*: DEVINE, Patricia; PLANT, Ashby (eds). *Advances in Experimental Social Psychology*. Volume 47. Inglaterra: Elsevier, p. 55-130, 2013.

GRANDCOLAS, Philippe. Adaptation. *In*: HUNEMAN, Philippe; LECOINTRE, Guillaume; SILBERSTEIN, Marc. *Handbook of Evolutionary Thinking in the Sciences*. New York: Springer, p. 77-, 2015.

GRAY, Kurt; KEENEY, Jonathan E. Disconfirming Moral Foundations Theory on Its Own Terms Reply to Graham (2015). *Social Psychological and Personality Science*, p. 1948550615592243, 2015.

GREENSTEIN, Fred I. Can personality and politics be studied systematically?. *In*: JOST, John T.; SIDANIUS, Jim. *Political psychology: Key readings*. New York, EUA: Psychology Press, p. 141-161, 2004.

GRIFFITHS, Paul E.; STOTZ, Karola. Gene. *In: HULL, David L.; RUSE, Michael (Ed.). The Cambridge companion to the philosophy of biology.* Cambridge University Press, p. 85-102, 2008.

GREEN, Sara. A philosophical evaluation of adaptationism as a heuristic strategy. *Acta biotheoretica*, v. 62, n. 4, p. 479-498, 2014.

GREENE, Joshua. *Moral tribes. Emotion, Reason and the Gap between Us and Them.* New York, EUA: The Penguin Press, 2013.

Haidt, Jonathan. The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological review*, v. 108, n. 4, p. 814-834, 2001.

Haidt, Jonathan. *The Righteous Mind: why good people are divided by politics and religion.* New York: Vintage Books, 2013.

Haidt, Jonathan; Bjorklund, Fredrik. Social intuitionists answer six questions about morality. *In: Sinnott-Armstrong, Walter. Moral psychology, volume 2: The cognitive science of morality: Intuition and diversity.* Cambridge, EUA: MIT Press, p. 181-219, 2008.

Haidt, Jonathan; Graham, Jesse; Joseph, Craig. Above and below left-right: Ideological narratives and moral foundations. *Psychological Inquiry*, v. 20, n. 2-3, p. 110-119, 2009.

Haidt, Jonathan; Joseph, Craig. Intuitive ethics: How innately prepared intuitions generate culturally variable virtues. *Daedalus*, v. 133, n. 4, p. 55-66, 2004.

Haidt, Jonathan; Koller, Silvia Helena; Dias, Maria G. Affect, culture, and morality, or is it wrong to eat your dog?. *Journal of personality and social psychology*, v. 65, n. 4, p. 613, 1993.



HATEMI, Peter K.; MEDLAND, Sarah E.; EAVES, Lindon J. Do genes contribute to the “gender gap”? *The Journal of Politics*, v. 71, n. 01, p. 262-276, 2009.

HATEMI, Peter K.; MCDERMOTT, Rose. The genetics of politics: discovery, challenges, and progress. *Trends in Genetics*, v. 28, n. 10, p. 525-533, 2012.

HATEMI, Peter K. et al. Genetic influences on political ideologies: Twin analyses of 19 measures of political ideologies from five democracies and genome-wide findings from three populations. *Behavior genetics*, v. 44, n. 3, p. 282-294, 2014.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. Tradução de Janaína Marcoantônio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HEAMS, Thomas. Variation. *In*: HUNEMAN, Philippe; LECOINTRE, Guillaume; SILBERSTEIN, Marc. *Handbook of Evolutionary Thinking in the Sciences*. New York: Springer, p. 9-22, 2015.

HENRICH, Joseph; HEINE, Steven J.; NORENZAYAN, Ara. The weirdest people in the world?. *Behavioral and brain sciences*, v. 33, n. 2-3, p. 61-83, 2010.

HODGE, Jonathan; RADICK, Gregory (org.). *The Cambridge Companion to Darwin*. New York: Cambridge University Press, 2003.

HONDERICH, Ted (Org.). *The Oxford companion to philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HULL, David L. Individuality and selection. *Annual review of ecology and systematics*, v. 11, p. 311-332, 1980.

JOST, J. T. Left and right, right and wrong. Book review of *The righteous mind: Why good people are divided by politics and religion* by J. Haidt. *Science*, 337, 525–526, 2012.

JOST, John T. The end of the end of ideology. *American Psychologist*, v. 61, n. 7, p. 651-670, 2006.

JOST, John T. et al. Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological bulletin*, v. 129, n. 3, p. 339, 2003.

JOST, John T.; SIDANIUS, Jim . Introduction to part 4. In: JOST, John T.; SIDANIUS, Jim (org). *Political psychology: Key readings*. Nova York (EUA): Psychology Press, 2004.

JOYCE, Richard. *The evolution of morality*. Cambridge: MIT Press, 2006.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e Devagar: duas formas de pensar*. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KAMEDA, Tatsuya; VUGT, Mark; TINDALE, R. Scott. Groups. In: ZEIGLER-HILL, Virgil; WELLING, Lisa LM; SHACKELFORD, Todd K. (Orgs.). *Evolutionary Perspectives on Social Psychology*. Springer, p. 243-253, 2015.

KANAI, Ryota et al. Political orientations are correlated with brain structure in young adults. *Current biology*, v. 21, n. 8, p. 677-680, 2011.

KENRICK, D. T.; ACKERMAN, J. M.; LEDLOW, Susan. Evolutionary social psychology: Adaptive predispositions and human culture. In: DeLAMATER. *Handbook of social psychology*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, p. 103-22, 2003.

KITSCHOLT, Herbert; HELLEMANS, Staf. The left-right semantics and the new politics cleavage. *Comparative Political Studies*, v. 23, n. 2, p. 210-238, 1990.

KNUTSEN, Oddbjørn. Value orientations, political conflicts and left-right identification: A comparative study. *European Journal of Political Research*, v. 28, n. 1, p. 63-93, 1995.

KOLEVA, Spassena; HAIDT, Jonathan. Let's use Einstein's safety razor, not Occam's Swiss army knife or Occam's chainsaw. *Psychological Inquiry*, v. 23, n. 2, p. 175-178, 2012.

KOSFELD, Michael et al. Oxytocin increases trust in humans. *Nature*, v. 435, n. 7042, p. 673-676, 2005.

KUGLER, Matthew; JOST, John T.; NOORBALOOCHI, Sharareh. Another look at moral foundations theory: Do authoritarianism and social dominance orientation explain liberal-conservative differences in “moral” intuitions?. *Social Justice Research*, v. 27, n. 4, p. 413-431, 2014.

LALAND, Kevin N. et al. Cause and effect in biology revisited: is Mayr’s proximate-ultimate dichotomy still useful?. *science*, v. 334, n. 6062, p. 1512-1516, 2011.

LAVINE, Howard; LODGE, Milton; FREITAS, Kate. Threat, authoritarianism, and selective exposure to information. *Political Psychology*, v. 26, n. 2, p. 219-244, 2005.

LEIS, Héctor Ricardo. O conflito entre a natureza humana e a condição humana no contexto atual das ciências sociais. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 39-45, jul./dez. 2004.

LEIS, Hector Ricardo e ASSMANN, Selvino J. *Crônicas da Pólis: da democracia à corrupção, da esquerda à direita, do terrorismo à natureza humana, do mal à amizade, da religião à técnica*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

LEWENS, Tim. Adaptation. In: HULL, David L.; RUSE, Michael (Ed.). *The Cambridge companion to the philosophy of biology*. Cambridge University Press, p. 1-21, 2007.

LLOYD, Elisabeth A. Units and Levels of Selection. In: HULL, David L.; RUSE, Michael (Ed.). *The Cambridge companion to the philosophy of biology*. Cambridge University Press, p. 44-65, 2008.

MAYNARD SMITH, John. *A evolução do sexo*. Tradução de Antonio Carlos Bandouk. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MCADAMS, Dan P.; PALS, Jennifer L. A new Big Five: fundamental principles for an integrative science of personality. *American Psychologist*, v. 61, n. 3, p. 204, 2006.

MCDERMOTT, R. Hormones and politics. In: HATEMI, Peter K.; MCDERMOTT, Rose (Ed.). *Man Is by Nature a Political Animal: Evolution, Biology, and Politics*. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, p. 247-60, 2011.

MICHENER, H. Andrew; DELAMATER, John D.; MYERS, Daniel. *Psicologia Social*. Tradução Eliane Fittipaldi; Suely Sonoe Murai Cuccio. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MILLER, Geoffrey F. *Darwin vai às compras: Sexo, Evolução e Consumo*. Tradução de Elena Gaidano. São Paulo: Editora Best Seller Ltda, 2012.

MILLER, Geoffrey F. Sexual selection for moral virtues. *The Quarterly Review of Biology*, v. 82, n. 2, p. 97-125, 2007.

MILLSTEIN, Roberta L.; SKIPPER JR, Robert A. Population Genetics. In: HULL, David L.; RUSE, Michael (Ed.). *The Cambridge companion to the philosophy of biology*. Cambridge University Press, p. 22-43, 2008.

MINOGUE, Kenneth. *Politics: A very short introduction*. New York, EUA: Oxford University Press, 2000.

MITHEN, Steven J. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MONOD, Jacques. *O acaso e a necessidade: ensaio sobre a filosofia natural da biologia moderna*. Tradução Bruno Palma e Pedro Paulo de Sena Madureira. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

NOWAK, Martin A.; TARNITA, Corina E.; WILSON, Edward O. The evolution of eusociality. *Nature*, v. 466, n. 7310, p. 1057-1062, 2010.

OKASHA, Samir. Biological Altruism. *In*: ZALTA, Edward N (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/altruism-biological/>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016. Edição de 2013.

O GLOBO. Infográfico sobre Polarização política nas redes. Sem data. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/fgv-pronunciamento-dilma.html>>. Acesso em 02 de maio de 2016.

OPEN SCIENCE COLLABORATION et al. Estimating the reproducibility of psychological science. *Science*, v. 349, n. 6251, p. aac4716, 2015.

PADRÃO, Isaltina. ONU alerta para subida de extremismo e racismo na Europa. *Diário de Notícias*, 10 de junho de 2014. Disponível em: <[http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=3965013&seccao=Europa](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3965013&seccao=Europa)>. Acesso em 09 de maio de 2015.

PALANZA, Paola; PARMIGIANI, Stefano. Why human evolution should be a basic science for medicine and psychology students. *Journal of Anthropological Sciences*, v. 94, p. 1-10, 2016.

PENKE, Lars; DENISSEN, Jaap JA; MILLER, Geoffrey F. The evolutionary genetics of personality. *European Journal of Personality*, v. 21, n. 5, p. 549-587, 2007.

PIEVANI, Telmo. Individuals and groups in evolution: Darwinian pluralism and the multilevel selection debate. *Journal of biosciences*, v. 39, n. 2, p. 319-325, 2014.

PINKER, Steven. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990–2005: a research communication. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

RENTFROW, Peter J. et al. Statewide differences in personality predict voting patterns in 1996–2004 US presidential elections. In: JOST, John T.; KAY, Aaron C.; THORISDOTTIR, Hulda (orgs). *Social and psychological bases of ideology and system justification*. New York, EUA: Oxford University Press, v. 1, p. 314-349, 2009.

RIDLEY, Mark. Coadaptation and the inadequacy of natural selection. *The British Journal for the History of Science*, v. 15, n. 01, p. 45-68, 1982.

RIDLEY, Mark. *Evolução*. Tradução Henrique Ferreira, Luciane Passaglia, Rivo Fischer. 3ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2006.

RIDLEY, Matt. *O que nos faz humanos: genes, natureza e experiência*. Tradução de Ryta Vinagre. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RODRIGUES, Maria Margarida Pereira. *Evolução Humana*. In: OTTA, Emma; YAMAMOTO, Maria Emília. *Psicologia evolucionista*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 33-41, 2009.

ROUGHGARDEN, Joan. Sexual Selection: Is Anything Left?. In: HOQUET, Thierry (ed.). *Current Perspectives on Sexual Selection*. New York: Springer, 2015, p. 85-102.

RUSCH, Hannes. The evolutionary interplay of intergroup conflict and altruism in humans: a review of parochial altruism theory and prospects for its extension. *Proceedings of the Royal Society of London B: Biological Sciences*, v. 281, n. 1794, p. 20141539, 2014.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHICKORE, Jutta. Scientific Discovery. *In: ZALTA, Edward N (ed.). The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/scientific-discovery/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2016. Edição de 2014.*

SCHREIBER, Darren et al. Red brain, blue brain: Evaluative processes differ in Democrats and Republicans. *PLoS One*, v. 8, n. 2, p. e52970, 2013.

SCOTT-PHILLIPS, Thomas C.; DICKINS, Thomas E.; WEST, Stuart A. Evolutionary theory and the ultimate–proximate distinction in the human behavioral sciences. *Perspectives on Psychological Science*, v. 6, n. 1, p. 38-47, 2011.

SEARS, David O.; HUDDY, Leonie; JERVIS, Robert. The psychologies underlying political psychology. *In: HUDDY, Leonie; SEARS, David O.; LEVY, Jack S. (org.). The Oxford handbook of political psychology. Nova York (EUA): Oxford University Press, p. 3-18, 2003.*

SETTLE, Jaime E. et al. Friendships moderate an association between a dopamine gene variant and political ideology. *The Journal of Politics*, v. 72, n. 04, p. 1189-1198, 2010.

SIBLEY, Chris G.; OSBORNE, Danny; DUCKITT, John. Personality and political orientation: Meta-analysis and test of a Threat-Constraint Model. *Journal of Research in Personality*, v. 46, n. 6, p. 664-677, 2012.

SINGER, Peter. *A Darwinian Left: politics, evolution and cooperation. Serie Darwinism today. New Haven: Yale University Press, 2000.*

SMITH, Kevin B. et al. Disgust sensitivity and the neurophysiology of left-right political orientations. *PloS one*, v. 6, n. 10, p. e25552, 2011.

SOBER, Elliott. Metaphysical and epistemological issues in modern Darwinian theory. *In: HODGE, Jonathan; RADICK, Gregory (org.). The Cambridge Companion to Darwin. New York: Cambridge University Press, p. 267-287, 2003.*

SOWELL, Thomas. Conflito de Visões: Origens Ideológicas das Lutas Políticas. Tradução de Margarita Maria Garcia Lamelo. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.

STEVENSON, Leslie Forster; HABERMAM, David L. Dez teorias da natureza humana. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SUNSTEIN, Cass R. The law of group polarization. *Journal of political philosophy*, v. 10, n. 2, p. 175-195, 2002.

SUROWIECKI, James. A sabedoria das multidões. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

TOBEÑA, Adolf. Cérebro e poder. Tradução de Paulo Augusto Almeida Semann. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

THORNHILL, Randy; FINCHER, Corey L. What is the relevance of attachment and life history to political values?. *Evolution and Human Behavior*, v. 28, n. 4, p. 215-222, 2007.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Tradução de Luiz Alberto Santos Serrano, Oscar César Pires, Antonio Fernando Carneiro e Luciana Cavalcanti Lima. 4ª edição. São Paulo: Artmed Editora, 2003.

WILSON, David Sloan. Group-level evolutionary processes. In: BARRETT, Louise; DUNBAR, Robin (org). *Oxford handbook of evolutionary psychology*. USA: Oxford University Press, p. 49-56, 2007.

WEST-EBERHARD, Mary Jane. Adaptation: Current Usages. In: HULL, David L.; RUSE, Michael (Ed.). *The philosophy of biology*. New York: Oxford University Press, p. 8-14, 1998.

WILSON, Edward O. A conquista social da terra. Tradução Ivo Korytovski. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.



WILSON, Glenn D.; PATTERSON, John R. A new measure of conservatism\*. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, v. 7, n. 4, p. 264-269, 1968.

WOLFF, Francis. *Nossa Humanidade: de Aristóteles às neurociências*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

YAMAMOTO, Maria Emilia. Introdução: Aspectos Históricos. In: OTTA, Emma; YAMAMOTO, Maria Emília. *Psicologia evolucionista*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 1-9, 2009.

YAMAMOTO, Maria Emilia; ALENCAR, Anuska Irene; LACERDA, André Luiz R. *Comportamento Moral, ou como a Cooperação Pode Trabalhar a Favor de Nossos Genes Egoístas*. In: OTTA, Emma; YAMAMOTO, Maria Emília. *Psicologia evolucionista*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 131-143, 2009.